



## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

**Dissertação de Mestrado**

*O Corpo da Guarda Prisional como Órgão de Policia Criminal e a sua importância na Segurança Interna*

Autor: *João Paulo Calejo Pereira*

Orientadora: *Professora Doutora Helena Pereira de Melo*

Lisboa  
2016

## **AGRADECIMENTO**

A minha imensa gratidão a Ana e João Pereira.  
Uns pais de excelência.

## **EPIGRAFE**

*“A prisão não são as grades, e a liberdade não é a rua; existem homens presos na rua e livres na prisão. É uma questão de consciência”.*

Mahatma Gandhi

## **ÍNDICE**

RESUMO .....	VII
ABSTRACT .....	VIII
INTRODUÇÃO .....	1
Capítulo I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO: .....	5
O Sistema Penitenciário	
1 - O Estabelecimento Prisional como Instituição Total .....	5
1.2 - A Globalização e a alteração do paradigma penitenciário .....	10
Capítulo II - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: .....	15
O Sistema Penitenciário e a função do CGP	
1 - Evolução histórica do Sistema Penitenciário Português .....	17
1.2 - Resenha histórica e evolutiva do Corpo da Guarda Prisional .....	20
Capítulo III - A ALTERAÇÃO DO PARADIGMA PRISIONAL .....	27
1 - O Crime Organizado na Europa .....	27
1.2 - A atual realidade criminógena em meio prisional .....	33
Capítulo IV - A ATUAL TIPOLOGIA DE CRIMES DA POPULAÇÃO RECLUSA ..	36
1 - Tráfico de estupefacientes: Heroína/Ópio .....	36
1.2 - Cocaína .....	37
1.3 - Anfetaminas .....	38
1.4 - Canábis .....	39
1.5 - Tráfico de pessoas .....	40
1.6 - Tráfico e exploração de crianças e menores .....	42

1.7 - Tráfico e viciação de veículos automóveis .....	43
1.8 - Tráfico de substâncias nucleares .....	44
1.9 - Tráfico de armas .....	45
1.10 - Branqueamento de capitais .....	45
1.11 - O “cibercrime” e a sua relação com o crime organizado .....	47
Capítulo V - O TERRORISMO EM MEIO PRISIONAL .....	49
1 - Os terroristas são uma realidade em meio penitenciário .....	49
1.2 - A utilização da internet pelo terrorismo em meio penitenciário .....	53
Capítulo VI - A ATIVIDADE DE GUARDA PRISIONAL CONTRA O CRIME ...	57
1 - A atividade securitária de Guarda Prisional .....	57
1.2 - Enquadramento jurídico do CGP e a legitimidade do estatuto de OPC .....	62
Capítulo VII - A INVESTIGAÇÃO DOS MARCADORES SIMBÓLICOS .....	72
1 - A informação dos Marcadores Simbólicos .....	72
1.2 - A informação da tatuagem em contexto penitenciário .....	76
1.3 - Os símbolos dos criminosos .....	77
1.4 - A importância para a investigação .....	78
Capítulo VIII - A SEGURANÇA INTERNA E O CORPO DA GUARDA PRISIONAL	82
1 - A importância do CGP para a Segurança Interna .....	82
Capítulo IX - CONCLUSÕES .....	91
Bibliografia .....	98

## **ABREVIATURAS**

Administração Penitenciária (AP)

Armas de Destruição Massiva (ADM).

Corpo da Guarda Prisional (CGP)

Código Penal (CP)

Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade (CEPMPL)

Compact Discs (CD's)

Código de Processo Penal (CPP)

Centro de Formação Penitenciária (CFP)

Decreto-Lei (DL)

Divisão de Organização e Gestão da População Prisional (DOGPP).

Estabelecimentos Prisionais (EP's)

Estados Unidos da América (E.U.A.)

Estatuto Profissional do Corpo da Guarda Prisional (EPCGP)

Guarda Prisional (GP)

Grupo de Intervenção e Segurança e Prisional (GISP)

Lei Orgânica do Ministério da Justiça (LOMJ)

Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC)

Lei de Vínculos e Carreiras Remunerações (LVCR)

Lei de Segurança Interna (LSI)

Lei Orgânica da Direção Geral de Reinserção e Serviços (LODGRSP)

Órgão de Polícia Criminal (OPC)

Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC)

Polícia de Segurança Pública (PSP)

Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP)

Sistema de Informação Prisional (SIP)

Regulamento de Utilização dos Meios Coercivos nos Estabelecimentos Prisionais (RUMCEP)

## **MENÇÃO DESCRITIVA**

O corpo da dissertação de Mestrado compreende:

98 páginas, 39.150 palavras, 215.983 caracteres sem espaços, 254.886 caracteres incluindo espaços, 459 parágrafos e 3.315 linhas. A contagem apresentada inclui caixas de texto, notas de rodapé e de fim.

## **RESUMO**

O estudo agora apresentado teve como objetivo de pesquisa estudar o exercício da atividade securitária do Corpo da Guarda Prisional (CGP) no contexto específico do Sistema Prisional (SP). O estudo incidiu, igualmente, sobre o fenómeno da globalização e a sua influência no atual panorama da criminalidade mundial e a sua relação com a vertente securitária prisional. O objeto de estudo foi a atividade de segurança do CGP sobre a atual população reclusa, assim como a tipologia de crimes inerente a ela e que obriga à interpretação da alteração do paradigma prisional. Na elaboração do estudo procurámos identificar o enquadramento jurídico da profissão baseando-nos nas principais Leis e Decretos-lei que regem a instituição DGRSP e a carreira do CGP. Foram analisadas as dificuldades e condicionamentos ao desempenho da função securitária do CGP, resultantes das infraestruturas, da interação com os reclusos e da necessidade da atribuição do estatuto de Órgão de Polícia Criminal (OPC). Relacionámos a relevante importância de OPC para que a corporação possa estabelecer uma interação de cooperação e partilha de informação com diferentes forças de segurança. Verificámos a importância de o CGP obter o estatuto de OPC perante o enquadramento da sua ação em situações de trabalho, especificamente, nas portarias, alas prisionais, área de visitas, diligências e operações de complexidade elevada como, escoltas e intervenções antimotim. A explanação deste estudo permitiu-nos aferir a importância das ações de cariz policial dos elementos do CGP para a manutenção da segurança interna. As análises e estudos foram complementados por vinte anos de carreira e exercício da atividade do mestrando, período durante o qual exerceu funções enquanto Guarda e Chefe do CGP, no Grupo de Intervenção e Segurança Prisional, Estabelecimento Prisional de Lisboa, Estabelecimento Prisional de Macau, Estabelecimento Prisional de Caxias, Sintra e Monsanto.

## **Palavras-chave**

Segurança, crime, Guarda Prisional, Estabelecimentos Prisionais, reclusos.



## **ABSTRACT**

The study now presented a research study aimed at the exercise of security activity of the prison guard corps (CGP) in the specific context of the prison system (SP). The study also focused on the phenomenon of globalization and its influence on the current panorama of world crime and their relationship with the prison security object of study was the security activity of the CGP on the current inmate population, as well as the typology of crimes inherent to it and that requires the interpretation of the amendment to the correctional paradigm. In the preparation of the study we have tried to identify the legal framework of the profession based on the main laws and decree-laws governing the institution DGRSP and CGP's career. The difficulties and constraints were analyzed the performance of the security function of the CGP, resulting from the infrastructure, the interaction with the inmates and the need of assigning the status of Criminal Police (OPC). Really connected the relevant importance of OPC so the Corporation can establish a cooperation interaction and sharing of information with different security forces. We noted the importance of the CGP being OPC status before the framework for its action in work situations, specifically, on gatehouses, prison wings, area, and high-complexity operations such as escorts and riot control interventions. The explanation of this study enabled us to assess the importance of the actions of a police officer of the elements of the CGP for maintaining internal security. The analyses and studies were complemented by twenty years of career and exercise of the activity of the master's degree, during which time he served as guard and head of the CGP, the intervention Group and Prison Security, the Lisbon Prison, Prison, Prison of Caxias, Sintra and Monsanto.

## **Keywords**

Security, crime, Prison Guards, prisons, inmates.

## INTRODUÇÃO

*“Que nada circule por onde não deve.”* (Autoria anónima).

Este estudo incide sobre toda a complexidade do contexto profissional do Corpo Guarda Prisional (CGP), onde o conceito de segurança penitenciária exige a obrigatoriedade do domínio de instrumentos jurídicos e a persecução dos objetivos da Administração Penitenciária numa singularidade única, que conjuga criminalidade, segurança e reinserção social. Entende-se de extrema importância compreender e caracterizar esta profissão no âmbito da prossecução do interesse público, salvaguarda dos interesses e direitos dos administrados e possibilitar a interpretação e importância desta atividade no espaço securitário, que no entendimento deste estudo, está diretamente relacionada com a segurança interna, conforme o n.º 1, do art.º 28 do DL n.º 215/2012 de 28 de setembro, Lei Orgânica da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (LODGRSP): *“O Corpo da Guarda Prisional, hierarquicamente dependente do diretor - geral, é a força de segurança que tem por missão garantir a segurança e tranquilidade da comunidade, designadamente mantendo a ordem e a segurança do sistema prisional, protegendo a vida e a integridade dos cidadãos em cumprimento de pena e medidas privativas da liberdade, e assegurando o respeito pelo cumprimento da lei e das decisões judiciais, bem como pelos direitos e liberdades fundamentais”*.

O sistema prisional será aqui abordado numa perspetiva de segurança organizacional, procurando apontar algumas das alterações (nomeadamente ao nível das competências e estatuto) que poderiam ser efetuadas para melhorar o desempenho do CGP, para uma maior conformidade com os pressupostos da segurança no contexto penitenciário e, possivelmente ao nível da segurança interna, obrigando à articulação dos serviços e coordenação com diferentes forças de segurança. A atividade profissional de CGP e a sua importância no contexto securitário nacional, nomeadamente no âmbito da segurança interna, revela uma ausência de estudos e obras que permitam aferir a sua dimensão. Assim, através deste estudo, é nossa pretensão caracterizar a profissão de Guarda Prisional (GP) quanto às suas competências, explanar a complexidade da atividade, bem como dar-lhe a respetiva importância no contexto securitário nacional

evocando a necessidade da atribuição estatutária de Órgão de Polícia Criminal (OPC). As competências profissionais do CGP ultrapassam, em muito, tudo aquilo que está previsto na legislação e no respetivo estatuto de carreira, algo que poderia limitar a nossa abordagem contextual, tornando-a redutora e alienada da sua real abrangência como OPC.

Ao longo do trabalho pretendemos patentear a evolução sócio histórica da profissão, efetuando um trajeto no tempo que nos permita conhecer as suas origens, ou seja, remontando ao tempo dos “carcereiros”, procurando conhecer quais as suas funções iniciais e o parque penitenciário existente naquela época para melhor interpretar as mudanças acontecidas até à realidade atual e dar relevância à necessidade de retificação das suas competências legais. A Administração Penitenciária (AP) dispõe de um conjunto de medidas, de natureza essencialmente preventiva, de forma a salvaguardar a proteção dos bens jurídicos dos reclusos, a presença ordeira destes nos estabelecimentos e a defesa do espaço/estrutura física que caracteriza um estabelecimento prisional. A intervenção penitenciária constitui uma interação complexa, de onde sobressaem aspetos simbólicos de notória importância, tais como a legitimidade, a adesão voluntária, a motivação ou a partilha solidária e cooperante de saberes que daremos especial ênfase nas análises mais detalhadas das tarefas executadas pelo CGP. No estudo agora apresentado, decidimos fazer uma abordagem analítica ao exercício da sua atividade securitária em razão do particular enquadramento legal, risco e disponibilidade permanente, pois que se mantêm os fundamentos que estiveram na sua génese, exponenciados, na atualidade, pelo aumento da população prisional, associada muitas vezes à criminalidade grave, violenta e organizada, ao contacto permanente efetuado com indivíduos de perigosidade acrescida, em locais onde se executam penas e medidas.

As observações tidas no âmbito desta atividade securitária incluíram procedimentos, legalidade dos mesmos e o seu enquadramento de atuação em função do desajustamento do estatuto profissional. A sistematização das análises permitiu apurar questões problemáticas que requerem consideração numa futura revisão estatutária e determinaram a revelação de um conjunto de situações que serão um obstáculo latente ao bom desempenho da atividade desta força de segurança:

- O ambiente dos estabelecimentos prisionais é perigoso e insalubre, assim como também é um espaço de trabalho para o CGP com condições precárias e pouco seguras ao nível das infraestruturas, meios e equipamentos;

- Os elementos que exercem as suas funções no CGP, ressentem-se das condições inadequadas de trabalho e demonstram necessidade de aquisição de conhecimentos em diferentes áreas jurídicas, técnicas e operativas para poderem atuar de forma mais efetiva face à criminalidade resultante da sociedade atual;
- As más condições de trabalho, insuficiência de meios e lacuna de estatuto de OPC adequado ao desempenho das suas funções, levam à precarização da sua própria segurança e limitação de atuação nas componentes de vigilância e segurança sobre os reclusos, assim como o combate ao crime intramuros;
- A exposição excessiva dos operacionais em meio prisional, a ambiência criminal e condições dos Estabelecimentos Prisionais (EP's) obrigam a um desempenho profissional paradoxal, agente repressor *versus* agente ressocializador;
- A interação proporcionada pelo espaço prisional, desajustado, que submete o CGP a uma exposição excessiva perante reclusos com comportamentos complexos, é agravada pela insuficiência de elementos afetos à vigilância e segurança.

As pesquisas realizadas tiveram como propósito investigar as funções bastante complexas, abrangentes, paradoxais e de risco do CGP no interior das instituições penitenciárias, nas diligências ocorridas no exterior e relaciona-las com interesse securitário nacional. Neste enquadramento funcional, o exercício profissional do mestrando no Grupo de Intervenção e Segurança e Prisional (GISP), no Estabelecimento Prisional de Macau, no Estabelecimento Prisional de Lisboa, EP Caxias (entre outros), durante vinte anos de carreira possibilitou contatos pessoais, mais ou menos formais, dependendo da situação, com outros funcionários e, especialmente, com os Guardas Prisionais. No decorrer do tempo em que foi exercida a atividade profissional no âmbito penitenciário, fomos percebendo e sentindo, as dificuldades inerentes a condições de trabalho tão contraproducentes que obrigam a uma agilização muito peculiar do CGP, entre diferentes contextos subjacentes ao exercício dessa profissão num contexto securitário tão rigoroso e abrangente.

Abordaremos a transformação da conjuntura política, económica e social do mundo durante o séc. XX a XXI, conjuntamente com o fenómeno da globalização, pois

através desta alteração paradigmática mundial desenvolveram-se novos comportamentos na sociedade pós-moderna e por efeito de contágio, o universo criminal assumiu diferentes processos de contrariar os sistemas de combate ao crime das forças de segurança. As novas estratégias do crime incidem sobre a inovação nas mais diferentes áreas, nomeadamente no âmbito da tecnologia, armamento, informática, entre outros. Esta nova realidade afeta a segurança da sociedade e em particular o contexto securitário penitenciário, sendo certo que o crime se estende aos diferentes estratos da sociedade e incide sobre a população em geral, originando dessa forma uma população prisional com características criminais e comportamentais completamente diferentes do passado.

No presente estudo, fizemos uma abordagem continuada sobre a atual condição estatutária do CGP, fomos evocando a necessidade de alteração do respetivo estatuto e conferimos a devida importância a tal reedificação. A necessidade de revisão do referido diploma resulta das inúmeras situações de enquadramento estritamente profissional que a contextualizam, no nosso entender, como OPC. Considerando tal mutação estatutária, evocamos as múltiplas circunstâncias de exigível atualização através da aquisição de formação profissional, consecução de destrezas e competências legais que permitam melhorar o desempenho do profissional do CGP, procurando por esta via, um grau de eficiência que lhe permita desempenhar no sistema prisional o seu papel de modo mais adequado, o qual corresponda aos princípios fundamentais que salvaguardam a segurança interna do Estado.

O termo segurança consubstancia uma combinação de medidas/procedimentos, recursos humanos e materiais tendentes a evitar a emergência de atos ilegais que interfiram no regular funcionamento das instituições, constituindo este o garante das condições de eficácia da ordem social. Assim, o conceito de segurança abordado no estudo pressupõe o domínio de instrumentos jurídicos/legais, técnicos e relacionais ou comportamentais. É com base nesta trilogia, que assiste todo o funcionário das forças de segurança e maximiza as responsabilidades daqueles que exercem competências de chefia, que leva a prossecução do interesse público e a salvaguarda dos interesses e direitos dos administrados, como é o caso do CGP a quando no exercício das suas funções.

## Capítulo I

### ENQUADRAMENTO TEÓRICO: O Sistema Penitenciário

#### 1 - O Estabelecimento Prisional como Instituição Total

Michel Foucault e Erving Goffman classificam os Estabelecimentos Prisionais como Instituições Totais, que possuem maior ou menor abertura quanto ao modo de cumprimento das penas por parte dos reclusos, de modo a que cada recluso se comporte de maneira adequada, existindo uns mais restritos quanto ao fluxo social existente a nível interno e o resto da sociedade. No entender de Erving Goffman<sup>1</sup> “ (...) *uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada* (...) ”<sup>2</sup>. As Instituições Totais têm como propósito subtrair o indivíduo ao mundo exterior, não o deixando ter contatos de modo a que este absorva as regras internas. Segundo o mesmo autor, as “ (...) *instituições podem ser divididas em cinco grupos:*

- *Instituições criadas para cuidar das pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes;*
- *Locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosos;*

---

<sup>1</sup> Erving Goffman – Wikipédia, a enciclopédia livre (on line). Disponível na internet: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Erving\\_Goffman](https://pt.wikipedia.org/wiki/Erving_Goffman)> (consultado em 26-12-2014). Erving Goffman foi considerado o sociólogo norte-americano mais influente do século XX. No campo criminológico, Goffman faz parte da chamada teoria surgida nos Estados Unidos no início dos anos 60, conhecida como *labelling approach*, sendo uma perspectiva crítica ao Direito Penal e à criminologia vigente à época. Utiliza métodos qualitativos e de observação, dentre os quais inclui-se o estudo acerca das instituições totais. Tal teoria expõe que, ao reprimir movimentos sociais, a política criminológica vigente na década de 50 transforma pessoas comuns em criminosos, a delinquência é tida como resultado do processo causal desencadeado pela estigmatização.

<sup>2</sup> Presídios como instituições totais: Uma leitura em Erving (on line). Disponível na internet: <[www.conjur.com.br/1999-out-29/leitura\\_erving\\_goffman](http://www.conjur.com.br/1999-out-29/leitura_erving_goffman)> (consultado em 26-12-2014).

- *A Instituição Total é organizada para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato; cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração;*
- *Instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais; quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias dos empregados);*
- *Estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros”*<sup>3</sup>.

Nas Instituições Totais a atividade diária do indivíduo é realizada na companhia de um grupo de grande dimensão, em que todos são tratados da mesma forma e estão obrigados a desempenhar as mesmas atividades em conjunto, estabelecidas estas por horários que obedecem a tempos pré determinados Para Goffman<sup>4</sup> o conjunto de atividades ou tarefas é imposto de cima para baixo, encontra-se regulamentado por um conjunto de regras formais explícitas, sendo impostas por um grupo de funcionários, sendo que todas as atividades obrigatórias estão planificadas de modo a que sejam cumpridos os objetivos da instituição. Também Michel Foucault<sup>5</sup> na obra “Vigiar e Punir”, efetua uma análise dos séculos XVIII e XIX no que concerne à vigilância, afirmando que é um instrumento que tem como objetivos a disciplina e a docilização do corpo a nível físico e intelectual<sup>6</sup>. O autor refere também que no início do século XIX é

---

<sup>3</sup> Presídios como instituições totais: Uma leitura em Erwing (on line). Disponível na internet: <[www.conjur.com.br/1999-out-29/leitura\\_erwing\\_goffman](http://www.conjur.com.br/1999-out-29/leitura_erwing_goffman)> (consultado em 26-12-2014).

<sup>4</sup> Goffman: contribuições para a Sociologia da Saúde - SciELO (on line). Disponível na internet: <[www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312009000100009&script...](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312009000100009&script...)> (consultado em 27-12-2014).

<sup>5</sup> Michel Foucault – Wikipédia, a enciclopédia livre (on line). Disponível na internet: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Michel\\_Foucault](https://pt.wikipedia.org/wiki/Michel_Foucault)> (consultado em 27-12-2014). Filósofo, historiador, teórico social, filólogo e crítico literário. As suas teorias abordam a relação entre poder e conhecimento e o seu como forma de controlo social por meio de instituições sociais. Embora muitas vezes seja citado como um pós-estruturalista e pós-modernista, Foucault é conhecido pelas suas críticas às instituições sociais, especialmente à psiquiatria, à medicina, às prisões, e por suas ideias sobre a evolução da história da sexualidade, suas teorias gerais relativas à energia e à complexa relação entre poder e conhecimento, bem como por estudar a expressão do discurso em relação à história do pensamento ocidental.

<sup>6</sup> Foucault, Michel, (2013) *Vigiar e Punir Nascimento da Prisão*, Lisboa, Edições 70, p. 48.

adotado um conceito de arquitetura, denominado de o “Panóptico” de Jeremy Bentham<sup>7</sup>, nas penitenciárias tendo como base a construção dos edifícios com um anel no centro, uma torre com largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel e a construção periférica é dividida em celas em todo o edifício, com duas janelas uma para o interior virada para a torre, e outra para o exterior, permitindo que luz atravessasse a cela de um lado a outro. Embora o projeto tivesse espaços comuns para realização de exercícios e toma de refeições, as celas eram dispostas em forma central circular e permitiam isolar os reclusos individualmente com uma única janela, a cela era observada da torre de vigia central, na qual não se conseguia visualizar a presença do guarda, mas este visualizava os movimentos do recluso com a incidência da luz. Esta arquitetura rompeu com as estruturas das fortalezas, que foram substituídas por este dispositivo geométrico simples e económico. Ao longo do século XIX houve uma vaga de construção de estabelecimentos prisionais, em que o traçado da prisão moderna é originário na concepção “Panóptica”. Ainda assim, o seu criador nunca conseguiu vender o projeto completo ao governo britânico, pois apenas algumas características dele fizeram parte de construções prisionais nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e na Europa.

As linhas orientadoras do sistema penitenciário exigiam uma nova mentalidade punitiva que possibilitasse enquadrar e fundir duas áreas, a penal e a prisional. A obra de Cesare de Beccaria publicada em 1764<sup>8</sup> tinha já causado um grande impacto na mentalidade social e jurídica da época, mas a ação mais importante e fundamental para o enquadramento legal da prisão foi o trabalho do reformador Jeremy Bentham que, com o seu espírito utilitarista, luta por uma série de reformas numa tentativa de combater a inutilidade do ultrapassado sistema jurídico britânico, ainda com características feudais. O

---

<sup>7</sup> Foucault, Michel (2013). *Vigiar e punir: Nascimento da Prisão*, Lisboa, Edições 70, p.166. A estrutura idealizada por Bentham, denominada de Panóptico (olho que tudo observa) é composta por uma arquitetura circular dotada de vários níveis nos quais estão dispostas, em todo o perímetro, celas individuais com amplas janelas para o exterior e equipadas com vidros, permitindo uma luminosidade intensa. Todas as celas têm a sua entrada orientada para uma torre de vigilância estrategicamente posicionada no epicentro deste enorme círculo, o que permite exercer um controlo permanente e facilitado (360 graus) sobre quem ocupa as celas, isto graças à contraluz que denuncia todos os movimentos do prisioneiro transformando a cela num pequeno palco. “*Desta forma, o preso faz parte de um todo, mas simultaneamente individualizado e isolado, evitando o perigo de complô, de tentativa de evasão coletiva, projeto de novos crimes para o futuro, más influências recíprocas*”.

<sup>8</sup> Neste sentido Beccaria, Cesare (2014). *Dos Delitos e das Penas* (tradução do original italiano intitulado, *Dei Delitti e Delle Pene*, José de Faria Costa), 4ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. O conteúdo desta obra é representativo do espírito iluminista aplicado ao direito penal. Tipificando crimes e considerando que a pena deveria ser proporcional e adequada às características do delinquent, apostava no espírito como alvo a atingir para mudança de comportamento e não no corpo do condenado, como até então era praticado. Apesar de renegar a morte como meio penal, César Beccaria propõe a substituição desta pela escravatura perpétua.



pensamento reformador de Bentham é fulcral, conseguindo associar à penalidade uma vertente mais corretiva do que punitiva com o objetivo da “*recuperação e reclassificação social do condenado*”<sup>9</sup>. Este reformador consegue assim estabelecer uma ponte de ligação entre as questões humanitárias e filantrópicas do iluminismo do século XVIII e a emergente penalidade do século XIX, lançando as bases penais que iriam mais tarde enquadrar e legitimar o uso sistemático da prisão enquanto sanção penal por excelência. Paulo Adriano refere que, “ (...) *No contexto europeu, apesar das intenções de reformas e de um vasto leque de experiências ensaiadas no campo prisional, o sistema penitenciário não consegue atingir um estado de maturidade, uma vez que existem várias correntes que polarizam opiniões próprias que impedem e colocam entraves a que se estabeleça um consenso universal no que concerne à arquitetura prisional. O projeto inovador apresentado por Bentham, (...) não foi aprovado em Inglaterra pelo rei George III, mas exerce uma forte influência em outros países como França e Estados Unidos da América*”<sup>10</sup>.

A dificuldade em se estabelecer um único modelo penitenciário estava relacionada com a diversidade cultural, as divergências políticas e as dificuldades económicas de cada um dos países europeus. Assim, apesar dos esforços, não é no velho continente que vai despontar o modelo arquitetónico prisional de projeção internacional, mas sim no novo mundo, nos Estados Unidos da América através do sistema penitenciário filadelfiano que se materializou através da Eastern State Penitentiary que sendo inovador em relação às habitabilidade e segurança, revelou-se também um sistema menos violento pois a edificação/disposição das celas conferia a segregação e solidão dos reclusos de uma forma eficaz e sem necessidade de recorrer à violência física dos guardas, tal como acontecia nos anteriores sistemas. Coincidentemente ocorre durante o mesmo período, uma implementação em grande escala de reformas penais e prisionais que conduziram aos modelos “mistos”, caracterizados pela defesa social, podendo-se afirmar com uma razoável exatidão, que o modelo neoclássico prevaleceu nas políticas criminais dos países do centro e sul da Europa.

Podemos assim constatar que ao longo de todo o século XIX a edificação de penitenciárias fez parte dos projetos de afirmação e crescimento dos governos e das

---

<sup>9</sup> Foucault, Michel (2013). *Vigiar e Punir Nascimento da Prisão*, Lisboa, Edições 70, p.51.

<sup>10</sup> Adriano, Paulo (2010). *Penitenciária Central de Lisboa: A Casa do Silêncio e o despontar da arquitetura penitenciária em Portugal*, Lisboa, ULFL - IHA, p. 34.

políticas sociais liberais, que acreditavam fortemente no sistema penitenciário como forma de combater o crime, regenerando o delinquente para o reintegrar na sociedade. Só assim se explicam os monumentais complexos penitenciários que emergem por todo o mundo ocidental, monumentos aos tempos liberais, símbolo de civilização das nações no que diz respeito ao desenvolvimento social e penal, constituindo uma conquista dos direitos Humanos, no sentido em que subtrai às decadentes prisões do Antigo Regime o preso abandonado à sua má sorte e brutalmente castigado. Nas novas cidades punitivas, o penitenciário ocupa um lugar próprio, ficando sob a alçada do Estado, o qual passa a ter a responsabilidade de o “tratar” para o devolver à sociedade, refletindo uma nova mentalidade jurídico-penal<sup>11</sup> e prisional que marca fortemente o século XIX. Como consequência, a arquitetura penitenciária transforma-se num dos importantes ramos da arquitetura e da engenharia, projetada internacionalmente, entre outras formas, pelos congressos internacionais penitenciários.

Na atualidade, durante o cumprimento das penas privativas de liberdade, a educação do recluso é fundamental e cabe ao poder público esta missão, é inclusive uma precaução para o Estado e respetiva sociedade do ponto de vista dos interesses da mesma. O recluso deve ser acompanhado durante o cumprimento da pena com medidas de assistência e controlo por parte de pessoal especializado e acompanhado inclusive após a sua saída. Em muitos países os sistemas penitenciários ultrapassaram algumas dificuldades do passado no que respeita às condições de salubridade, apresentam sinais de modernidade, pois já possuem condições de higiene, alimentação adequada, ocupações profissionais, programas recreativos e desportivos. Estão providos de equipas de atendimento, médico, psiquiátrico, psicológico e sociológico. Para além deste universo de alterações substanciais nos EP's, o CGP sofreu uma forte e irreversível evolução, não só ao nível das habilitações exigidas para o ingresso nas respetivas instituições, como também, na formação oferecida. Este estado de arte representa uma melhoria significativa em relação às competências adquiridas e por inerência impulsionou uma substancial melhoria na interação do GP com o recluso.

---

<sup>11</sup> Cfr. o “*Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*” (1821). n.º 68, p. 20. O pensamento Iluminista concebia a Liberdade como um dos maiores bens do Homem, defendendo a sua dignidade, e nesse sentido, os nossos liberais vintistas trazem para debate às Cortes os problemas dos cárceres portugueses e dos castigos físicos penais. Na sessão de 1 de Fevereiro de 1821 ficaram desde logo abolidas, até à conclusão de um novo Código Penal, as penas de cariz medieval como “*a confiscação de bens; a transmissão da infâmia ou de outro efeito penal, além da pessoa delinquente; os açoites com barão e pregão, ou sem ele; o marcar com ferro quente, mesmo nos ombros; e o uso da tortura*”, princípios cristalizados posteriormente na Constituição Portuguesa.

## 1.2 - A Globalização e a alteração do paradigma penitenciário

Não é nossa pretensão, porfiar sobre a definição, ou mesmo entendimento, do termo e do conceito “Globalização”, mas é essencial que fique determinado que a referência neste estudo a esse fenómeno considera-a como um processo progressivo, irreversível, multidimensional, com uma influência determinante no processo histórico do futuro e finalmente é também um fenómeno de mudança social, que influencia toda a conjuntura de segurança mundial e determinantemente o crescimento da criminalidade, a qual conferiu à população reclusa uma nova dimensão e caracterização. A transformação da conjuntura política, económica e social do mundo durante o séc. XX, conjuntamente com o fenómeno da globalização, desenvolveram novos comportamentos na sociedade pós-moderna e por efeito de contágio o universo criminal assumiu diferentes processos de contrariar os sistemas de segurança até agora implementados. As novas estratégias do crime incidem sobre a inovação nas mais diferentes áreas, nomeadamente no âmbito da tecnologia, armamento, informática, entre outros. Esta nova realidade afeta a segurança da sociedade e em particular o contexto securitário penitenciário, sendo certo que o crime se estende aos diferentes estratos da sociedade e incide sobre a população em geral.

Como escreveram Jorge Rodrigues e Tessaleno Devezas: *“O fenómeno da globalização é um processo no tempo e portanto também um processo histórico e a sua compreensão requer uma viagem para trás no tempo, (...) quando emergiram as rotas da seda através da Eurásia e os projetos de um império mundial de Gengis Khan (1165-1227) e dos seus sucessores mongóis no século XIII. Um processo que se tornou mais evidente nos séculos seguintes, aquando do início da aventura atlântica liderada por Portugal, que concebeu o primeiro projeto global de expansão que viria a «dar novos Mundos ao Mundo», como disse Luís Vaz de Camões e assim forjar a génese do Mundo Moderno”*<sup>12</sup>. O primeiro uso do adjetivo global apareceu em 1892 nas páginas da revista *Harper's Magazine*<sup>13</sup> e em 1961 o termo “Globalização” entrou (em inglês) no dicionário Webster, acabando por destronar, nos anos 1970, a expressão francesa “mundialização”.

---

<sup>12</sup> Rodrigues, Jorge, Devezas, Tessaleno (2007). *Portugal – O Pioneiro da Globalização*, Famalicão, Centro Atlântico, p. 23.

<sup>13</sup> Revista Harper (on line). Disponível na internet: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Harper's\\_Magazine](http://pt.wikipedia.org/wiki/Harper's_Magazine)> (consultado em 28-12-2014). Revista Harper (também denominada de Harper) é uma revista mensal de literatura, política, cultura, finanças, e as artes, com uma perspectiva geral de esquerda. É a segunda revista mais antiga publicada mensalmente e de forma continuada nos EUA (A Scientific American é a mais antiga).

O discurso sobre a globalização ganhou ímpeto e forma sustentada em meados dos anos de 1960 e durante os anos de 1970, quando se vulgarizou a expressão “Aldeia Global” (usada pelo autor e filósofo canadiano Herbert Marshall McLuhan<sup>14</sup>, particularmente no seu livro de 1968), para designar o sistema global de comunicações então em plena expansão. Em 1983, o termo globalização foi introduzido por Théodore Levitt, num artigo publicado na *Harvard Business Review*, querendo designar a convergência dos mercados para os produtos das grandes firmas multinacionais. Mais tarde, o termo popularizou-se com o livro de Kenichi Ohmae intitulado *The Borderless World: Power and Strategy in the Interlinked Economy*. Nos dias de hoje, “Globalização” é o termo preferido para designar a nova era de *world affairs*, consolidada após o fim da Guerra-Fria, transformando-se mesmo numa *buzzword*<sup>15</sup>.

Consideramos que o efeito produzido pela globalização na sociedade “pós-moderna” é muito mais importante de considerar do que a sua definição, pois os riscos daí resultantes para a paz social têm sido observados através das últimas décadas. O sociólogo Anthony Giddens refere que “ (...) a globalização está a produzir riscos, desafios e desigualdades que atravessam fronteiras nacionais e diminuem a capacidade das estruturas políticas existentes. Em virtude de os governos não estarem preparados para, sozinhos, lidarem com estas questões transnacionais, há necessidade de novas formas de governação global, para lidar com os problemas mundiais de uma forma global. Reafirmar a nossa vontade no mundo social em rápida mudança em que vivemos pode constituir o maior desafio do século XXI”<sup>16</sup>.

O cenário internacional geoestratégico da última década do séc. XX sofreu profundas transformações motivadas pelo fim do denominado período da Guerra-Fria e que resultou na extinção do mundo bipolar, desvanecimento do controlo que os EUA e a ex-URSS tinham sobre países terceiros, o que conduziu a conflitos regionais e guerras internas, as quais escaparam ao controlo das grandes potências. No nosso entendimento

---

<sup>14</sup> Marshall McLuhan (on line). Disponível na internet: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Marshall\\_McLuhan](http://pt.wikipedia.org/wiki/Marshall_McLuhan)> (consultado em 28-12-2014). Entre 1944 e 1946, foi professor de literatura na Universidade de Assumption, Wisconsin e Saint Louis, nos Estados Unidos, e na Universidade de Toronto, entre 1946 e 1979. Das cerca de 15 obras que publicou, fazem parte livros como *The Medium is the Message: An Inventory of Effects* (O Meio é a Mensagem, 1967) e *War and Peace in the Global Village* (Guerra e paz na Aldeia Global, 1968).

<sup>15</sup> Buzzwords (on line). Disponível na internet: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Buzzword>> (consultado em 28-01-2015). Estas *Buzzwords* são a expressão de novos conceitos que surgem a um ritmo alucinante e que pelo interesse que despertam na comunidade onde nascem e se cultivam, através dos múltiplos, velozes e eficazes meios de comunicação, extrapolam essa mesma comunidade e tornam-se transversais á sociedade.

<sup>16</sup> Giddens, Anthony (2010). *Sociologia*, 8.ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p.76.

este contexto mostrou-se propício ao surgimento de alguns grupos conotados com associações criminosas, redes internacionais de tráfico de armas, pessoas e droga, dando assim origem a uma nova dimensão de crime organizado. No ponto agora apresentado, decidimos fazer uma abordagem ao crime organizado na Europa a partir de uma visão sobre todo o processo de globalização e acontecimentos que determinaram uma nova ordem mundial e especificamente europeia, que por consequência direta vieram alterar radicalmente o universo populacional penitenciário.

Embora não se trate de um fenómeno recente, a globalização, juntamente com a evolução política, económica, social e tecnológica na Europa desde o início dos anos 90, trouxeram condições propícias ao desenvolvimento do crime à escala mundial. No nosso entender, a globalização obrigou a uma nova dimensionalidade do espaço geográfico e respetivos limites dos territórios, criou proximidade entre nações antes consideradas longínquas e uma nova visão transnacional dos povos, oferecendo-lhes a possibilidade de transitarem facilmente de um local para outro sem que se lhes ofereçam barreiras físicas. Esta nova era de circulação de pessoas e bens determinou um novo intercâmbio cultural, financeiro e de conhecimentos que paralelamente foi acompanhado pela disseminação de organizações criminosas, as quais tiraram proveito desta nova “dimensão do globo”. Consideramos que a ameaça representada pelo crime organizado está, no entanto, mais relacionada com a evolução da sua natureza do que com a sua dimensão. Devido aos fatores acima mencionados, foi adaptando a sua estrutura, a sua forma de operar e as suas atividades à realidade que o rodeia. Atualmente podemos encontrar marcas do crime organizado transnacional em atividades cada vez mais diversas, reflexo de uma tentativa de se esquivar à legislação que vai sendo produzida e de reduzir os riscos da concentração numa só área. Quer o narcotráfico, quer o tráfico de seres humanos, o apoio à imigração ilegal, o cibercrime, os crimes financeiros e o tráfico diverso eram atividades com pouco em comum entre elas.

Outro aspeto que veio alterar radicalmente a configuração do crime organizado e a sua capacidade de furtar-se às estratégias securitárias, foi a dimensão da globalização abrangente à extraordinária inovação da tecnologia de informação e dos transportes, o que significa que o mundo opera através da interação de uma multiplicidade de redes, que diluem a diferença entre o interno e o externo, relativizando os mecanismos de segurança criados entre os Estados para poderem manter em regime de confidencialidade as matérias de cariz securitário, permitindo assim estabilidade política entre nações e dentro

delas. José Mota refere que “ (...) *A criminalidade de hoje não tem fronteiras. Esta é a grande questão e o grande desafio que se põe ao Estado. Nenhum Estado sozinho, nenhum Procurador sozinho, nenhuma polícia sozinha está em condições de investigar o que for. A dispersão da ação criminosa (no tempo e no lugar) ultrapassando, muitas vezes, as fronteiras exige como resposta a cooperação judiciária entre os Estados*”<sup>17</sup>. O crime organizado é constituído por diferentes formas de atividade transfronteiriças que têm muitas das características dos negócios ortodoxos, mas que são ilegais. O crime organizado engloba, entre outras atividades, o jogo ilegal, a prostituição, o roubo em grande escala e esquemas de extorsão. Baseia-se frequentemente na violência ou na ameaça do uso da mesma. Embora o crime organizado se tenha desenvolvido tradicionalmente em cada país segundo determinadas particularidades culturais, o seu alcance tornou-se cada vez mais de carácter transnacional.

A estrutura do crime organizado é muito desenvolvida, durável e a sua organização, baseada na divisão científica do trabalho, pode ser comparável à de uma empresa. A sua grande flexibilidade permite-lhe ainda adaptar-se permanentemente e expandir a sua atividade a novas zonas geográficas (áreas internacionais no caso do crime organizado transnacional) e a novos mercados, o que lhe dá igualmente um cariz multifacetado. De acordo com John Salt, é muito possível que a organização deste tipo de grupos se baseie, não num núcleo, mas em conjuntos de pequenas redes independentes que, embora inter-relacionadas, se vão alterando e crescendo consoante as necessidades do mercado<sup>18</sup>. Os métodos empregues por estas organizações criminosas são destinados a destruir os obstáculos à sua atividade e passam habitualmente pelo uso da violência seletiva ou de outros meios de intimidação e pelo exercício de influência na política, nos media, na economia e no meio judicial. Com as recentes mudanças no sistema internacional, é, no entanto, de esperar que o crime organizado, motivado não só pela procura de maior lucro, mas também pela necessidade de se adaptar às respostas dos países em que opera, se afaste gradualmente destas características mais tradicionais.

Em conclusão poderemos considerar que há um certo consenso, de que não existe uma definição universalmente aceite para o termo “Globalização”, mas por outro lado, o

---

<sup>17</sup> Universidade católica, mestrado de santos - unisantos (on line). Disponível na internet: <biblioteca.unisantos.br:8181/bitstream/tede/64/1/sergiosalvador.pdf> (consultado em 29-01-2015).

<sup>18</sup> Salt, John (2000). *Trafficking and Human Smuggling: a European Perspective, International Migration*, London, IOM, p. 31. “(...) *as anyone network grows it may incorporate others and recruit more international staff with different ethnic origins* (...)”.

conceito impôs-se no cenário mundial e traduz o sentimento de que grandes transformações que estão permanentemente a acontecer e necessitam de ser entendidas, pois como afirma Anthony Giddens, “ (...) *o seu impacto reflete-se nas nossas vidas pessoais, na maneira como pensamos acerca de nós próprios e nas nossas relações com os outros. As forças globalizantes penetram nos nossos contextos locais e nas nossas vidas pessoais, seja através de fontes impessoais como os meios de comunicação e a internet, seja através de contatos pessoais com pessoas de outros países e culturas*”<sup>19</sup>. Tal como constatamos pelos diferentes autores, os seus efeitos afetam todas as camadas da sociedade humana a nível planetário e consideramos neste estudo, também nacional e localmente, em específico no meio prisional provocando uma transformação permanente e ininterrupta na já heterogénea população reclusa, sendo esta constituída por diferentes indivíduos, diferentes grupos, etnias e nacionalidades.

---

<sup>19</sup> Giddens, Anthony (2010). *Sociologia*, 8.ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p.75.

## Capítulo II

### ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: O Sistema penitenciário e a função do CGP

#### 1 – Evolução histórica do Sistema Penitenciário Português

Segundo Maria Vaz, “*ao longo da segunda metade do século XIX o crime foi uma questão de crescente relevo em Portugal, quer para a sociedade quer para os estudiosos da época que efetuavam vários debates e reflexões em torno das diferentes concepções de crime, e foi deste modo que se abandonou a criminalidade como concepção de problema, passando a ser entendida como um importante fenómeno social que afeta a vida em sociedade, e que necessitava da implementação de medidas eficazes para o seu combate. (...) Os utilitaristas e filantropos defendiam que a reclusão num espaço fechado e afastados das influências externas eram o epicentro do projeto de regeneração individual. (...) uma pena recomendável e de utilidade era aquela que aliava a perda de liberdade ao seu sofrimento e que iria permitir a possibilidade de regeneração do indivíduo que deveria efetuar uma reflexão interior, devido ao afastamento do convívio social durante um determinado tempo (...)*”<sup>20</sup>.

Em Portugal, a corrente ideológica “Correlacionalista”, que derivava do iluminismo, impôs-se e influenciou durante um largo período o conceito penitenciário nacional, a interpretação ideológica relativamente à criminalidade e a sua penalização. Em Milão, o jurista e filósofo italiano Cesare Beccaria prestou uma contribuição enorme para a afirmação da corrente já referida ao escrever a obra “*Dos Delitos e das Penas*”<sup>21</sup>, a importância dada na época a esse novo entendimento da penalização criminal influenciou determinantemente o consumo de uma nova política penitenciária. As reformas previstas na segunda metade do Século XIX foram constantemente adiadas e proteladas fruto da incapacidade dos governos da época. É finalmente a 27 de Janeiro de 1867 que o então ministro da Justiça, César Augusto Barjona de Freitas, apresenta ao Parlamento um

---

<sup>20</sup>Vaz, M. J. (2002). *Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista - Passados Recentes, Futuros Próximos*, Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Edição CD-ROM, Lisboa, Associação portuguesa de Sociologia, p. 11.

<sup>21</sup> Beccaria, Cesare (2014). *Dos Delitos e das Penas* (tradução do original italiano intitulado, *Dei Delitti e Delle Pene*, José de Faria Costa), 4ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.



Projeto Lei de Reforma Penal e das prisões, sendo discutido e publicado como lei a 1 de Julho de 1867<sup>22</sup>. Para além da abolição da pena capital, a proposta previa ainda a reforma prisional do país instituindo finalmente o sistema penitenciário “Filadelfiano” de isolamento absoluto, acompanhado por educação moral e religiosa, instrução e trabalho celular obrigatório. Segundo M. J. Vaz, *“A reforma Penal e Prisional de 1 de Julho de 1867 previa também a construção de três cadeias penitenciárias uma em Lisboa outra no Porto para reclusos do género masculino, e a terceira também no Porto mas para o género feminino, no entanto só foi construída a Penitenciária de Lisboa, em 1885, entrou em funcionamento e com ela o regime “Pensilvano” que vigorou até 1913”*<sup>23</sup>. Na Penitenciaria de Lisboa o regime imposto por esta corrente determinava que o regulamento de reclusão impusesse um recluso por cela com isolamento total do recluso durante o período noturno e durante o período diurno os reclusos obedeciam a um absoluto silêncio. Esta imposição era abrangente a todas as áreas da cadeia, inclusive, durante a sua formação escolar, na qual não lhes era permitido verbalizar as suas dúvidas através das necessárias perguntas. O trabalho era efetuado nas celas e sempre fardados. A disciplina era imposta de diferentes formas e esse rigor ficava bem expresso no deslocamento para o exterior celas em que tinham de usar um capuz para que não fossem reconhecidos entre eles. Os reclusos tinham direito a três refeições por dia, serviço religioso e uma hora de recreio a céu aberto.

Nos E.U.A. a prática do sistema “Filadelfiano”, da penitenciária de Pentonville, era responsável por uma baixa taxa de alienados e de problemas de saúde física e mental, permitindo que a taxa de mortalidade desta penitenciária fosse uma das mais baixas de sempre. Estes resultados são consequência direta das excelentes condições sanitárias, da prática de trabalho celular, da instrução moral e religiosa e do exercício nos pátios isolados. Paulo Adriano refere que *“o sistema “Filadelfiano” é considerado naquela época como o mais perfeito, consequência da sua tipologia arquitetónica, que impõe eficazmente a absoluta separação, isolamento dos presos e respetivo anonimato, pelo reduzido número de guardas necessário para impor a disciplina e pelas questões do trabalho celular. Este último deveria ser incutido ao preso pelo gosto, atuando como um*

---

<sup>22</sup> Freitas, Barjona (1867). *Propostas de Lei apresentadas à Câmara dos Senhores Deputados em sessão*, Lisboa, Imprensa Nacional.

<sup>23</sup> Vaz, M. J. (2002). *Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista - Passados Recentes, Futuros Próximos*, Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Edição CD-ROM, Lisboa, Associação portuguesa de Sociologia, p. 12.

*processo e instrumento de mudança e não numa vertente de castigo corporal, nem numa conceção de produção industrial como o sistema “Auburniano”<sup>24</sup>, que tinha como objetivo fulcral o lucro, concorrendo com as indústrias particulares. Apesar de ser um sistema dispendioso para a regeneração dos criminosos, a sua não implementação traria ainda maiores custos para a sociedade portuguesa”<sup>25</sup>. O trabalho dos reclusos era efetuado em comum, e na instrução literária os mais instruídos lecionavam para os menos instruídos com vigilância dos guardas, do vencimento dos reclusos era debitada a farda e o calçado que lhes era distribuído à entrada. Em Portugal, “A Reforma da Organização Prisional de 1936<sup>26</sup> no seu preambulo subdivide as cadeias em cadeias comarcãs, cadeias centrais e cadeias penitenciárias. As comarcãs para cumprimento de penas até três meses, as centrais para penas superiores a três meses e as penitenciárias ao cumprimento de prisão maior que seriam penas superiores a três anos. (...) O mesmo diploma previa que em cada comarca devia haver uma cadeia preventiva para penas de prisão de curta duração, e a nível de construção prisional refere que apenas foram construídas as penitenciárias de Lisboa, Coimbra e Santarém e que esta última foi afeta como presídio militar, refere também que em 1915 foi criada a Prisão de Monsanto designada como Casa de Trabalho, a Colónia Penal de Sintra que foi inaugurada em Agosto de 1915, e a prisão das Mónicas que foi criada por decreto a 10 de Maio de 1919. Foram ainda criadas em 1932 a Penitenciária de Alcoentre, as Colónias Penais de Santa Cruz do Bispo e Santo Antão do Tojal, em 1934 a Prisão-Escola de Leiria e em 1936 a Cadeia-Depósito de Caxias, e além destes espaços prisionais funcionavam as cadeias comarcãs por todo o país. No Decreto-Lei (DL) N.º 49 040 de 1969, o Ministério da Justiça e Obras Públicas refere que faltavam construir cerca de 120 pequenas Cadeias Comarcãs para completar a rede de estabelecimentos locais, previsto pela Organização*

---

<sup>24</sup> Sistema Penitenciário - Artigonal.com (on line). Disponível na internet: <[www.artigonal.com/direito-artigos/sistema-penitenciario-3711408.html](http://www.artigonal.com/direito-artigos/sistema-penitenciario-3711408.html)> (consultado em 28-12-2014). Com a tentativa de ser mais eficaz e mais económico do que o sistema Pensilvânico, surgiu o sistema Auburniano, em 1816, com a construção da prisão de Auburn, a qual possuía uma estrutura jamais vista até então. Ela continha divisões estruturais para atender aos diversos níveis de delinquentes. A primeira ala era a mais isolada, encontrando-se nela os presos mais velhos e os delinquentes persistentes. A segunda ala era destinada àqueles que possuíam autorização para trabalhar, permanecendo isolados apenas três vezes na semana. Na terceira ala ficavam os que fossem passíveis de recuperação. Convém ressaltar que os presos, durante o dia, permaneciam em conjunto, só sendo isolados durante o período noturno. Em relação com o sistema Pensilvânico, percebeu-se que o número de mortos e surtos era inferior, além de ser um sistema mais económico, tendo em vista que alguns presos trabalhavam no sistema Auburniano.

<sup>25</sup> Adriano, Paulo (2010). *Penitenciária Central de Lisboa: A Casa do Silêncio e o desmontar da arquitetura penitenciária em Portugal*, Lisboa, ULFL - IHA, p. p. 72 - 73.

<sup>26</sup> Cfr. A Reforma da Organização Prisional, DL n.º 26:643, Diário de Governo n.º 124 de 28 de maio de 1936.

*Prisional em que cada comarca devia estar dotada de uma cadeia comarcã*<sup>27</sup>. Em 1975 foram encerradas as cadeias comarcãs e criados os Estabelecimentos Prisionais Regionais, que na verdade, somente mudaram de denominação porque a maioria deles continuaram a funcionar nas mesmas infraestruturas penitenciárias. “*Segundo o Relatório Final da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional realizado em 2004, podemos afirmar que em 68 anos de história do parque penitenciário ou seja entre os anos de 1959 e 2003, podemos identificar em 1947, 204 cadeias comarcãs num total de 211 estabelecimentos, face às alterações logísticas e orgânicas no ano de 1977 atinge-se o número mínimo de estabelecimentos de reclusão sendo apenas 37, no entanto, nos anos oitenta, o parque prisional volta a aumentar. No ano de 2003, existiam 55 estabelecimentos prisionais, divididos por 17 centrais, 3 especiais e 35 regionais. No ano de 2010 o parque penitenciário do sistema prisional é constituído por 50 EP’s, dividido por 17 centrais, 5 especiais, 28 regionais e uma cadeia de apoio*”<sup>28</sup>. Distribuindo-se geograficamente da seguinte forma<sup>29</sup>:

– Distrito Judicial do Porto.

EP’s de; Braga, Bragança, Chaves, Santa Cruz do Bispo (masculino), Santa Cruz do Bispo (feminino), Guimarães, Izeda, Lamego, Paços de Ferreira, Porto, Vale do Sousa, Viana do Castelo, Vila Real, EP instalado junto da P.J. do Porto.

– Distrito Judicial de Coimbra.

EP’s de; Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Guarda, Leiria (jovens), Leiria, Torres Novas, Viseu.

– Distrito Judicial de Lisboa.

EP’s de; Angra do Heroísmo, Caldas da Rainha, Carregueira, Caxias, Funchal, Linhó, Lisboa, Monsanto, Montijo, Ponta Delgada, Sintra, Tires (feminino),

---

<sup>27</sup> Vaz, M. J. (2002). *Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista - Passados Recentes, Futuros Próximos*, Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Edição CD-ROM, Lisboa, Associação portuguesa de Sociologia, p. p. 13 - 14.

<sup>28</sup> Vaz, M. J. (2002). *Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista - Passados Recentes, Futuros Próximos*, Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Edição CD-ROM, Lisboa, Associação portuguesa de Sociologia, p. p. 14 - 15. Cfr. Relatório Final da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional, 2004.

<sup>29</sup> Direcção Geral dos Serviços Prisionais, Estabelecimentos Prisionais (on line). Disponível na internet: <[www.dgsp.mj.pt/](http://www.dgsp.mj.pt/)> (consultado em 28-12-2014).

Estabelecimento Prisional instalado junto da Polícia Judiciária de Lisboa, Hospital Prisional São João de Deus, Cadeia de Apoio da Horta.

– Distrito Judicial de Évora.

EP's de; Alcoentre, Elvas, Évora, Faro, Odemira (feminino), Olhão, Cruz, Setúbal, Silves, Vale de Judeus.

Os atuais EP's<sup>30</sup> são tutelados pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais criada pelo DL n.º 215/2012 de 28 de setembro (LODGRSP), na sequência da aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Justiça (LOMJ), pelo Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, no âmbito do Compromisso Eficiência, o XIX Governo Constitucional determinou as linhas gerais do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC). A sua missão permite uma intervenção centrada no indivíduo desde a fase pré-sentença até à libertação, preparando, em colaboração com os serviços do setor público e privado, de oportunidades de mudança e de reinserção social, diminuindo as consequências negativas da privação da liberdade e reduzindo os riscos de reincidência criminal. A anterior designação, “Direção Geral dos Serviços Prisionais”, resultou daquilo que era a Administração e Inspeção-Geral Autónoma do Serviço das Prisões segundo o Decreto n.º 5:609, de 10 de maio de 1919, só em 1933, através do Decreto n.º 22708, de 20 de junho, foi convertida em Direção-Geral, e em 1935, o Decreto n.º 25016, de 7 de fevereiro, centralizou nela todos os assuntos prisionais até então a cargo de outras entidades. No que concerne à natureza da atual da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a mesma é definida na orgânica constante do DL n.º 215/2012<sup>31</sup> de 28 de setembro, no seu art.º 1.º: “A *Direção -Geral de Reinserção e Serviços Prisionais*, abreviadamente designada por *DGRSP*, é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa”. Quanto à sua missão, no art.º 2.º do mesmo diploma refere; “A *DGRSP* tem por missão o desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução das penas e medidas e de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo

---

<sup>30</sup> Crf. o art.º 14.º da LODGRSP, que define a direção e distinção dos estabelecimentos prisionais em razão da dimensão, da lotação e da proximidade geográfica, sendo que os mesmos se diferenciam pela sua complexidade de gestão: nível de segurança especial ou alta e grau de complexidade de gestão elevado; nível de segurança alta ou média e zonas prisionais em funcionamento junto à Polícia Judiciária, que são equiparadas a estabelecimentos prisionais, com as devidas adaptações.

<sup>31</sup> Homologação da Lei Orgânica da DGRSP na sequência da aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Justiça, pelo Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro.

*e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social”.*

## **1.2 - Resenha histórica e evolutiva do Corpo da Guarda Prisional**

Neste capítulo pretendemos explicar uma resenha histórica e evolutiva do GP de modo a compreender como se desenvolveu e organizou, quais os fundamentos que legitimaram a sua atuação e promoveram a sua identidade profissional e estatutária. Incidiremos sobre o desenvolvimento do contexto da atividade na sua genesis securitária, mas paralelamente também ela social, sendo que para tal determina o seu exercício profissional em prol da sociedade, fazendo prevalecer o princípio fundamental de que, *“Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”*<sup>32</sup>.

A profissão de GP começa a ter um enquadramento funcional através daquele que era denominado o carcereiro, que na época representava a patente hierárquica do atual Chefe Principal do Estabelecimento Prisional, o qual tinha a sua atividade definida no Regulamento das Cadeias de 16 de janeiro de 1843. As suas tarefas eram de guarda, de trato e acompanhamento dos presos, bem como exercer procedimentos de segurança e polícia, observando também a higiene e faxina da cadeia. A nível da logística e guarda dos reclusos, tinha de proceder à sua receção, libertação, transferência entre cadeias segundo os regulamentos da época e recebia as carceragens que eram o pagamento efetuado pelos reclusos em função dos alojamentos nos quais cumpriam as suas penas privativas de liberdade. Na vertente securitária faziam cumprir determinações que se relacionavam com a conduta dos reclusos dentro das cadeias, nomeadamente as que correspondiam à movimentação destes nas zonas prisionais, impedindo-os de circular livremente, zelavam pela sua própria segurança através do controlo de qualquer instrumento que pudesse resultar, pelo seu uso, em uma arma ou na própria existência das mesmas. Mais importante ainda, impediam a fuga dos reclusos ou a invasão da cadeia por arrombamento, além de estarem também delegados a inspecionarem e executarem a revista diária de manhã e à noite a todo o edifício e assegurar as saídas de reclusos. Segundo Vaz, *“ (...) no que concerne ao “tratamento dos presos” tinham de cumprir com exatidão as ordens que os impedia de agravar as suas penas ou mudá-los*

---

<sup>32</sup> Crf. o art.º 1.º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

*arbitrariamente de prisões, não podiam exigir-lhes dinheiro nem fazer uso de violência e maus tratos, tinham também a obrigação de vigiar o que era proibido, tais como: os jogos, o uso excessivo de bebidas alcoólicas, a entrada de produtos furtados, as desordens, os indivíduos suspeitos, a reunião de pessoas de diferente género. O carcereiro era obrigado, a prestar fiança e juramento e assinava um termo de responsabilidade pelo fiel cumprimento da cadeia, tinha de elaborar o inventário de todos os utensílios e reclusos, e obrigar os reclusos ao cumprimento dos horários quotidianos*<sup>33</sup>.

A mesma autora diz ainda em relação ao recrutamento dos carcereiros ou guardas, que este “ (...) recaía preferencialmente sobre os antigos soldados, pois a vida militar era observada como uma preparação primordial para o desempenho das funções. A obediência e a lealdade eram fundamentais, o desempenho da profissão conduzia a um grande isolamento e à privação da vida em sociedade, uma característica que era semelhante à da carreira militar. Analisando a abertura de um concurso publicado em edital de 27 de outubro de 1857, cujo objetivo era o recrutamento de guardas auxiliares da Cadeia da Relação do Porto, identificou o perfil pretendido para o desempenho do cargo, os candidatos tinham que reunir determinados requisitos (...)”<sup>34</sup>, dos quais citamos resumidamente alguns, nomeadamente, saber ler e escrever e em igualdade de circunstâncias tinham preferência os soldados dos corpos de veteranos. Vaz refere ainda que “ (...) na Cadeia da Relação do Porto, através da Portaria de 29 de janeiro de 1859, podemos aferir que sobre o recrutamento dos guardas a preferência recaiu sobre os soldados reformados ou veteranos, voltando a acontecer o mesmo no ano de 1875. O cargo de carcereiro nesta época, além de ocupado por soldados veteranos, foi também desempenhado por cabos de polícia, regedores de paróquia, pois garantiam à partida a idoneidade e a disciplina”<sup>35</sup>.

Na verdade, o nascimento da profissão de Guarda Prisional na sua verdadeira essência da missão mais definida ao nível de conteúdo funcional surgiu apenas em 1888, com o Regulamento Provisório da Cadeia Geral Penitenciária<sup>36</sup>, o atual Estabelecimento

---

<sup>33</sup> Vaz, M. J. (2002). *Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista - Passados Recentes, Futuros Próximos*, Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Edição CD-ROM, Lisboa, Associação portuguesa de Sociologia, p. 16.

<sup>34</sup> Idem, p. p. 16 – 17.

<sup>35</sup> Idem, p. 17.

<sup>36</sup> Regulamento Provisório da Cadeia Geral Penitenciária de 1888 – Distrito da Relação de Lisboa, aprovado por Decreto de 20 de Novembro de 1884.

Prisional de Lisboa. Segundo Vaz “*O referido regulamento previa de modo hierárquico as seguintes categorias e funções:*

- *O Chefe de Guardas estava às ordens imediatas do subdiretor do estabelecimento tendo como missão a sua substituição nas ausências ou impedimentos, e quanto às suas funções enquanto polícia e de disciplina da cadeia, devia fazer executar todas as disposições regulamentares no que dizia respeito à ordem disciplina e limpeza, quer dos presos quer dos subalternos, fiscalizar o serviço, inspecionar a mobília e os utensílios, velar pela segurança, efetuar rondas exteriores e interiores, verificar e assegurar o cumprimento do serviço por parte dos guardas e sentinelas, assistir à distribuição dos viveres, dirigir a passagem dos presos para os parlatórios, pátios de passeio, capela e outros locais; Deveriam também visitar os presos nas celas, verificar se os guardas também o faziam, vigiar o armamento, os uniformes, os aposentos dos guardas de modo a conservar a ordem e o asseio, bem como relatar diariamente o desempenho dos diversos serviços, alertando-o para as ocorrências extraordinárias;*
- *Os Guardas de 1ª Classe estavam imediatamente subordinados ao Chefe de Guardas, tendo como principais tarefas a vigilância dos presos, o serviço económico e higiénico da cadeia, e mais especificamente: dirigir o serviço dos guardas de 2ª classe verificando as suas faltas ou omissões, observar os presos dentro das celas, alertar o médico dos presos que necessitavam de cuidados clínicos, manter a ordem a disciplina dos presos e dos guardas subalternos, dar boa guarda, ordem e limpeza à padaria, pátios, armazéns, lavandaria, cozinha e a todos os compartimentos. Deveriam também entre outras tarefas de verificar as horas de levantar e de deitar dos presos, as roupas a eles distribuídas, assistir à alimentação, retirar os utensílios e ferramentas, pela noite, do interior das celas e que podiam vir a ser usados numa evasão, examinar uma ou mais vezes por dia as grades, as portas, os aparelhos de ventilação, a iluminação, vigiar o estado das celas, e os trabalhos aí realizados pelos reclusos, não manter conversações com os reclusos a não ser que fosse para que os mesmos se resignassem, e tivessem bons procedimentos e emenda. Hierarquicamente, e em relação ao Chefe de Guardas, tinham de lhe*

*comunicar as ocorrências, o desempenho dos Guardas de 2ª Classe e subalternos, eram também responsáveis pelos móveis das celas e utensílios dos quais tinham de passar recibo, e entregar ao Chefe de Guardas para este entregar ao Subdiretor;*

- *Os Guardas de 2ª Classe estavam às ordens do Chefe de Guardas e dos Guardas de 1ª Classe, sendo-lhes distribuídos os serviços pelo Diretor e Subdiretor, deveriam vigiar a ordem e o asseio das celas, ensinar os presos a trabalhar com os utensílios, não deixar comunicar os reclusos entre eles, nem reconhecerem-se, cumprir as ordens relativas à ordem, segurança, e a limpeza que lhes eram transmitidas*”<sup>37</sup>.

Durante a época do Estado Novo, mais propriamente em 14 de setembro de 1939, foi aprovado o plano de uniformes para o corpo de guardas. Mais tarde, a 22 de julho de 1948 é reunido todo o plano de uniformes num só diploma, revendo e atualizando o plano de modo a definir as regras de utilização dos diferentes artigos de uniforme, assim como as prescrições sobre as espécies, as dimensões, as qualidades, as cores e os modelos, os padrões e os feitios. Ainda em relação às condições a auferir, segundo Vaz, “*Em Diário da Assembleia Nacional, de cinco de dezembro de 1953 (p. 2532) o deputado Moura Ramos num debate parlamentar alertava que os guardas dos serviços prisionais necessitavam de auferir melhores vencimentos, de modo a atrair mais candidatos à profissão e com mais classificações, além de que as condições de trabalho nas colónias penais eram muito duras, e tinham ocorrido recentemente dois assassinatos de guardas, um na Colónia Penal do Bié e outro na Cadeia Penitenciária de Coimbra*”<sup>38</sup>. Em relação às preocupações tidas com as melhores condições de trabalho, horário, remuneração, fardamento e ao reforço do contingente (...) “*O deputado salientou ainda a necessidade de alteração do horário de trabalho sugerindo que fosse semelhante ao da Polícia de Segurança Pública (PSP), e que era necessário aumentar a corporação em cerca de duzentos guardas para efetuar esta alteração. Quanto aos vencimentos existia também a*

---

<sup>37</sup> Vaz, M. J. (2002). *Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista - Passados Recentes, Futuros Próximos*, Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Edição CD-ROM, Lisboa, Associação portuguesa de Sociologia, p. p. 18 - 19.

<sup>38</sup> Idem p. 20.



*necessidade de equipará-los aos da PSP, além de que o fardamento era comprado a expensas próprias e a PSP tinha um subsídio de fardamento”<sup>39</sup>.*

Refere Vaz que “No ano de 1969<sup>40</sup> e durante os vários anos em que foram extintas as cadeias comarcãs e julgados municipais que estavam em áreas onde havia estabelecimentos prisionais regionais, os carcereiros são integrados no quadro único dos guardas prisionais da metrópole, com a categoria de guardas auxiliares conservando os direitos e as regalias que usufruíam exceto o de residência em casa do estado. No ano de 1977 foi aprovado pela Direção Geral dos Serviços Prisionais o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais Regionais. No seu Capítulo VI podemos observar de forma sucinta as tarefas que competiam ao Corpo de Guardas:

*Tratar os reclusos com estima no entanto sem familiaridades, com urbanidade e decoro; O uso da força é expressamente proibido e apenas permitido nos termos em que a lei o autoriza; Assistir às visitas impedido a entrega de objetos não permitidos ou perigosos para segurança do Estabelecimento; Proibir conversas ilegais ou imorais suspendendo as visitas que não acatem as suas ordens dando conhecimento superior do mesmo; Vigiar a higiene dos reclusos e se necessário for obrigá-lo a tomar banho, a cortar o cabelo e fazer a barba, e a limpar a sua cela e outras dependências do Estabelecimento; Vigiar os recreios, não permitindo conversas entre os reclusos em que estes falem dos crimes praticados ou assuntos imorais, proibir brincadeiras nocivas ou jogos ilícitos; Assistir às refeições e comunicar ao Educador às deficiências que possam existir na alimentação; Classificar e vigiar o trabalho de cada recluso; Comunicar ao Médico as doenças súbitas dos reclusos; É expressamente proibido aos guardas negociar com os reclusos, quer seja comprar, vender, ou emprestar, ou receber quaisquer dádivas das suas famílias; Dar conhecimento ao Assistente Religioso de qualquer doença grave dos reclusos; Aconselhar com senso os reclusos mediante o seu comportamento e aprumo moral, dando-lhes bons exemplos; Manter fechados gradões e portas de acesso à zona prisional; Inspeccionar frequentemente as celas dos reclusos e*

---

<sup>39</sup> Vaz, M. J. (2002). *Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista - Passados Recentes, Futuros Próximos*, Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Edição CD-ROM, Lisboa, Associação portuguesa de Sociologia, p. p. 21 - 22.

<sup>40</sup> Cfr. o art.º 11 º do DL n.º 49 040, Diário do Governo – I Série, n.º 132, de 4 de junho de 1969.

*retirar os objetos que se possam considerar perigosos; Efetuar diariamente o batimento das grades das janelas das celas; Ter cuidado especial com o armamento que lhe está distribuído e fazer uso dele mediante o que está previsto na lei; Prestar uma atenção especial ao serviço noturno a que se encontra escalado; Deve apresentar-se sempre devidamente uniformizado, limpo e barbeado; Acatar de forma pronta e respeitosa as determinações do subchefe do Estabelecimento ou de quem o substitua, pois está subordinado ao mesmo”<sup>41</sup>.*

Como veremos mais à frente os deveres, tarefas e considerações hierárquicas relacionadas com o CGP naquela época, não eram muito diferentes das contempladas atualmente no EPCGP. No decorrer dos anos o parque penitenciário foi alternando em relação ao seu crescimento e aumento da população reclusa, conforme as políticas criminais e as necessidades de instalações prisionais para o alojamento de reclusos e por inerência, o número de elementos do corpo da guarda prisional também foi sofrendo essa alteridade para poder garantir o normal funcionamento da Administração Penitenciária. O quadro de efetivos do pessoal do CGP contemplado para os diferentes Distritos Judiciais do território nacional, foi alvo de várias mutações ao longo do tempo e sempre adicionado no número de elementos até ao ano de 2001. Os últimos dados disponíveis na página da internet da DGRSP correspondentes ao ano de 2014, indicam que o número de efetivos era de 3592 guardas do sexo masculino e 549 guardas do sexo feminino. Segundo Jorge Alves (presidente do sindicato do CGP), “ (...) com a sobrelotação nas cadeias elevada ao expoente máximo - 14445 reclusos para 12317 camas disponíveis - foi definida a necessidade de um total de 4913 guardas prisionais no orçamento para 2015, número que só é possível atingir se entrarem 775 (...) ”<sup>42</sup>. Como se pode concluir, paralelamente à complexidade e evolução do sistema prisional, a profissão de GP também se foi tornando mais complexa, havendo desta forma a necessidade de aumentar os efetivos e conferir-lhes diferentes estatutos face às exigências do meio e enquadramento profissional.

---

<sup>41</sup> Vaz, M. J. (2002). *Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista - Passados Recentes, Futuros Próximos*, Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Edição CD-ROM, Lisboa, Associação portuguesa de Sociologia, p. 21.

<sup>42</sup> Prisões precisam de mais 775 guardas - Portugal - DN (on line) Disponível na internet: <[www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=4146431](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=4146431)> (consultado em 21-01-2015).

Analisando a profissão desde os seus primórdios, verificamos que o reconhecimento pleno, dotado de um conteúdo funcional mais complexo e de melhores condições de trabalho, ocorre muito tardiamente face às permanentes mudanças do sistema prisional, o que se torna controverso, quando diversos autores citados, de várias épocas, e conhecedores da realidade prisional, destacam a importância do “papel”, do carcereiro (posteriormente o do guarda prisional), como basilar para o funcionamento dos EP’s. Manuel Valente vai mais longe e considera que *“o CGP é, jusconstitucional e juslegalmente, uma força de segurança que tem por dever promover a função de polícia com competência específica em razão da matéria (âmbito penitenciário) e em razão do território (espaço do sistema prisional). Neste sentido, cumpre ao CGP defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos no espaço do sistema prisional, podendo aplicar as medidas que a lei tipificar como adequadas, necessárias e proporcionais para a prossecução daquela função naquele espaço”*<sup>43</sup>, e *socorrer-se da função de vigilância para prevenir a violação das normas jurídicas e dos atos dotados de Ius imperii das autoridades (judiciárias e administrativas) dentro do espaço prisional e da função de prevenção criminal stricto sensu para fazer cessar as infrações criminais que estejam a decorrer ou para fazer cessar os efeitos negativos das infrações criminais que se tenham consumado dentro do perímetro prisional”*<sup>44</sup>. Subscrevendo as doutas palavras de Manuel Valente, somos obrigados a acrescentar que do resultado das inúmeras ações securitárias do CGP, entre elas, algumas não se restringem ao perímetro prisional e que essas são executadas em distintos espaços públicos, nomeadamente, tribunais, hospitais e diferentes organismos públicos, daí resulta que as infrações criminais também podem ocorrer enquanto se procedem às diligências nesses locais.

---

<sup>43</sup> No respeito do n.º 2 do art.º 272.º da CRP.

<sup>44</sup> Valente, Manuel Monteiro Guedes (2008) *“Natureza Jurídica do Corpo da Guarda Prisional”*, Reimpressão, Coimbra, G.C.- GRÁFICA DE COIMBRA, pp 52-53.

### Capítulo III

## A ALTERAÇÃO DO PARADIGMA PRISIONAL

### 1 - O Crime Organizado na Europa

Na Europa, o crime organizado surge sob um conceito característico denominado por “Máfia”, localizado no sul deste continente e particularmente em Itália. As autoridades judiciais e policiais italianas estimam que os principais grupos a operar em Itália possam contar com mais de 16.300 membros. Estas organizações obtêm encaixes financeiros de milhões de euros provenientes do tráfico de cocaína e heroína originárias do Crescente Dourado (utilizando a rota dos Balcãs), contrabando de cigarros e comércio de armas provenientes dos países da ex-Jugoslávia e da Bulgária. O seu desenvolvimento fulgurante deveu-se, em larga medida, às fortes relações que estabeleceram com as organizações criminosas a operar do outro lado do Adriático nomeadamente nas repúblicas originárias da ex-Jugoslávia e Albânia. A sua zona de influência serviu de “porta de entrada” a numerosos emigrantes oriundos do leste europeu, da Jugoslávia e Albânia. Num relatório de 2006 do *SOS Impresa report*, foi referido que a “Máfia” fazia cerca de 61 milhões de libras/dia, originários de subornos, pagamento de proteção (denominado *pizzo*) e remessas ilegais de dinheiro. Só as grandes empresas listadas na Bolsa de Valores de Milão<sup>45</sup> pagam o equivalente a 25 milhões de libras/dia.

Atualmente vivem 56,1 milhões de estrangeiros no continente europeu, o que representa 7,7% da sua população, num total de 200 milhões no mundo, incluindo 9,2 milhões de refugiados. Estima-se que o número de migrantes internacionais aumente 3 a 4 milhões por ano. Veja-se, a esse propósito o êxodo maciço de jovens africanos que tentam, por todos os meios, atingir a Europa e particularmente o Reino Unido através da localidade de Calais, na França. Aí tentam cruzar o Eurotúnel, que tem 50 quilómetros de extensão e liga França e Reino Unido pelo canal da Mancha. As mesmas imagens podem ser vistas ao longo da fronteira mexicana com os Estados Unidos, em que verdadeiras multidões de jovens (e menos jovens) oriundos das mais variadas zonas da América central e do sul tentam ultrapassar, à custa de

---

<sup>45</sup> Paoli, Letizia (2006). *Organized Crime in Italy: Mafia and Illegal Markets - Exception and Normality*, Fijnaut, p. 263-302.

imaginação e agilidade, os muros altos e fortemente patrulhados que os separam da (suposta) *promised land*. Outro exemplo foi o caso dos migrantes ilegais que tomaram de assalto uma vedação fronteiriça espanhola, em arame laminado, a qual separa a Espanha de Marrocos nas fronteiras de Ceuta e Melilla e que obrigou o governo espanhol ao envio de soldados para apoiar a Guardia Civil na observação e controle daquelas fronteiras<sup>46</sup>. Com o crescimento da migração transnacional, em particular as migrações ilegais e em massa, as nações começam a caracterizá-las como uma ameaça à própria segurança. Alguns temem que a imigração alterará o equilíbrio étnico e causará a instabilidade política, enquanto outros culpam os imigrantes por trazerem o crime e as doenças e consideram que o mercado de trabalho fica lotado com este fluxo de mão-de-obra barata, o qual se transforma num obstáculo à obtenção de melhores ordenados, logo, melhores condições de vida.

O tráfico internacional de drogas, o tráfico de armas, a venda de material nuclear e o branqueamento de capitais tornaram-se atividades que ligam grupos criminosos transpondo as fronteiras nacionais. As organizações criminosas tendem a concentrar as suas atividades em países de “baixo risco”, onde as ameaças às suas atividades são menores. Nos últimos anos a antiga União Soviética tem sido um dos mais importantes pontos de convergência para o crime organizado internacional. A natureza flexível destas redes criminosas faz com que os grupos envolvidos escapem às iniciativas policiais governamentais de modo relativamente fácil. O Ministério do Interior da Federação Russa referenciou a existência de 8.059 grupos criminais operando na Rússia contando com cerca de 35.000 membros, admitindo-se que cerca de trinta destas organizações operem no mercado internacional. Segundo alguns autores e com base na experiência vivenciada por nós no decorrer de operações em tribunais nos quais foram julgados alguns processos-crime relacionados com a ação das máfias russas em Portugal<sup>47</sup>, os grupos criminosos originários da Rússia caracterizam-se por um uso sistemático da violência, forte controle hierárquico, elevada experiência militar e utilização de equipamento *high-tech* (incluindo militar).

Tudo indica que as milícias que combateram na Croácia e na Bósnia eram armadas pelas máfias turcas e albanesas-kosovares de molde a manterem em aberto a importante

---

<sup>46</sup> A Guardia Civil na observação e controle das fronteiras (on line). Disponível na internet: <<http://sic.sapo.pt/online/noticias/mundo/20050928+Ceuta.htm>> (consultado em 20-12-2012).

<sup>47</sup> Arguidos do caso "Borman" - Público (on line). Disponível na internet: <[www.publico.pt/.../arguidos-do-caso-borman-admitem-ter-prestado-declara...](http://www.publico.pt/.../arguidos-do-caso-borman-admitem-ter-prestado-declara...)> (consultado em 20-12-2012).

“rotas dos Balcãs” essencial para a passagem da heroína originária do Médio Oriente (Crescente Dourado) e do Extremo Oriente (Triângulo Dourado) para a Europa<sup>48</sup>, bem como de um importante fluxo de imigrantes originários do médio e extremo oriente. Há indicadores que apontam os grupos que lutam na Chechénia contra a ocupação russa como recebendo apoio material (leia-se armamento) dos traficantes de heroína do “Crescente Dourado” em troca de “facilidades” no trânsito de produtos estupefacientes (heroína) nas “zonas controladas”. Atualmente, a Federação Russa, a Ucrânia, Moldávia e a Polónia passaram a fornecer importantes rotas alternativas para o tráfico de produtos estupefacientes.

Os grupos organizados de origem russa<sup>49</sup> têm conhecido um notável desenvolvimento fundamentalmente pelas dificuldades financeiras que enfrentam os países da ex-União Soviética, nomeadamente pela existência de uma elevada taxa de desemprego que afeta, inclusive, as profissões de elevado valor acrescentado (engenharia, astronomia, informática...). Esta situação acaba por proporcionar um amplo campo de recrutamento para as máfias e que lhes garante o acesso a um *know-how* invejável. A máfia russa dispõe, igualmente, de elevado *know-how* na área do branqueamento de capitais. Por outro lado, dispõe nas suas fileiras de numerosos indivíduos com elevada experiência militar que lhes garante um grau de operacionalidade no terreno suscetível de enfrentar, com sucesso, as forças policiais. Uma das mais ativas e bem armadas é de origem chechena intimamente relacionada com o tráfico de estupefacientes. Segundo dados recentes, existirão na Rússia cerca de três milhões de consumidores de produtos estupefacientes. As máfias russas estão envolvidas intensamente no tráfico de órgãos tido por alguns como o negócio ilícito mais lucrativo da atualidade no país. Admite-se que, muitos raptos de crianças e adultos se destinem, primordialmente, a obterem-se órgãos para posteriores transplantes.

As Tríades chinesas (baseadas em Hong-Kong, Macau e Taiwan) espalharam-se por todo o mundo contando com cerca de 100.000 membros<sup>50</sup>. As Tríades são responsáveis pela “colocação” de milhares de cidadãos chineses, normalmente oriundos da província de Fujian (China Meridional), em todo o mundo, com especial incidência na

---

<sup>48</sup> Caparrós, Eduardo Fabian (1998). *El delito de blanque de capitales* - Editorial Constitucion y Leyes, Madrid, S.A. Colex, p.41.

<sup>49</sup> Almeida, Nuno (2011). *Investigação Criminal*, Lisboa, ASFICPJ, Tecniforma, p. p. 86-104.

<sup>50</sup> Cordero, Isidoro Blanco (1998). *Un proyecto “narco” de gobierno, El delito de Blanqueo de capitales*, Pamplona, Aranzadi, p. 41.

Europa. Só neste âmbito movimentam anualmente uma cifra estimada em 3,5 milhões de dólares<sup>51</sup>. As suas atividades (extorsão, jogo e duplicação ilegal de software, vídeos, livros) e internacionais (tráfico de estupefacientes, tráfico de armas, furto de carros de topo de gama, iates, fraudes de cartões de crédito e imigração clandestina) foram avaliadas no seu conjunto em 210.2 biliões de dólares/ano<sup>52</sup>.

No segmento das cópias ilegais de CD's e DVD's<sup>53</sup> (beneficiando do elevado preço das originais) crê-se que a venda, na Europa, de um DVD “pirateado” permita uma margem de lucro na ordem dos 200%. As autoridades espanholas admitem que um grupo que se dedicava à contrafação de CD's e DVD's movimentava mais de mil milhões de euros/ano. No decurso desta operação denominada *Town* foram apreendidos, entre muito outro material, 364 gravadores de CD's e DVD's cada um dos quais podia gravar seis cópias em cinco minutos o que representava, num ano, cerca de 60,5 milhões de cópias ilegais. O material apreendido foi avaliado, a preço de custo, em 1.972.332 €. A mão-de-obra ao serviço da “organização” era maioritariamente originária da China (29), tendo sido detidos também senegaleses (9). Curiosamente, todos eles eram emigrantes ilegais. Esses homens eram obrigados a trabalhar em condições desumanas fechados à chave no armazém que servia de “unidade fabril” para a produção dos CD's e DVD's<sup>54</sup> que depois eram vendidos pelos denominados *manteros* (muitos dos quais também emigrantes ilegais de origem chinesa) nas principais artérias da capital espanhola. A operação policial permitiu colocar em destaque o grau de organização atingido por estes grupos, a sua grande capacidade financeira bem patente nos enormes investimentos realizados, os gigantescos lucros obtidos à custa do prejuízo provocado às editoras, produtores, autores bem como ao erário público, mas também e principalmente à custa da escravidão e sofrimento imposto, de forma atroz, aqueles que foram atraídos pelo *el dorado*.

A *Yakuza* japonesa é composta, segundo a Polícia Nacional Japonesa por mais de 3.000 grupos que terão, em números aproximados cerca de 87.000 membros<sup>55</sup>.

---

<sup>51</sup> Savona, Ernesto, Andrea de Nicola (1998). *Processi di globalizzazione e criminalità organizzata transnazionale*, Napoli, Transcrime, p. 10.

<sup>52</sup> De Feo, Michael e Savona (1997). *Responding to Money Laundering, International Money Laundering Trends and Prevention/Control Policies*, Amesterdão, Harwood Academic Publishers, p. 13.

<sup>53</sup> White, P. C. (2007). *Crime Scene to Forensic Science*, London, Second Edition, Royal Society of Chemistry, p. p. 179-182.

<sup>54</sup> Mega-rede internacional de pirataria - Público (on line). Disponível na internet: <[www.publico.pt/.../jornal/megarede-internacional-de-pirataria-desmantelada...](http://www.publico.pt/.../jornal/megarede-internacional-de-pirataria-desmantelada...)> (consultado em 20-02-2015).

<sup>55</sup> Grupos “filiados”: Inagawa-Kai, Sumiyoshí-kai e Yamaguchi-gum (on line). Disponível na internet: <[www.un.org/Depts/ddayRCPD/pdf/pIen2d.pdf](http://www.un.org/Depts/ddayRCPD/pdf/pIen2d.pdf)> (consultado em 15-02-2015).

Originariamente, o termo japonês *yakuza* designa a pior combinação possível no jogo de cartas denominado *hanafuda*: 8-9-3 (ya-ku-za). O campo de atividade primordial da Yakuza situa-se no tráfico de mulheres e jovens. Grande parte dessas jovens são retiradas aos progenitores, pela força ou pelo dinheiro, nos países mais pobres do Sudoeste Asiático, nomeadamente Tailândia e Filipinas para exploração de cariz sexual no Japão. Porém, a Yakuza e as Tríades desenvolveram, em parceria, outras atividades relacionadas com a exploração sexual, nomeadamente a pornografia e a prostituição em países do sudoeste asiático para consumo final no território europeu. Este comércio continua a proporcionar grandes lucros que são reinvestidos, em outras atividades (legais), nomeadamente a aquisição, construção e exploração de complexos turísticos. Estes grupos que se dedicam especialmente à imigração clandestina beneficiam do facto de, em muitos países, tal conduta não ser penalmente punível. Por outro lado, nos “mercados” de destino da Europa Ocidental, as sanções penais que punem a imigração clandestina (auxílio à imigração clandestina) não ultrapassam, por via de regra, os 3 anos de prisão<sup>56</sup>.

Os cartéis de tráfico de cocaína da Colômbia estão disseminados por todo o mundo e com particular incidência na Europa através de plataformas de transbordo e distribuição sediadas no continente africano, como é o caso da Guiné<sup>57</sup>. Os cartéis colombianos (Cali, Medellín) dispunham de estruturas organizativas e de logística ímpares que se estendiam ao continente europeu. Estes tinham paralelamente, ligações aos principais cartéis mexicanos que são: Culiacan, Golfo, Juárez, Sinaloa e Tijuana que se dedicam à introdução de produtos estupefacientes e imigrantes clandestinos nos EUA. Para tanto recorriam (e recorrem) à construção de túneis subterrâneos entre ambos os lados da fronteira. É certo que, graças à intervenção sistematizada das autoridades policiais e judiciárias, os grandes cartéis dos anos 70 e 80 do séc. XX, entraram em decadência sendo substituídos por numerosos *cartelitos*. Admite-se, com reservas, que possam existir cerca de 100 de pequena e média dimensão que não tendo nem as estruturas nem as pretensões políticas dos grandes cartéis entretanto desaparecidos, concentram-se fundamentalmente, na produção, transformação e “exportação” de cocaína para a Europa.

---

<sup>56</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 134.º do DL n.º 4/2001, de 10 de janeiro. “*Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada irregular de cidadão estrangeiro em território nacional será punido com prisão até 3 anos*”.

<sup>57</sup> ONU: Guiné-Bissau é “plataforma de transbordo” de drogas (on line). Disponível na internet: <[www.asemana.publ.cv/spip.php?article61959](http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article61959)> (consultado em 15-02-2015).



Relativamente aos grupos nigerianos tem-se assistido a um progressivo crescimento destes que se tem traduzido numa expansão significativa das suas atividades criminais não só nos países limítrofes mas também na Europa. O esquema denominado de “cartas de crédito” da Nigéria (exclusivo dos grupos de origem nigeriana) terá provocado prejuízos nos EUA que ascenderam a USD 250 milhões. Um esquema em tudo semelhante ao anterior mas que é mais conhecido como “416” é exclusivo dos grupos nigerianos. A exportação ilegal de petróleo de que a Nigéria é um dos maiores produtores mundiais constitui, hoje em dia, uma fonte significativa de rendimentos desses grupos. Admite-se que o transporte de produto estupefaciente no interior do organismo humano com recurso às denominadas “bolotas” tenha sido durante algum tempo um “exclusivo” dos grupos nigerianos. Mais recentemente, alguns destes grupos, têm utilizado a internet como palco prioritário para a prática dos seus crimes. Muitos deles são conhecidos como os *Yahoo*<sup>58</sup> boys (baseados em cyber cafés de Lagos e arredores) e que procuram penetrar em bancos e outras instituições bancárias da Europa. Muitos destes ataques não são sequer divulgados ou admitidos pelas instituições bancárias lesadas, já que estas temem que isso possa “assustar” os seus clientes ou denegrir a sua imagem pública. Trata-se de uma prática criminal muito difundida mas pouco percecionada pelas autoridades judiciais que, muitas vezes, se defrontam com um “muro de silêncio”.

A criminalidade organizada expandiu-se, aproveitou as oportunidades que lhe foram dadas pelas inovações nas áreas da informática e telecomunicações e contaminou (e contamina) as diversas estruturas da sociedade civil. Associa-se a grupos militares ou paramilitares caso isso se afigure interessante ou importante para assegurar a manutenção de “rotas” e pontos de apoio vitais para o desenvolvimento das suas operações ou a “circulação” e “trânsito” dos seus produtos. O envolvimento das organizações criminosas no tráfico internacional de produtos estupefacientes vai-lhes proporcionar um significativo aumento da sua capacidade financeira bem como a necessidade de cooperarem e de concertarem as suas atuações dado que os grandes mercados produtores estão geograficamente distantes dos grandes mercados consumidores. Por outro lado, o aumento da capacidade financeira vai-lhes permitir explorar “novos nichos de mercado” a nível internacional acompanhando a globalização (crescente) da economia<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> Cujo nome foi inspirado no motor de busca - “Yahoo”.

<sup>59</sup> Borralló, Enrique Anarte (1999). *Conjecturas sobre la criminalidade organizada, Delincuencia Organizada*, Huelva, Universidad de Huelva, p. 16.

## 1.2 - O atual realidade criminógena em meio prisional

Neste ponto correspondente à nova criminalidade que resultou numa nova realidade em termos de população reclusa, sob a qual o CGP tem forçosamente que saber interpretar os comportamentos e ações tidas pelos seus atores, cumpre desde já assinalar um conjunto significativo, se bem que limitado, de propostas de neocriminalização em Portugal. Estas, são resultantes quer da revelação de novos bens jurídico-penais ou de novas modalidades de agressão ou perigo, quer de compromissos internacionais assumidos ou em vias de o serem pelo Estado Português, os quais trazem à segurança penitenciária uma nova realidade interativa com o CGP. Como exemplos de neocriminalização o Código Penal (CP), com as alterações introduzidas pela lei 59/2007 de 04/09, veio a penalizar: a propaganda do suicídio (artigo 139.º), a perturbação da paz e do sossego (artigo 190.º, n.º 2), a burla informática (artigo 221.º), o abuso de cartão de garantia ou de crédito (artigo 225.º), a tortura e outros tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos (artigos 243.º e 244.º), os instrumentos de escuta telefónica (artigo 276.º), os danos contra a natureza (artigo 278.º), a poluição (artigo 279.º). Resulta assim deste novo paradigma jurídico-penal, um distinto nicho de intérpretes criminais com os quais o CGP é obrigado a reformular a sua capacidade de vigilância e segurança. Estes diferentes tipos de indivíduos com comportamentos criminógenos até aqui despenalizados, em muito podem afetar o sistema penitenciário e a segurança nacional.

Segundo Jorge Dias e Manuel Andrade, a criminologia atual evoca que a prisão moderna é uma instituição que emergiu para lidar com os indivíduos perturbadores da ordem social global cada vez mais burocratizada, onde “*a pena tem a função primacial de legitimação da ordem vigente e da manutenção da estabilidade e da paz jurídica. Com a punição pretende a sociedade apoiar e reforçar o Ego social, auxiliando-o no domínio dos seus instintos*”<sup>60</sup> e neste contexto o CGP tem um papel de extrema importância securitária e reintegradora, numa complexa rede administrativa de agências estatais onde se incluem os sistemas legais e de justiça criminal. Evocando o n.º 1 do art.º 28 da LODGRSP, compete ao CGP como força de segurança no espaço (refira-se que nem sempre se restringe somente aos EP's) correspondente ao cumprimento das penas e medidas privativas da liberdade, a missão de “*(...) garantir a segurança e tranquilidade da comunidade, designadamente mantendo a ordem e a segurança do sistema prisional,*

---

<sup>60</sup> Dias, Jorge e Andrade, Manuel (1997). *Criminologia – O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*, 2.ª Reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, p. 203.

*protegendo a vida e a integridade dos cidadãos (...)*”<sup>61</sup> tendo para tal que fazer cumprir os normativos legais correspondentes aos direitos<sup>62</sup> dos reclusos, inerentes aos limites das penas e das medidas de segurança e consagrados na art.º 30.º da Constituição da República Portuguesa, referindo no n.º 5 que, “ *Os condenados a quem sejam aplicadas pena ou medida de segurança privativas da liberdade mantêm a titularidade dos direitos fundamentais, salvas as limitações inerentes ao sentido da condenação e às exigências próprias da respetiva execução*”. Além dos direitos já referidos, outros<sup>63</sup> existem que não são igualmente afetados pela sentença condenatória<sup>64</sup>, ou pela decisão de aplicação de medida privativa de liberdade. O CGP deve igualmente fazer consumir os seus deveres<sup>65</sup>, fazendo respeitar as decisões dos tribunais. Entende-se pertinente por isso, a atualização contínua do CGP em matérias de conteúdo jurídico e paralelamente, a aquisição de competências que garantam aos agentes uma ação mais efetiva sobre determinadas práticas verificadas nos novos atores do sistema penitenciário, sendo que a relação destes com o exterior mantem-se e em alguns casos, como é do conhecimento publico, continuam a operar criminalmente dentro dos EP’s.

Avaliando a atual realidade criminógena em meio prisional, teremos definitivamente que considerar que a globalização e a capacidade que os criminosos têm de se fazer deslocar entre os diferentes países, em muito contribuiu para esse paradigma. Estima-se que a atual população reclusa do sistema prisional português seja composta por 20% de estrangeiros, o que definitivamente irá aumentar exponencialmente nos próximos anos. Obviamente, que independentemente do CGP ter adotado uma atitude muito proactiva em relação a este fenómeno, não será por tal motivo que os seus procedimentos, colidirão com o cumprimento da legislação ou respeito pelos direitos dos reclusos estrangeiros. Importa para tal referir o contexto jurídico inerente às pretensões dos reclusos estrangeiros em cumprimento das medidas privativas de liberdade e para o caso, refira-se que o Decreto-Lei n.º 51/2011 de 11 de abril, Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP), contempla a necessária comunicação com

---

<sup>61</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 28.º da LODGRSP, conjugado com o n.º 1 do art.º 3.º do EPCGP.

<sup>62</sup> Cfr. o art.º 3.º, em conjugação com o art.º 7.º da Lei n.º 115/2009 (Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade-CEPMPL) de 12 de outubro.

<sup>63</sup> Nomeadamente os constantes na Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada e proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948. Publicada no Diário da República, I Série A, n.º 57/78, de 9 de Março de 1978.

<sup>64</sup> Cfr. o n.º 4.º do art.º 30.º da CRP. Quanto à impossibilidade de perda de quaisquer direitos civis, profissionais ou políticos, como resultado da pena aplicada.

<sup>65</sup> Cfr. o art.º 8.º do CEPML.

consulados ou representantes diplomáticos, tal como refere o n.º 1 do art.º 207.º, conjugado com o n.º 62.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, determina que, “*as entidades diplomáticas ou consulares podem visitar o recluso estrangeiro, nos termos da lei e das convenções internacionais aplicáveis, no horário e condições fixados para as visitas de advogados*”. Ainda no RGEP, estão plasmados todos os direitos e outras matérias jurídicas relacionadas com o indivíduo estrangeiro em cumprimento das medidas privativas de liberdade no Título III, art.º 229.º a art.º 236.º. Dito isto, no próximo capítulo discriminaremos alguns dos crimes que atualmente levam aos EP’s do sistema penitenciário português, reclusos de diferentes origens transnacionais associados às crescentes vagas de migrações<sup>66</sup> mundiais e as suas relações com as respetivas redes criminosas, ainda que, em cumprimento das penas e medidas de privação da liberdade.

---

<sup>66</sup> Dias, Jorge e Andrade, Manuel (1997). *Criminologia – O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*, 2.ª Reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, p. 307-308. “A criminalidade dos emigrantes constitui outro dos domínios tradicionalmente associados à ideia de crime normativo apoiado e, por isso, a explicar em termos subculturais, ou, ainda mais frequentemente, segundo o modelo de conflito de culturas. A teoria do conflito de culturas gozou efetivamente, num certo período de tempo, de grande prestígio no que toca ao enquadramento teórico da criminalidade dos emigrantes”.

## Capítulo IV

### A ATUAL TIPOLOGIA DE CRIMES DA POPULAÇÃO RECLUSA

#### 1 - Tráfico de estupefacientes – Heroína/Ópio

O crime de tráfico de droga<sup>67</sup> será certamente aquele que atualmente mais condenações envolverão a atual população reclusa e que obriga à sobrelotação do presente parque penitenciário, algo que não é novo, mas que se desenvolveu exponencialmente nas últimas décadas. Este crime torna-se de particular preocupação para o CGP porque a sua prática é sucessiva no espaço correspondente aos EP's e muitas das vezes por introdução do estupefaciente no meio prisional através das visitas dos reclusos, prática essa que resulta na agravamento das penas pelos respetivos autores<sup>68</sup>. Durante largos anos, a cultura da papoila do ópio e a sua transformação em heroína teve lugar no denominado “Triângulo Dourado”, nomeadamente a famosa *China white* ou *chinoise blanche*, também conhecida por heroína n.º 4, a mais rara e pura. Admite-se que, anualmente fossem comercializadas cerca de 100 toneladas desta heroína, mas com a capitulação de Khun Sá<sup>69</sup>, verificou-se uma queda da mesma que se veio a acentuar, de forma progressiva, no decurso da parte final da última década do século. Atualmente, a zona conhecida por “Crescente Dourado” (Afeganistão e Paquistão) é a grande produtora de ópio. Segundo dados citados pela Europol<sup>70</sup>, o Afeganistão produzia cerca de 75% da produção mundial de heroína até 2003, desde então, a sua importância tem aumentado de forma significativa e em finais de 2006, já era responsável por cerca de 88%, da produção mundial. O controlo internacional do percussor base para essa transformação, o anidrido acético (AÃ), não se tem revelado bem-sucedido até porque tal químico é utilizado para fins lícitos, ainda assim, as apreensões efetuadas

---

<sup>67</sup> Cfr. o art.º 21.º do DL n.º 15/93 de 22 de janeiro. Neste sentido e quanto a enquadramento criminal/penal do crime de tráfico de droga ver o diploma.

<sup>68</sup> Cfr. a al. h) do art.º 24.º do DL n.º 15/93 de 22 de janeiro, que se refere aos locais que produzem agravamento da pena a aplicar. Quando do tráfico de estupefacientes essa infração tiver sido cometida em estabelecimento prisional.

<sup>69</sup> Khun Sá (on line). Disponível na internet: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Khun\\_Sa](http://en.wikipedia.org/wiki/Khun_Sa)> (consultado em 17-03-2015). Chang Chi-fu (chinês) era um birmanês senhor da guerra. Nasceu em Loi Maw de Mongyai, apelidado de “Rei do Ópio”, devido ao seu negócio de ópio no chamado Triângulo Dourado.

<sup>70</sup> European union situation report on drug trafficking (on line). Disponível na internet: <<http://www.europol.europa.eu>> (consultado em 17-03-2015).

são suscetíveis de produzir cerca de 33 toneladas de heroína. A porosidade das fronteiras do Afeganistão com os seus vizinhos Paquistão, Irão, Turquemenistão e Tajiquistão permite a circulação fácil do ópio e da heroína para as fronteiras da Europa. Segundo dados da Europol, a União Europeia consome cerca de 135 toneladas de heroína por ano<sup>71</sup> e o tráfico destes produtos gerará anualmente, só no Afeganistão, receitas próximas dos 3 biliões de USD. O mercado da heroína alargou-se exponencialmente e no início da década de 90 e seguintes, organizações kosovares e turcas, tomaram conta das redes de tráfico em Portugal, originando inúmeras investigações policiais das quais resultaram a condenação a pena de prisão de traficantes dessas nacionalidades. Veja-se o processo “da cabeça decapitada de Hary Neto a mando de máfia turca”<sup>72</sup>, operação de custódia efetuada por nós durante o desempenho de funções no GISP.

## 1.2 – Cocaína

Segundo dados da UNODC, a Colômbia é o maior produtor de folhas de coca (54%), seguido do Peru (30%) e Bolívia (16%)<sup>73</sup>. Admite-se que, em 2005, tenham sido cultivados na região andina (Colômbia, Peru e Bolívia) cerca de 208,500 hectares de coca. Porém, há dados que apontam para um crescimento da produção de folhas de coca no Peru, associado ao ressurgimento do grupo maoísta *Sendero Luminoso* que contará com centenas de combatentes fortemente armados. As rotas com destino à Europa têm a sua origem na Colômbia. Numa primeira fase, o produto estupefaciente é transportado, via terrestre, para diversos países da América do Sul. Os portos da Venezuela, Peru, Brasil e Argentina têm servido de escoamento desses produtos. Ultimamente, tem crescido de importância a utilização de portos africanos como local de passagem ou “transbordo” de produtos estupefacientes. Na Europa, a cocaína entra através dos portos de Espanha, Portugal, Holanda e Bélgica. A Lituânia tem ganho significativa importância como “porta de entrada” de cocaína com destino ao mercado nórdico e federação russa. A Albânia tem servido como ponto privilegiado de armazenamento de cocaína destinada ao mercado europeu, nomeadamente italiano. Nesse

---

<sup>71</sup> EU Organised Crime Report Public version - Europol (on line). Disponível na internet: <<http://www.europol.europa.eu>> (consultado em 17-03-2015).

<sup>72</sup> Forum da psp - revista de imprensa - Dossiê N.º 48 (on line). Disponível na internet: <[revistadeimprensa.forumsp.net/dossier\\_048.htm](http://revistadeimprensa.forumsp.net/dossier_048.htm)> (consultado em 17-03-2015)

<sup>73</sup> World Drug Report (on line). Disponível na internet: <[Mpp://www.unodc.org/pdf/WDRJZ006/wdr2006\\_ex\\_summary.pdf](http://www.unodc.org/pdf/WDRJZ006/wdr2006_ex_summary.pdf)> (consultado em 19-03-2015).

particular, estão envolvidos grupos colombianos, os grupos albaneses<sup>74</sup> a máfia italiana e, neste sentido, veja-se o caso de Giovanni Lore<sup>75</sup> cabecilha da máfia calabresa *N'drangheta*<sup>76</sup>, escoltado por nós durante o exercício de funções no GISP. A cocaína também é transportada, em quantidades menos significativas, por via aérea, através dos denominados “correios”, “mulas” com destino à Europa. Esses voos têm origem muito diversa. No Brasil, os voos partem fundamentalmente de São Paulo, Recife e Fortaleza. Porém, são importantes como pontos de partida, as cidades de Georgetown (Guiana), Paramaribo (Suriname), bem como Caracas (Venezuela). Estão referenciados cerca de 13.5 milhões de indivíduos, em todo o mundo, como utilizadores regulares de cocaína. O número desses consumidores está em crescimento nomeadamente na Europa, especialmente no Reino Unido, Itália e Espanha.

### 1.3 - Anfetaminas

Relativamente ao grupo das anfetaminas são referenciados cerca de 25 milhões de utilizadores regulares sendo que 10 milhões consomem *ecstasy*. Saliência para o fato de estas terem sido utilizadas, de forma regular e livre, nomeadamente na II Guerra Mundial, dadas as suas características estimulantes. As anfetaminas de origem polaca são conhecidas pelo seu elevado grau de pureza destinando-se ao mercado alemão e aos países nórdicos. O *ecstasy* é produzido maioritariamente em laboratórios na Europa (Holanda e Bélgica), alguns dos quais, estabelecem posteriormente uma plataforma de distribuição em Portugal, tendo como destino final os Estados Unidos. Produzido maioritariamente na Holanda, mas também na Alemanha, Bélgica, República Checa, Polónia e em algumas antigas repúblicas da ex-URSS, o *ecstasy* é posteriormente introduzido por toda a Europa através de redes organizadas que, de acordo com a PJ, são compostas maioritariamente por cabo-verdianos. Neste particular, tivemos a operação de custódia do GISP à rede desmantelada em Lisboa e da qual resultou a apreensão de 30 mil pastilhas de *ecstasy*<sup>77</sup>.

---

<sup>74</sup> Europol - European Union Situation Report on Drug Production and Drug Trafficking (on line). Disponível na internet: <<http://www.europol.europa.eu>> (consultado em 19-03-2015)

<sup>75</sup> Portugal é um refúgio para as mafias sicilianas - DN (on line). Disponível na internet: <[www.dn.pt/forums/p/581738/1429503.aspx](http://www.dn.pt/forums/p/581738/1429503.aspx)> (consultado em 19-12-2014)

<sup>76</sup> Davin, João (2007). *A criminalidade Organizada Transnacional – A Cooperação Judiciária e Policial na EU*, 2.ª Edição, Coimbra, Almedina, p. 67. Quanto a esta “família” da máfia italiana, “*A N'drangheta (Sociedade Honrada ou Sociedade de Homens de Honra) está intimamente ligada ao tráfico de estupefacientes nomeadamente cocaína e ao tráfico de armas com origem no leste europeu*”.

<sup>77</sup> Consumo de ecstasy aumenta em Portugal - PÚBLICO (on line). Disponível na internet: <[www.publico.pt/.../consumo-de-ecstasy-aumenta-em-portugal-207086](http://www.publico.pt/.../consumo-de-ecstasy-aumenta-em-portugal-207086)> (consultado em 19-03-2015).

Os percussos<sup>78</sup>, nomeadamente *PMK*<sup>79</sup> e *BMK*<sup>80</sup> utilizados na fabricação de *ecstasy* e anfetaminas, são importados, maioritariamente, do Extremo Oriente. A Europol admite que, todos os anos, sejam introduzidas ilegalmente na Europa, entre 200 a 500 toneladas de *PMK* e *BMK* oriundas, maioritariamente, da República Popular da China. Estes números expressivos permitem afirmar que a procura de *ecstasy* permanece elevada. Segundo dados de 2003, só as autoridades judiciais holandesas apreenderam 10.644.563 pastilhas de *ecstasy*<sup>81</sup>. A Europol<sup>82</sup> desenvolve proeminente atividade no âmbito do controle de percussos e do equipamento utilizado no fabrico de pastilhas de *ecstasy*. Nessa área saliência para a existência, entre outros, do denominado *EELS*<sup>83</sup>.

#### 1.4 – Canábis

A canábis é recolhida da espécie botânica *Canábis sativa*. Os princípios ativos encontram-se nas resinas sendo que as maiores concentrações se verificam nas extremidades florais femininas. O consumo de canábis abrange o *haxixe* (resina) e a *marijuana* (folhas). Foram referenciados, a nível mundial, cerca de 162 milhões de indivíduos como utilizadores regulares de cannabis. Os maiores produtores de canábis (*haxixe*) são Marrocos e o Paquistão. A *marijuana* é produzida na Colômbia, Jamaica, México, África do Sul e Nigéria. Curiosamente, no norte da Europa, tem-se assistido a uma proliferação da auto produção de canábis, com recurso a estufas “caseiras” que hoje já representam um volume relevante em países como o Reino Unido. Nos últimos anos, a polícia britânica desmantelou cerca de 1.500 estufas dedicadas ao cultivo e produção de canábis. As de maior dimensão serão controladas, em grande parte, por grupos de origem asiática, nomeadamente vietnamitas. A Europa dita do “sul” (abrangendo-se aqui por conveniência de raciocínio, Portugal, Espanha, França, parte da Alemanha, Suíça e Itália) é abastecida de *haxixe* procedente de Marrocos. O tráfico desse *haxixe* é controlado por

---

<sup>78</sup> Cfr. do DL n.º 15/93 de 22 de janeiro. Quanto à moldura penal e identificação em respetivas tabelas dos percussos usados nestas substâncias.

<sup>79</sup> Com um litro de *PMK* (piperonal metil cetona) é possível produzir cerca de 1 quilo de MDMA que, por sua vez, dá origem a cerca de 10 a 12 mil comprimidos de *ecstasy*.

<sup>80</sup> A utilização lícita do *BMK* (benzil metil cetona) é reduzida no espaço europeu. Porém, é fortemente utilizada no mercado farmacêutico chinês. Não é conhecida utilização lícita de *PMK* no espaço europeu.

<sup>81</sup> Europol - European Union Situation Report on Drug Production and Drug Trafficking (on line). Disponível na internet: <<http://www.europol.europa.eu> (consulta/acesso) (consultado em 19-03-2015).

<sup>82</sup> Expresso | PJ detém 25 suspeitos de tráfico internacional (on line). Disponível na internet: <[expresso.sapo.pt/.../pj-detem-25-suspeitos-de-traffic-internacional-de-dr...](http://expresso.sapo.pt/.../pj-detem-25-suspeitos-de-traffic-internacional-de-dr...)> (consultado em 19-03-2015).

<sup>83</sup> *EELS* - Europol Ecstasy Logo System, que visa disponibilizar informação tendente à identificação da origem daquele produto. Fornece (se disponível), outro tipo de informação classificada relevante para a investigação criminal.



grupos marroquinos, com ligações a grupos espanhóis. Em termos de apreensões da canábis, a Espanha lidera a lista com 54% do volume total. Portugal está referenciado como sendo um dos países europeus por onde entra mais *haxixe* pela orla costeira, o que revela a importância da “via sul” na introdução de canábis na Europa, sendo a região sul lugar privilegiado de entrada de grandes quantidades desta substância, que não só abastece o território nacional como também outros territórios correspondentes a países que estão contemplados no espaço Schengen. Refira-se o processo acompanhado pelo GISP, em que a PJ encontrou 75 fardos que continham 2,5 toneladas de *haxixe* e deteve três homens, dois de nacionalidade britânica e um irlandês que integravam uma rede de tráfico de droga que operava a nível europeu, nomeadamente para o Reino Unido<sup>84</sup>.

### 1.5 - Tráfico de pessoas

Na proposta de plano global de luta contra a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos reconhece-se que as entradas ilegais nos países de destino são, cada vez mais, organizadas por intermediários. É concebível essa via de introdução de imigrantes ilegais quando estamos perante “transbordos” de cariz fronteiriço/local cujo melhor exemplo é a imigração Magrebina ou da África Subsariana. Porém, neste início do séc. XXI, os fluxos migratórios oriundos da África Subsariana que desembocam no Magreb são potenciados por diversas organizações criminosas que recrutam os candidatos a emigrantes em países tão diversos como o Senegal, Mali, Guiné-Conacri, Serra Leoa, Libéria, Gana, Nigéria, Eritreia.

As Nações Unidas reconhecem que a presença das organizações criminosas neste tipo de atividade criminal relacionado com o tráfico de pessoas<sup>85</sup> é, hoje em dia, cada vez mais notória e constitui um grave problema para a comunidade internacional não só criminal mas também social, veja-se o recente caso da Síria por inerência à avassaladora vaga de refugiados daí oriundos, que gera sentimentos antagónicos e preocupantes de instabilidade social e até económica na Europa. É certo que, se o êxodo maciço de emigrantes albaneses com destino a Itália, nos princípios dos anos 90, teve origem na situação económica desastrosa na Albânia, não é menos verdade que foi potenciado pela existência de numerosos grupos criminosos organizados que ofereciam “trabalho” em

---

<sup>84</sup> Tinha 5 toneladas de *haxixe* - Portugal - Correio da Manhã (on line). Disponível na internet: <[www.cmjornal.xl.pt/nacional/portugal/.../tinha-5-toneladas-de-haxixe.ht...](http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/portugal/.../tinha-5-toneladas-de-haxixe.ht...)> (consultado em 20-03-2015).

<sup>85</sup> Cfr. o art.º 160.º do CP. Quanto ao tráfico de pessoas e respetiva moldura penal.

Itália através de conexões entre estes grupos albaneses com as organizações criminosas italianas, nomeadamente a *Sacra Corona Unita*. Entre outros, referimos quatro fluxos relevantes: Rússia, Ucrânia, Moldávia<sup>86</sup>, Polónia e República Checa com destino à Itália, Alemanha, Holanda, Reino Unido e França; China com destino à União Europeia e Estados Unidos da América; América do Sul (maioritariamente Brasil) com destino à União Europeia e Estados Unidos da América; Bangladesh, Tailândia e Filipinas com destino aos países do Golfo Árabe. Cumpre referir que a Convenção do Conselho da Europa contra o tráfico de seres humanos também conhecida por Convenção de Varsóvia de 16 de Maio de 2005<sup>87</sup> (CETS n.º 197) que coloca o acento tónico na proteção das vítimas de tráfico, referindo no n.º 1 do art.º 1, o seguinte: “a) *Prevenir e combater o tráfico de seres humanos, garantindo a igualdade de género; b) Proteger os direitos humanos das vítimas de tráfico, desenhar um quadro abrangente para a proteção e assistência das vítimas e testemunhas, garantindo a igualdade de género, bem como assegurar a acusação e investigação eficaz; c) Promover a cooperação internacional no combate ao tráfico de seres humanos*”. A Convenção tem um âmbito de aplicação vasto já que se aplica a todas as formas de tráfico de seres humanos, de cariz nacional ou transnacional, relacionada ou não com o crime organizado (art.º 2.º da Convenção). Mais recentemente foi aprovada a Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas. Em Portugal a lei é explícita em relação a esta matéria e o art.º 160.º do CP pune o tráfico de pessoas nas diferentes possibilidades, nomeadamente a quem oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extração de órgãos<sup>88</sup>. Conjugado a este artigo do CP, outros o complementam, como é o caso do art.º 158.º (“Sequestro”), art.º 159.º (“Escravidão”), art.º 161.º (“Rapto”), art.º 169.º (“Lenocínio”) e ainda os correspondentes a crimes contra menores neste contexto ilícito que abordaremos no ponto seguinte.

---

<sup>86</sup> Caso Borman - Diário Digital - Sapo (on line). Disponível na internet: <diariodigital.sapo.pt/news.asp?id\_news=37926> (consultado em 20-03-2015). Caso acompanhado pelo GISP. A rede prejudicou centenas de pessoas, extorquiu dinheiro de compatriotas, que eram o alvo do grupo, e facilitou a entrada de imigrantes de Leste em Portugal com o objetivo de obter dinheiro.

<sup>87</sup> Conselho da Europa (on line). Disponível na internet: <<http://conventions.coe.int/Treaty/Commun>> (consultado em 10-04-2015).

<sup>88</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 160.º do CP.

## 1.6 - Tráfico e exploração de crianças e menores

Esta tipologia de crime tem suscitado um cada vez maior interesse e preocupação. Por outro lado, tem vindo a acentuar-se a presença de grupos criminosos organizados nesta área. Segundo a Europol, o mercado mundial de tráfico de crianças<sup>89</sup> envolve cerca de 1 milhão e valerá um bilião de euros. As Nações Unidas consideram criança, todo o indivíduo com idade inferior a 18 anos, al. d) do art.º 3.º do “Protocolo para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, Suplementando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime organizado Transnacional”. O referido protocolo refere no seu art.º 3.º al. c) que: “ (...) o recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de uma criança para fins de exploração serão considerados - tráfico de pessoas - mesmo que isso não envolva qualquer um dos meios previstos na al. a) deste artigo (...) ”. Os grupos criminosos de origem Búlgara e Russa desempenham papel de relevo, a nível internacional, estando fortemente ligados à adoção ilegal. A esse propósito e segundo dados oficiais (apresentados à DUMA/assembleia legislativa Russa) cerca de 9.000 crianças russas foram adotadas, por estrangeiros, no decurso desse ano. O flagelo da prostituição infantil internacional<sup>90</sup> está também ele relacionado com este negócio de tráfico de crianças, as quais são obrigadas a prostituir-se, sendo inclusive utilizadas para a produção de material de cariz pornográfico<sup>91</sup> (“Processo Casa Pia”, no qual o arguido Carlos Silvino – *Bibi*, foi escoltado pelo GISP no decorrer das inúmeras sessões de julgamento no tribunal militar de Santa Clara)<sup>92</sup>. É infelizmente, um fenómeno globalizado onde os grupos criminosos oriundos dos países de leste são muito ativos. Em Portugal a legislação contempla este tipo de criminalidade identificando-a como lenocínio de menores, conforme o art.º 175.º do CP, que pune, com pena de prisão de um a cinco anos, quem fomentar, favorecer ou facilitar o exercício da prostituição de menor. A este artigo é conjugado o art.º 171.º (“Abuso sexual de crianças”), art.º 174.º (“Recurso à prostituição de menores”) e o art.º

---

<sup>89</sup> Neste sentido o n.º 2, 3 e 4 do art.º 160.º do CP. Quanto às penas a aplicar.

<sup>90</sup> Neste sentido o art.º 171.º, 174.º, 175.º e 176.º do CP que especifica os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual com recurso à prostituição de menores.

<sup>91</sup> Neste sentido o art.º 176.º e 177.º do CP. Quanto à pornografia de menores que define a moldura das penas.

<sup>92</sup> Defesa de “Bibi” apela a elvenses para que testemunhem (on line). Disponível na internet: <[www.rtp.pt/.../defesa-de-bibi-apela-a-elvenses-para-que-testemunhem-e...](http://www.rtp.pt/.../defesa-de-bibi-apela-a-elvenses-para-que-testemunhem-e...)> (consultado em 10-04-2015). “Carlos Silvino que trazia um colete à prova de bala por baixo de uma “t-shirt” azul escura, chegou de carrinha de vidros fumados, escoltada por outras duas, e também com um forte aparato do Grupo de Intervenção dos Serviços Prisionais (GISP), vestidos de negro, com coletes à prova de bala e empunhando espingardas automáticas (metralhadoras).”

176.º (“Pornografia de menores”), do mesmo diploma legal. Crê-se que no caso do tráfico de crianças em território Português as ocorrências detetadas do presumível ilícito foram sinalizadas como “em trânsito”, o que significa que o destino final das crianças não seria Portugal, mas outro país.

### **1.7 - Tráfico e viciação de veículos automóveis**

Em toda a Europa são furtados<sup>93</sup> anualmente cerca de 1,3 milhões de veículos automóveis. Porém, apenas são “recuperados”, cerca de 60% a 70% desses veículos. A título de exemplo, na Holanda “desaparecem” cerca de 5.000 a 7.000 veículos automóveis por ano. Segundo dados da Europol pode concluir-se que, muitas dessas viaturas são furtadas num determinado país, iniciando-se esse processo através do aluguer de veículos de “topo de gama” a empresas de *leasing*, fazem deslocar esses automóveis até países periféricos (Portugal), onde simulam acidentes, comunicam a suposta ocorrência às empresas de aluguer, adquirem matrículas e documentos de “salvados” para substituição e finalmente vendem-nas a um terceiro país. Por vezes, pode ocorrer que os veículos sejam reintroduzidos no país onde foram furtados mediante a utilização de documentos de identificação falsos. Muitas dessas viaturas são as denominadas “topo de gama” e destinam-se, prioritariamente, aos mercados do leste europeu, médio oriente e países africanos. Estão referenciados como países de destino em África, entre outros, a Argélia, Tunísia, Marrocos e Mauritânia. Para tanto, são utilizados os portos do norte da Europa, nomeadamente aqueles de onde partem linhas regulares com destino a esses países. As autoridades portuguesas conhecem as rotas utilizadas para o tráfico dos carros roubados. Uma parte dos automóveis segue por estrada para a Europa de Leste. A abertura das fronteiras joga a favor dos criminosos que atravessam o espaço europeu em menos de 48 horas, outros seguem para a Holanda onde, no porto de Roterdão, são colocados em contentores e embarcados com destino a portos da África Ocidental e Oriental<sup>94</sup>. Algumas dessas viaturas são desmanteladas e os seus componentes vendidos separadamente, no país de origem (onde ocorreu o furto) ou noutros países, conforme as “exigências” do mercado.

---

<sup>93</sup> Cfr. o art.º 208.º do CP. Quanto ao furto de veículo.

<sup>94</sup> Tráfico de carros de luxo - Exclusivos - Correio da Manhã (on line). Disponível na internet: <[www.cmjornal.xl.pt/exclusivos/detalhe/trafico-de-carros-de-luxo.html](http://www.cmjornal.xl.pt/exclusivos/detalhe/trafico-de-carros-de-luxo.html)> (consultado em 10-04-2015).

### 1.8 - Tráfico de substâncias nucleares

Antes da alteração do paradigma político mundial com a queda do muro de Berlim, a ameaça das armas nucleares estava em grande parte, restrita à possível confrontação entre estados de dois blocos opostos que se associaram em organizações de defesa criadas até esse período da História mundial, confinando-se esse eminente confronto entre os Estados membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte e os do Pacto de Varsóvia. A 1ª guerra do Golfo foi o laboratório que permitiu a transição do testemunho nuclear para o convencional, das devastações em larga escala associadas ao nuclear, passou-se para as intercessões de precisão cirúrgica com armas convencionais altamente avançadas em termos de tecnologia. Alguns países do Médio Oriente, África e Ásia, têm vindo a proceder a uma estratégia de obtenção de Armas de Destruição Massiva (ADM) para recuperar poder de dissuasão. De facto, países como a Argélia, Coreia do Norte, Irão, Líbia e Síria, pretendem a todo o custo adquirir armas nucleares ou produzi-las, algo para o qual, o alargamento do espectro de contrabando nuclear resultante da desagregação da Ex-U.R.S.S. muito tem colaborado através do crime organizado. Porém, este negócio não se restringe somente ao crime organizado de leste e existe uma personagem central neste tráfico que é o engenheiro nuclear paquistanês Abdul Qadeer Khan<sup>95</sup> também conhecido por “A. Q. Khan”, (pai da bomba atômica paquistanesa) e que terá vendido, no mercado internacional, componentes nucleares ao Irão, Coreia do Norte e Líbia. Atualmente, Abdul Qadeer Khan encontra-se em prisão domiciliária no Paquistão. No relatório de segurança interna relativo a 2006, alude-se à passagem por Portugal de indivíduos ligados ao tráfico de armas de destruição massiva e o CP faz alusão no art.º 273.º à utilização de energia nuclear para provocar explosões<sup>96</sup>, determinando para tal prática criminosa, punição que poderá ir até aos quinze anos de prisão. Também neste sentido, o relatório constata que redes de armas de destruição maciça utilizaram o território nacional “*não só como país de trânsito para as mercadorias pretendidas, mas também como país de origem das mesmas*”<sup>97</sup>.

---

<sup>95</sup> Abdul Qadeer Khan - Biography, Facts and Pictures (on line). Disponível na internet: <[www.famousscientists.org/abdul-qadeer-khan/](http://www.famousscientists.org/abdul-qadeer-khan/)> (consultado em 15-04-2015).

<sup>96</sup> Cfr. o art.º 273.º do CP. Quanto às ações praticadas com energia nuclear.

<sup>97</sup> Já passa por Portugal o tráfico de armas de destruição maciça (on line). Disponível na internet: <[www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content\\_id=696527](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=696527)> (consultado em 15-04-2015).

### 1.9 - Tráfico de armas

O tráfico de armas é um problema gravíssimo para a segurança de todo o mundo e em particular dos Estados Europeus onde é um dos principais negócios do crime organizado, acabando por gerar desvios graves nas sociedades. As estatísticas oficiais das Nações Unidas dizem que andam em circulação no mundo, 640 milhões de armas, que são responsáveis por meio milhão de mortos por ano. A fragmentação da Europa oriental, composta por mais de 20 países, (a maioria de origem eslava que outrora foram parte integrante da União Soviética, formando o bloco liderado pela U.R.S.S. entre 1945 e 1991), as guerras étnicas travadas nos Balcãs no final dos anos 90 e o descontrolo dos respetivos países em relação à produção e comércio de armas, potenciou o negócio ilícito das mesmas. A queda do muro de Berlim e a alteração do paradigma geoestratégico Europeu facilitaram o crescimento de organizações criminosas especializadas no tráfico de armas, sendo a sua maioria “descendente” dos conflitos dos Balcãs e países da ex-URSS. Nesta perspetiva, a alteração do sistema político e governativo da Rússia, também proporcionou o grande desenvolvimento do crime organizado ligado a muitos negócios ilícitos, entre os quais o tráfico de armas<sup>98</sup>. O estado socialista contribuiu tanto para o crescimento do crime organizado que, de 1990 a 1996, o número de grupos mafiosos aumentou de 785 para mais de 8.000. Hoje em dia, mais de 100 grupos mafiosos russos operam num total de 44 países. A produção massiva de armas na Rússia e a falta de controlo desses arsenais, associada à corrupção de oficiais das forças armadas favoreceu a escalada de venda de armas no mercado negro.

### 1.10 - Branqueamento de capitais

Na sua aceção mais redutora o branqueamento de capitais pode definir-se como: “ (...) é o processo pelo qual o produto de uma atividade criminosa é disfarçado para ocultar as suas origens ilícitas (...) ”<sup>99</sup> O Fundo Monetário Internacional calcula que todos os anos sejam “branqueados” a nível mundial, cerca de 600 biliões de USD<sup>100</sup>. Em 2005, o Bank of New York esteve envolvido num complexo esquema de branqueamento de capitais a partir da Rússia. Com efeito, uma das suas vice-presidentes, de origem russa,

---

<sup>98</sup> Cfr. art.º 87.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro. Quanto ao regime jurídico das armas e munições.

<sup>99</sup> Schott, Paul Allan, (2006) *Reference Guide to Anty-money laundering and combating the financing of Terrorism*, Washington DC, World Bank, p. 288.

<sup>100</sup> Tanzi, Vito (1996). *Money Laundering and the International Finance System*, *International Monetary Fund*, Working Paper, n.º 96/55. Aponta para valores mais elevados entre USD 590 biliões e 1,5 triliões.

conjuntamente com o marido implementaram um “esquema” visando “branquear” cerca de 7.000 milhões de dólares daí provenientes.<sup>101</sup> Pela dimensão, importa salientar a apreensão de 5,6 milhões de USD que se encontravam depositados em 16 contas bancárias cujo gestor era Naresh Jain Kumar Patel ou só Patel, cuja base de operações se encontrava sediada no Dubai. Este trabalhava para diversas organizações criminosas, a mais importante, seria de origem albanesa com ligações a Itália e dedicava-se ao tráfico de estupefacientes<sup>102</sup>. A abertura dos sistemas financeiros, veio contribuir para o surgimento de um admirável “mundo novo” rapidamente explorado pela criminalidade organizada para expandir a sua influência e aumentar os seus proventos de forma exponencial. Por outro lado, existem zonas que designaremos *lawless*, ou seja, zonas em que a autoridade do Estado onde se inserem é diminuta, ou mesmo inexistente, mas em que a atividade económica é, por norma, muito dinâmica e que constituem verdadeiros “buracos negros” de difícil penetração por parte das autoridades judiciais ou policiais. Nesse particular, podem-se referenciar zonas em diversos continentes que preenchem tais requisitos como o Crescente Dourado (zonas fronteiriças entre o Paquistão e o Afeganistão), a Transdniestria (região autónoma da Moldávia e “auto denominada” república do Transdniestria que surgiu após o conflito armado de 1992) e a Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai).

No caso de Transdniestria, a UE fez deslocar para a vizinha Ucrânia cerca 100 agentes policiais para ajudar a controlar a porosidade das fronteiras. Essa zona tem sido vista como um verdadeiro “paraíso” e entreposto para as mais diversas atividades criminais, nomeadamente, o tráfico de estupefacientes, pessoas e armas. Assistiu-se a partir da década de 80 do século passado ao surgimento de uma série de fatores que tornaram mais fáceis as trocas comerciais e as comunicações entre os povos, mas que foram aproveitados pela criminalidade organizada<sup>103</sup> para se desenvolver e implantar noutros países e territórios,

---

<sup>101</sup> EL Pais (on line). Disponível na internet: <<http://www.elpais.com>> (consultado em 13-04-2015). As autoridades russas reclamam do Banco de Nova York, a importância de USD 22.500 milhões (cerca de 16.670 milhões de euros) que terão sido canalizados ilegalmente, da Rússia para essa instituição bancária.

<sup>102</sup> Dea (on line). Disponível na internet: <<http://www.usdoj.gov/dea/pubs/states/newyork/q50407p.html>> (consultado em 16-04-2015).

<sup>103</sup> Mafia lava dinheiro em Ilhas de Portugal (2015) (on line). Disponível na internet: <[especiedemocracia.blogspot.com/.../mafia-lava-dinheiro-em-ilhas-de-por...](http://especiedemocracia.blogspot.com/.../mafia-lava-dinheiro-em-ilhas-de-por...)> (consultado em 16-04-2015). Cabecilha da Mafia da Calábria, a N'drangheta, Emilio di Giovine, que enquanto esteve preso em Portugal andou sob escolta do GISP e estava relacionado com o branqueamento de capitais. “*Um mafioso importante como Di Giovine não esteve aqui por acaso. Não tenho dúvidas que a sua presença assinala uma relação de negócios da N'drangheta em Portugal, o estabelecimento de um circuito de tráfico que atravessa Portugal e conduz à Europa*”.

nomeadamente, a expansão da utilização da *internet* e das redes de comunicação fixas e móveis, a supressão das barreiras alfandegárias internas em espaços muito alargados (espaço Schengen), assim como a introdução do *Euro*. Também no contexto das transações bancárias, o fato de se ter verificado o abandono generalizado dos mecanismos de controlo cambial assim como a proliferação do uso de cartões de crédito/débito, associado ao aumento da concorrência entre instituições bancárias e à expansão dos sistemas bancários informais proporcionaram excelentes meios de “transação” de capitais para a qual é difícil a sua fiscalização e punição. No ordenamento jurídico português, o branqueamento de capitais constitui crime segundo o art.º 368.º-A, do CP, considerando para tal, que o branqueamento de capitais é o processo pelo qual os autores de algumas atividades criminosas encobrem a origem dos bens, rendimentos ou vantagens<sup>104</sup> obtidos ilicitamente, transformando o resultado da sua liquidez em capitais reutilizáveis legalmente, por dissimulação da origem ou do verdadeiro proprietário dos fundos.

### **1.11 - O “cibercrime” e a sua relação com o crime organizado**

O crime organizado internacional foi, não só bastante facilitado pelos recentes avanços nas tecnologias de informação como também parece certo que a revolução nas telecomunicações e na informação está a mudar o rosto do crime em aspetos fundamentais. Os avanços na tecnologia proporcionaram novas e excitantes oportunidades e benefícios, mas também aumentaram a vulnerabilidade ao crime. Embora seja difícil quantificar a extensão do cibercrime e os tipos de crime cometidos com a ajuda das novas tecnologias de informação é possível enumerar aqueles que se identificam como mais frequentes, nomeadamente, a interceção ilegal dos sistemas de telecomunicações significando que as escutas telefónicas<sup>105</sup> se tornaram de execução mais fácil, ao contrário do que vem tipificado no art.º 276.º do CP, que supõe a necessidade de deter ou adquirir equipamento para esse efeito. Refira-se que este fato tem implicações que vão desde o “controlo do cônjuge”, à espionagem. Por outro lado, a vulnerabilidade ao vandalismo eletrónico e ao terrorismo é cada vez maior, o que permite a habilidade para roubar serviços de telecomunicações para poderem conduzir negócios ilícitos sem

---

<sup>104</sup> Cfr. o art.º 368.º-A, do CP. Quanto às práticas tidas ilegalmente para branquear vantagens e bens provenientes de fatos ilícitos típicos.

<sup>105</sup> Cfr. o art.º 276.º do CP. Quanto aos instrumentos de escuta telefónica.



deteção ou simplesmente manipular linhas telefónicas móveis de modo a poderem efetuar e receber chamadas gratuitas.

Tem-se tornado relativamente fácil violar as regras dos direitos de propriedade intelectual através da cópia de materiais, *software*, filmes e CD's e associadamente à disseminação de conteúdos musicais ou vídeos, também o controlo dos conteúdos ofensivos e a pornografia no ciberespaço, propaganda racista e instruções de construção de dispositivos incendiários são colocados na internet, de onde se pode fazer a descarga desta informação. Através da *internet* são produzidas fraudes de *telemarketing*, esquemas fraudulentos de caridade e de oportunidades de investimento ilegais e transferência de fundos eletrónicos. O comércio na internet e o “dinheiro eletrónico” aumentam as possibilidades de branqueamento de divisas que podem ser usadas para “deslocar” os lucros ilegais de um crime, de modo a esconder a sua verdadeira origem. As telecomunicações podem também ser usadas para conspirações criminosas. Devido aos códigos crípticos e à alta velocidade de transferência de dados, torna-se difícil para as autoridades policiais intercetarem informação sobre atividades criminais.

Os grupos criminosos cedo se aperceberam deste “admirável mundo novo” e das suas excecionais potencialidades para a prática de novos ilícitos bem como para a ocultação dos seus proventos. A nível comunicacional abriu um novo paradigma já que, garante rapidez na comunicação bem como um elevado grau de secretismo graças às comunicações encriptadas. Acresce que, em muitos casos, a internet acaba por ser uma “montra” global onde são oferecidos, de forma mais ou menos dissimulada, bens e serviços de génese ilegal ou, pelo menos, não disponível de forma totalmente livre, como sucede com os medicamentos de venda condicionada. Admite-se que, em muitos casos, tais bens ou serviços sejam “oferecidos” por organizações criminosas. Finalmente, a *internet* é, em muitos casos, utilizada como meio de recrutamento de potenciais interessados, quer nos seus serviços, quer como futuros membros da organização criminosa. No fundo, tudo se pode vender ou comprar nesta “montra global” que não conhece rostos ou fronteiras. Por outro lado, a proliferação dos casinos, lotarias e casas de apostas *on-line* constituem um veículo relevante e atraente para a ocultação e disfarce de proventos obtidos de forma ilícita, que possibilita inclusive aos indivíduos em reclusão a continuação da “gestão” das suas atividades criminosas no exterior.

## Capítulo V

### O TERRORISMO EM MEIO PRISIONAL

#### 1 - Os terroristas são uma realidade em meio penitenciário

A execução das penas e medidas privativas da liberdade de determinados reclusos, em regime de segurança, decorre em estabelecimento ou unidade prisional de segurança especial e limita a vida em comum e os contactos com o exterior, admitindo a realização de atividades compatíveis com as particulares necessidades de manutenção da ordem e da segurança de bens jurídicos pessoais e patrimoniais. Este cumprimento de penas em regime de segurança, consagrado no n.º 4 do art.º 13.º do CEPMPL, perspetiva desde logo, a possibilidade de determinados reclusos estarem conotados com um contexto específico de criminalidade tida na sociedade, ou de conduta observada dentro dos EP's. No alinhamento do tema agora a desenvolver o CEPMPL, contempla a possibilidade factual da existência de terroristas condenados em território nacional e para tal, o n.º 2 da al. a) do art.º 15.º refere que o regime de segurança é imposto quando exista perigosidade do recluso perante *“a indicição ou condenação pela prática de fato que configure terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada ou a existência de fortes suspeitas de envolvimento neste tipo de criminalidade, sustentadas em informação escrita prestada por tribunal, órgão de polícia criminal ou serviço de segurança”*<sup>106</sup>.

A transformação da conjuntura política, económica e social do mundo durante o séc. XX, conjuntamente com o fenómeno da globalização, despertaram ameaças adormecidas e deram à luz do planeta novas formas de contrariar os sistemas de segurança até então vigentes. O espectro de insegurança caiu sobre a humanidade na forma de terrorismo e deu origem à reformulação das estratégias de segurança, tendo como propósito a criação de mecanismos legais<sup>107</sup> adequados a esta nova realidade, para fazer face à inovação imposta pelas diferentes formas de terrorismo. Segundo António de Sousa Lara, o terrorismo *“ (...) inclui todos os atentados e agressões que visam*

---

<sup>106</sup> Cfr. a al. a) do n.º 2 do art.º 15.º do CEPMPL.

<sup>107</sup> Cfr. Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto - Lei de combate ao terrorismo (em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de junho).

*generalizar um dano de monta a um paciente previamente indefinido, anónimo ou indistinto. É relativamente irrelevante quem morre ou fica ferido, desde que morra ou fique ferida muita gente (...) também pode visar um alvo concreto que se quer pressionar, eliminar, chantagear, fazer desaparecer de cena ou condicionar de forma definitiva, com vista a alterar o paralelograma de forças ou o circunstancialismo político de uma determinada correlação vigente (...) ”<sup>108</sup>. A Lei n.º 52/2003 de 22 de Agosto - Lei de combate ao terrorismo, decreta nos seus termos, a previsão e a punição de atos e organizações terroristas, em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de Junho. Desta forma, relativamente à luta contra o terrorismo, o n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 52/2003, “*Considera-se grupo, organização ou associação terrorista todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, atuando concertadamente, visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um ato, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral, mediante:**

- a) Crime contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas;*
- b) Crime contra a segurança dos transportes e das comunicações, incluindo as informáticas, telegráficas, telefónicas, de rádio ou de televisão;*
- c) Crime de produção dolosa de perigo comum, através de incêndio, explosão, libertação de substâncias radioativas ou de gases tóxicos ou asfixiantes, de inundação ou avalanche, desmoronamento de construção, contaminação de alimentos e águas destinadas a consumo humano ou difusão de doença, praga, planta ou animal nocivo;*
- d) Atos que destruam ou que impossibilitem o funcionamento ou desviem dos seus fins normais, definitiva ou temporariamente, total ou parcialmente, meios ou vias de comunicação, instalações de serviços públicos ou destinadas ao abastecimento e satisfação de necessidades vitais da população;*
- e) Investigação e desenvolvimento de armas biológicas ou químicas;*

---

<sup>108</sup> Lara, António de Sousa (2007). *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*, Coimbra, Edições Almedina, p.43.

*f) Crimes que impliquem o emprego de energia nuclear, armas de fogo, biológicas ou químicas, substâncias ou engenhos explosivos, meios incendiários de qualquer natureza, encomendas ou cartas armadilhadas, sempre que, pela sua natureza ou pelo contexto em que são cometidos, estes crimes sejam suscetíveis de afetar gravemente o Estado ou a população que se visa intimidar”<sup>109</sup>.*

O terrorismo islâmico radical fundamentado em ódio, vingança e retaliação contra o infiel, é capaz de atuar em qualquer ponto do globo, ameaçando a paz global, a segurança e a justiça. Com o ataque ao *World Trade Center* (WTC), o mundo acordou para uma nova realidade onde este novo adversário que é composto por uma rede nebulosa de grupos, células e indivíduos que recorrem ao uso da violência contra civis, empresas, organizações e instituições de diferentes áreas e contextos sociais. Este adversário é diferente de todos aqueles com os quais nos defrontámos no passado, pois organizam-se em estruturas dinâmicas de configuração transnacional, extremamente difíceis de identificar, detetar e localizar. A fim de financiar as suas ações, este novo adversário ocupa-se ativamente da recolha de fundos, que assentam sobretudo, no cometimento de uma série de crimes instrumentais, tais como, contrafação de cartões de crédito e produtos, extorsão, fraudes com recurso a cartões de crédito e documentos de identificação contrafeitos, falsificados e furtados, narcotráfico, roubos, furtos, exploração de emigração ilegal, extorsão, branqueamento de capitais, venda de armas e em alguns casos são financiados por patronos fundamentalistas islâmicos.

Face às ameaças terroristas atuais e dada a inovação da sua ação, emerge a urgência de proceder à conceptualização da noção de segurança, que se deve desenvolver sob o conceito de elo e a partir daí, facultar aos Estados capacidade para dar a necessária resposta e proteger a sociedade em geral. Nesta perspetiva de ação conjunta ao combate do terrorismo, há que considerar a proximidade única a que é obrigado o CGP junto aos operacionais<sup>110</sup> das diferentes células terroristas existentes em meio prisional, podendo

---

<sup>109</sup> Cfr. o art.º 2.º Lei n.º 52/2003 de 22 de Agosto, Lei de combate ao terrorismo (em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de Junho) - Décima segunda alteração ao Código de Processo Penal e décima quarta alteração ao Código Penal. Quanto à tipificação das ações ilícitas

<sup>110</sup> Índia tem de devolver Abu Salem a Portugal - Portugal - DN. Disponível na internet: <[www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=2240085](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2240085)> (consultado em 25-03-2015). Terrorista Abu Salem que foi escoltado pelo GISP durante o cumprimento de pena recorreu de sentença e “ (...) *Abu Salem foi preso em Portugal, onde vivia, em 2002. Três anos depois, a Índia conseguiu que fosse extraditado. (...) foi um dos homens mais procurados pela Justiça indiana por atentados terroristas (...)*”.

estes garantir um manancial de informação extremamente valioso e necessário ao seu combate.

Neste ponto decidimos dar relevo à importância que o CGP poderá ter em relação a este fenómeno da sociedade pós moderna, se a informação sobre determinados reclusos (com ligações terroristas) for recolhida em meio prisional e convenientemente investigada. Todo o recluso assume comportamentos, rotinas, relações e contatos intramuros e para fora destes, algo que permite uma recolha de informação única por parte do CGP. Estabelecendo a necessária cooperação com os outros serviços policiais poderão ser acionados mecanismos de investigação que antecipem potenciais atos terroristas, garantindo desta forma (proactiva) a preservação da democracia e a autonomia da sociedade civil. Podemos então afirmar que a prevenção ao terrorismo e à sua capacidade de inovação é uma questão de vigilância e segurança, a qual poderá e deverá ter como parceiro privilegiado o CGP, pois é este que estabelece uma interação singular em contexto prisional com elementos ligados a diferentes células de terrorismo internacional. A fragmentação das cadeias de poder representa um desafio para a democracia e para a estratégia de combate a este tipo de criminalidade para a qual é fundamental uma cooperação entre as diferentes forças de segurança, como deverá ser o caso do CGP com outros organismos, no domínio da informação. Urge assumir e praticar uma cultura de partilha de informações e a adoção de formas eficazes de articulação institucional entre os vários serviços e forças de segurança envolvidos, o único meio de evitar a duplicação de recursos e a excessiva compartimentação da informação e garantindo a existência de um fluxo contínuo e profícuo de informações entre os serviços competentes<sup>111</sup>. Assim lutar contra o terrorismo internacional supõe uma cooperação

---

<sup>111</sup> Cfr. Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2007, (on line). Disponível na internet: <reformassi.mai.gov.info/.../resolucao-do-conselho-de-ministros-n-45-20...> (consultado em 16-04-2015). “*O Sistema de Segurança Interna, que vem vigorando em Portugal desde o fim da década de 80, é fruto de uma conjuntura internacional e interna ultrapassada. Foi concebido ainda no quadro da Guerra Fria e da ação das organizações terroristas de inspiração ideológica. Por outro lado, decorre de um quadro legal e institucional cujas componentes foram emergindo em circunstâncias muito diversas, gerando omissões, sobreposições e zonas de indefinição, em especial no tocante às responsabilidades das forças e serviços intervenientes. Défices de coordenação comprovados vêm subsistindo, agravando a inadequação do Sistema. No domínio da prevenção, falta um órgão coordenador, com capacidade interdisciplinar, de ligação e coordenação entre os vários níveis da Administração e entre esta e a sociedade civil. No domínio da ordem pública, as competências do Gabinete Coordenador de Segurança são limitadas, o que afeta a sua capacidade para determinar soluções operacionais quando as várias forças e serviços têm de atuar em conjunto. No domínio da investigação criminal, é manifesta a necessidade de um sistema de informação criminal moderno, essencial à prevenção e repressão da criminalidade, que promova a troca de informações criminais de forma transversal, partilhado por todos os órgãos de polícia criminal, em articulação com organizações internacionais e organismos e serviços estrangeiros homólogos.*”

internacional em todos os níveis e nomeadamente através da recolha de informação em meio prisional. Para além de tudo isto, a possibilidade de ciberterrorismo é uma hipótese que nenhum governo deve ignorar, mas antes tentar prevenir através da troca de informações e nesse domínio revela-se extremamente importante a possibilidade de as obter em meio prisional, pois são inúmeros os indivíduos em cumprimentos de pena de prisão associados a fações ou agrupamentos étnico religiosos extremistas.

## **1.2 - A utilização da internet pelo terrorismo em meio penitenciário**

As tecnologias de informação estão associadas ao conceito de ciberespaço e por inerência aos crimes que resultam da conexão que os setores do Estado têm relativamente às redes, possibilitando assim, fluxos de informação a nível planetário. No contexto económico, as empresas e diferentes organizações vão sendo alvo dos ataques contra os seus sistemas informáticos, originando desta forma avultados prejuízos e em alguns casos, colapsos financeiros ou até falências inevitáveis.

No âmbito da política e diplomacia, o acesso à informação considerada “secreta” permite a colaboradores estatais menos escrupulosos vulgarizar matérias que deixam a nu problemáticas de relações internacionais difíceis de gerir por parte dos estados. A internet tem vindo a constituir um autêntico campo de batalha digital sendo palco de ações de retaliação entre hackers associados a diversos países e atores estratégicos como Israel e a Palestina, Taiwan e a China, Paquistão e a Índia ou Estados Unidos e a China. A realização de ciber-ataques oferece algumas vantagens sobre os tradicionais ataques bombistas, evitando a utilização de explosivos ou de missões suicidas, ao mesmo tempo que garante a possibilidade de um terrorista, munido apenas de um computador e de uma ligação à internet, poder remotamente, de forma anónima e mais económica, atacar as redes e os sistemas informáticos de um determinado país. Esta constatação de que a possibilidade de se perpetrar um ataque terrorista com estas características é uma realidade que não poderá ser contestada, torna-se mais preocupante em meio prisional por nele se encontrarem indivíduos referenciados com células terroristas<sup>112</sup>. Ainda assim

---

<sup>112</sup> “Super-juiz” europeu diz que Portugal tem células terroristas (on line) Disponível na internet: <[www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=2227614...Sul](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2227614...Sul)> (consultado em 3-05-2015). “Jean-Louis Bruguière, o juiz que prendeu o famoso Carlos “o Chacal”, em França, disse, em declarações exclusivas ao DN, que Portugal tem “células adormecidas” de redes terroristas que usam o nosso território como apoio logístico e de financiamento destas organizações violentas. (...) Contactado pelo DN a

colocar-se-á a seguinte questão: “*Se estes (ou outros) indivíduos se encontram em reclusão e dado existirem as limitações inerentes à mesma relativamente à posse e utilização de telemóveis, como podem aceder às redes cibernéticas?*”. A resposta atende a uma vasta experiência tida por nós enquanto elementos do CGP que realizaram inúmeras buscas<sup>113</sup> em meio prisional das quais resultaram a apreensão de um número indeterminado de telemóveis com a possibilidade de ligação à internet. Como meio aberto de interação digital, a internet tem vindo a ser amplamente utilizada por grupos terroristas tanto para difusão das suas mensagens políticas como para a coordenação das suas ações, nomeadamente, das atividades associadas a ataques terroristas tradicionais. Esta interação digital é perfeitamente acessível à população reclusa considerando o número de telemóveis apreendidos em todos os EP’s do país. Muitos destes apresentam a opção de aceder à internet, sendo que, após a apreensão não é realizada nenhuma investigação sobre os contatos e comunicações efetuadas.

Em Abril de 2002, a administração norte americana, identificou a presença na internet de 33 grupos terroristas<sup>114</sup>. De acordo com a lista dos sites das organizações terroristas publicitada, constata-se a dificuldade em precisar o endereço eletrónico das suas páginas, ainda que essa presença tenha sido registada. Neste inovador contexto, podemos referir como exemplo o caso da *WikiLeaks*<sup>115</sup>, que através do seu *site* revelou setenta mil documentos secretos de *intelligence* dos bastidores da diplomacia dos E.U.A. em relação ao Iraque<sup>116</sup> e mais de duzentos e cinquenta mil telegramas de operações

---

*propósito da condenação na sexta-feira, a 12 anos de prisão, do etarra Andoni Fernandez, Bruguíere (...)*” (escoltado pelo GISP).

<sup>113</sup> Cfr. o art.º 174.º e o 251.º do CPP. Quanto às buscas e revistas e o seu enquadramento que obrigam à sua execução por intermédio de OPC.

<sup>114</sup> Media and Conflict in the Twenty-First Century (on line). Disponível na internet: <[http://firstmonday.org/issues/issue7\\_11/conway/index.html](http://firstmonday.org/issues/issue7_11/conway/index.html)> (consultado em 10-05-2015).

<sup>115</sup> WikiLeaks, (on line). Disponível na internet: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/WikiLeaks>> (consultado em 10-05-2015). Em 2 de Fevereiro de 2011, o WikiLeaks foi indicado ao Prémio Nobel da Paz, pelo parlamentar norueguês Snorre Valen. O autor da proposta disse que o WikiLeaks é “(...) *uma das contribuições mais importantes para a liberdade de expressão e transparência no século XXI. "Ao divulgar informações sobre corrupção, violações dos direitos humanos e crimes de guerra, o WikiLeaks é um candidato natural ao prémio nobel da paz (...)"*”, acrescentou.

<sup>116</sup> Iraq War Logs, (on line). Disponível na internet: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/WikiLeaks>> (consultado em 10-05-2015). Iraq War Logs (Registros da Guerra do Iraque) é uma coleção de 391.832 relatórios do Exército dos Estados Unidos sobre a Guerra do Iraque, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2009, publicada no portal WikiLeaks a 22 de outubro de 2010, em coordenação com vários meios de comunicação (The Guardian, The New York Times, Le Monde, Der Spiegel, Al Jazeera e o Bureau of Investigative Journalism), que dispunham previamente da documentação militar estadunidense e britânica. Segundo os relatórios, houve 109.032 mortes na guerra do Iraque, incluindo 66.081 (mais de 60%) civis, 23.984 inimigos (os chamados “*insurgentes*”), 15.196 membros das forças do governo iraquiano e 3.771 membros das forças da coligação.

diplomáticas com diferentes países no ano de 2010. Ainda neste contexto de informação cibernética o Estado Português esteve ligado à divulgação de documentação secreta inerente a informações elaboradas pela G.N.R. aquando da sua presença no Afeganistão<sup>117</sup>.

A Al-Qaeda desempenha atualmente um papel inovador e inspirador de referência, pois é o veículo disseminador da atividade terrorista islamita. A Al-Qaeda utiliza os meios de comunicação ao dispor das sociedades modernas para difundir à escala global a sua mensagem, que visa entre outros objetivos, assegurar a coesão e a continuidade das redes *Jihadistas*. Caracterizado pelo terror sem precedentes o “novo” terrorismo dispõe de células autónomas e locais em todos os continentes, com particular relevo para a Europa - Espanha, Grã-Bretanha, França, Itália, Bélgica, Alemanha, Suíça, Holanda, Bósnia e Kosovo. Estas células são constituídas por indivíduos dispostos a morrer no ato terrorista, sem escrúpulos nem limites, para quem o tempo não tem dimensão. Preparam o momento de terror, fazendo transportar para a sua própria morte a promessa de uma vida plena de felicidade e êxtase no além, estabelecendo uma perspetiva sobre a terra, de que virá o dia em que esta será governada por uma só lei e religião, a islâmica. Acrescente-se que este terrorista, na sua vivência diária integra-se aparentemente na comunidade onde vive, fixando-se nos alvos a abater e no ideal a alcançar. Não teme uma detenção, um julgamento, uma condenação dos “tribunais infiéis” e é indiferente à privação da liberdade.

Mesmo considerando um clássico grupo separatista doméstico<sup>118</sup> (ETA-Organização *Euskadi Ta Askatasuna*), qualquer observador menos atento entenderá que o

---

<sup>117</sup> Informação secreta da GNR na Net - Portugal - DN (on line). Disponível na internet: <[www.dn.pt/inicio/portugal/Interior.aspx?content\\_id=1629238](http://www.dn.pt/inicio/portugal/Interior.aspx?content_id=1629238)> (consultado em 10-05-2015). Os relatórios consistem numa síntese da análise feita pelas “secretas” inglesas e italianas que tinham agentes no terreno, uma vez que Portugal não destacou “espiões” para solo iraquiano. Um oficial da GNR limitava-se a traduzir e resumir as informações produzidas e que eram partilhadas na célula G2 do Estado-Maior.

<sup>118</sup> Pedem 77 anos de prisão para etarras presos em Portugal (on line). Disponível na internet: <[www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=2983145](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2983145)> (consultado em 20-05-2015). “*Garikoitz Garcia e Iratxe Yáñez, os dois etarras detidos em Portugal em janeiro de 2010 e suspeitos de instalar uma base da ETA em Óbidos, onde foram encontrados 500 quilogramas de explosivos, começam hoje a ser julgados em Madrid, Espanha. Juntamente com eles será julgado Luis Maria Zengotitabengoa, que é irmão de Andoni Zengotitabengoa, sendo que o Ministério Público espanhol pede um total de 77 anos de prisão para o trio que alegadamente pertence à organização terrorista. Garikoitz Garcia, que enfrenta a pena mais pesada, foi detido pela GNR em Torre de Moncorvo, depois de ter fugido a uma patrulha espanhola em Zamora. Iratxe Yanez, a mulher que seguia numa outra viatura e que foi detida em Vila Nova de Foz Coa, quando viajava com documentação falsa num carro de matrícula francesa, com diverso material explosivo, armas e munições, enfrenta uma pena de 23 anos de prisão. Iratxe Yanez foi extraditada e entregue pela polícia portuguesa às autoridades espanholas, no Centro de Cooperação Policial e*



terrorismo já não é compatível com a noção ou limite geográfico de fronteira. O terrorismo desafia as autoridades do Estado de direito democrático, os corpos policiais e os seus próprios suportes logísticos e organizativos. Importa criar uma “arquitetura de segurança” que permita lograr um estado de prevenção geral e especificamente garantir armas suficientes aos Estados de direito para lutar contra a criminalidade organizada e diferentes formas de terrorismo. Impõe-se uma constante e intensa cooperação policial entre diferentes forças de segurança, onde se inclui o CGP e os estados membros através da troca de informações e de uma ação consertada de “*Intelligence*”, passando pela criação de um corpo de polícia único enquanto instrumento excecional de prevenção. Confirmado o postulado de que o terrorismo de hoje é um fenómeno global<sup>119</sup>, entendemos que só através de uma estreita cooperação no quadro interno e externo, a luta se poderá tornar mais equilibrada.

---

*Aduaneiro Caia/Elvas, perto da cidade espanhola de Badajoz, numa operação rodeada de fortes medidas de segurança”.*

<sup>119</sup> Ataque à escola do exército em Peshawar (on line). Disponível na internet: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ataque\\_à\\_escola\\_do\\_exército\\_em\\_Peshawar](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ataque_à_escola_do_exército_em_Peshawar)> (consultado em 20-05-2015). Ataque à escola do exército em Peshawar foi uma ação terrorista ocorrida na escola pública do exército em Peshawar, no Paquistão, perpetrada por comandos talibãs da organização Tehrik-i-Taliban Pakistan – TTP (Movimento dos Talibãs do Paquistão), principal grupo islamita do país, que resultou na morte de 141 alunos, filhos de militares paquistaneses, professores e funcionários da escola. Foi levado a cabo por sete homens, mortos pelas forças de segurança ao final da ação e planeado por Umar Mansoor, líder da TTP na região de Peshawar e da vizinha Darra Adam Khel, em comunicado da organização em seu *site* na Internet. O ataque ocorreu por volta das 10:00 de 16 de dezembro de 2014, quando os homens armados, vestidos com uniformes da polícia de fronteira, invadiram o colégio, localizado numa região de moradias da classe média alta da cidade, atirando indiscriminadamente em todos os que se encontravam no seu interior. O ataque foi feito a partir de um cemitério ao lado da escola, por onde os talibãs saltaram um muro invadindo o estabelecimento militar. Antes de invadirem o local, os atacantes colocaram fogo no veículo que os transportou e começaram a atirar em todos os que se encontravam dentro do auditório central, entre eles várias crianças entre 12 – 14 anos que aprendiam cursos de primeiros-socorros.

## Capítulo VI

### A ATIVIDADE DE GUARDA PRISIONAL CONTRA O CRIME

#### 1 - A atividade securitária do Corpo da Guarda Prisional

A atividade de GP é um dos diversos ofícios existentes no interior dos EP's, exercido por funcionários selecionados por via de concurso público<sup>120</sup>, no qual os candidatos são submetidos a quatro fases de seleção: prova de conhecimentos, exame médico e provas de aptidão física, avaliação de aptidão psicológica e exames psicotécnicos. A formação educacional mínima exigida aos candidatos a esta atividade profissional é o 12º ano completo e devem ainda fazer cumprir os requisitos constantes nas alíneas de a), a h) do art.º 36.º do EPCGP<sup>121</sup>. Do resultado desta triagem e após a aprovação em curso levado a efeito no Centro de Formação Penitenciária (CFP), são admitidos, garantindo a condição de servidores públicos efetivos. A formação inicial tem a duração mínima de 12 meses, composta por curso técnico-profissional de nove meses, sendo de três meses (no mínimo) a formação prática, sempre objeto de avaliação e classificação. Durante o curso de formação inicial<sup>122</sup> de guardas é pretendido formar um agente, que apreenda os múltiplos motivos que podem originar uma conduta criminosa e paralelamente desenvolver no exercício de suas funções uma capacidade de potenciar a reinserção social do homem preso. Pretende-se, enfim, formar um CGP que se comprometa em incentivar, manter e preservar a ordem<sup>123</sup>, harmonia e o bom convívio social entre os reclusos, na vertente securitária e em paralelo, atuar concertadamente com o trabalho desenvolvido pelo corpo técnico, no sentido da execução da pena privativa de liberdade produzir um efeito de reintegração social do indivíduo.

---

<sup>120</sup> Cfr. o art.º 32.º do DL n.º 3/2014 (EPCGP), de 9 de janeiro. Quanto à tramitação do procedimento concursal para o recrutamento das carreiras e categorias do CGP.

<sup>121</sup> Quanto ao recrutamento para a categoria de guarda obedecem-se os requisitos cfr. o art.º 36.º do EPCGP, nas respetivas alíneas.

<sup>122</sup> O n.º 1 do art.º 31.º do EPCGP define que quanto ao ingresso nas carreiras e categorias do CGP dependem de aprovação em curso de formação específico, sempre que exigível, e conclusão com sucesso do período experimental, que normalmente é de um ano.

<sup>123</sup> Conforme o art.º 29.º do EPCGP. Em matéria da manutenção da ordem prisional o CGP possui uma unidade de operações especiais (GISP) que adota ações preventivas ou repressivas anti distúrbio. Quanto à participação de reclusos em motim deverá considerar-se o art.º 302.º do CP.

Ao nível operativo e após a sua formação inicial contínua e de especialização, o pessoal do CGP é responsável, diariamente, por uma dupla e ambígua tarefa: na vertente psicossocial o agente é solicitado a promover, junto com outros funcionários dos EP's, os meios possíveis de ressocialização e reintegração social dos reclusos, e em simultâneo exercer a vertente securitária<sup>124</sup>, nomeadamente, se assim for exigível, de forma coerciva<sup>125</sup>. De acordo com o disposto no n.º 7 do art.º 95.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, “a utilização de meios auxiliares ou armas por parte do pessoal do corpo da guarda prisional só é admitida quando seja estritamente necessária à salvaguarda ou reposição da ordem e da disciplina ou em caso de legítima defesa ou estado de necessidade”, diz ainda o n.º 8 do mesmo diploma que, “A utilização de armas de fogo por parte do pessoal do corpo da guarda prisional obedece aos requisitos e segue o regime das situações de recurso a arma de fogo em ação policial”, (repare-se na definição em matéria de atuação referindo o artigo, “ação policial”). Enquanto categoria profissional, que opera no contexto penitenciário, é a mais numerosa, com 4141 (31 dezembro 2014) funcionários distribuídos por 50 EP's que são definidos através de classificação em função do nível de segurança<sup>126</sup> especial, alta e média. Estão localizados e organizados geograficamente por quatro distritos judiciais (Distrito Judicial do Porto, Coimbra, Lisboa e Évora), segundo dados da DGRSP, em 31 de dezembro de 2014. Os postos de trabalho da grande maioria dos 4141 elementos do CGP nos EP's são: As zonas prisionais (Alas); torres de vigilância e portarias (Periférica); salas de visitas (Parlatórios); secções de segurança; zonas oficinais; áreas agrícolas; sectores produção industrial; lavandarias; cozinhas; padarias; enfermarias; brigadas de trabalho; diligências ao exterior; bem como as escoltas e a remoção de reclusos.

---

<sup>124</sup> O preâmbulo do EPCGP, homologado pelo Diário da República, 1.ª série - N.º 6 - 9 de janeiro de 2014, refere-se à atividade do CGP desta forma: “Atenta a prioridade conferida pelo Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, à reinserção social do cidadão recluso, exigem-se cada vez mais ao CGP especiais competências e conhecimentos especializados nesta área essencial à prossecução das atribuições do sistema prisional, para além das competências na área securitária”. Assume-se desta forma as intrínsecas competências de matéria securitária do CGP para as quais é necessário (em função do seu enquadramento) o estatuto de OPC.

<sup>125</sup> O Despacho n.º 5801/2011, de 4 de Abril, Regulamento de Utilização dos Meios Coercivos nos Estabelecimentos Prisionais (RUMCEP), determina no n.º 4, que é permitida a utilização das armas e dos dispositivos elétricos para incapacitar temporariamente o recluso que ofereça resistência física ativa, quando seja inviável ou insuficiente a utilização da força física, dos gases neutralizantes ou de outros meios menos gravosos. Cfr. o n.º 4 do (RUMCEP), conjugado com as al. a), b) e c) do mesmo diploma.

<sup>126</sup> Cfr. o art.º 1.º, 2.º e 3.º da Portaria n.º 13/2013 de 11 de janeiro, que classifica os estabelecimentos prisionais em conjugação com o art.º 12.º, 13.º, 14.º e 15.º do CEPMP, que define os regimes a aplicar.

O CGP na sua generalidade efetua buscas de acordo com os pressupostos consagrados nos n.º 1 e n.º 2 do art.º 174.º do CPP, sempre que “*houver indícios de que alguém oculta na sua pessoa quaisquer objetos relacionados com um crime ou que possam servir de prova*”<sup>127</sup>. Segundo Manuel Valente, no estudo “*Natureza Jurídica do Corpo da Guarda Prisional*”, o CGP é, neste contexto de operações, “*quer no plano doutrinário, quer no plano legal, quer no plano constitucional uma força de segurança com missão policial específica e localizada: no espaço do sistema prisional, competindo-lhe defender a legalidade democrática, garantir a segurança e os direitos dos cidadãos reclusos e não reclusos nesse espaço*”<sup>128</sup>. Estas ações incidem com maior enfoque as celas onde habitam os reclusos de forma a detetar objetos e produtos ilícitos que ponham em causa a segurança dos EP’s, do próprio recluso ou de terceiros. As revistas<sup>129</sup> recaem sobre os reclusos de modo a detetar objetos ou produtos ilícitos que possam ser ocultados pelos mesmos, e façam perigar a ordem e segurança do estabelecimento prisional, a sua integridade física ou a de terceiros. Desta forma consideraremos desde já a importância deste género de ações securitárias, que tendo um caráter reativo face ao contemplado na lei em matéria de obtenção de prova para enquadramento criminal, visam cumulativamente a prevenção de ações criminosas, ou até, no caso de morte violenta, ou de causa desconhecida, preservar o local da ocorrência e os elementos de prova<sup>130</sup>, para tal constatar-se o referido no art.º 64.º do DL n.º 51/2011 de 11 de Abril, Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP). Segundo o autor Paul Roland, “*Quando um crime é cometido, os primeiros agentes a chegar são responsáveis pelo isolamento do local e por o manter tal como o encontraram. Isto significa que têm de se certificar que ninguém toca em nada ou move alguma coisa do seu lugar, porque se o fizerem estão a comprometer os vestígios ou a contaminar o local (...)*”<sup>131</sup>. Face ao agora descrito, cumpre-nos desde já assinalar o enquadramento de OPC que é conferido ao CGP em função das diligências a tomar no resultado do crime praticado. Assim, em

---

<sup>127</sup> Cfr. o art.º 174.º do CPP, conjugado com o n.º 153.º do DL n.º 51/2011, de 11 de abril.

<sup>128</sup> Valente, Manuel Monteiro Guedes (2008). *Natureza Jurídica do Corpo da Guarda Prisional*, Reimpressão, Coimbra, G.C.- GRÁFICA DE COIMBRA, p 179.

<sup>129</sup> Cfr. o art.º 174.º do CPP, conjugado com o n.º 152.º do DL n.º 51/2011, de 11 de abril e o n.º 5 do DL n.º 51/2011, do Regulamento Geral dos EP’s, que determina a revista pessoal por desnudamento no momento do ingresso no estabelecimento prisional.

<sup>130</sup> Cfr. o art.º 64.º do DL n.º 51/2011 de 11 de Abril, Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP). Quanto às medidas a tomar para a preservação dos indícios e dos elementos da prova, no caso de morte violenta ou de causa desconhecida.

<sup>131</sup> Roland, Paul (2007). *Cenas do Crime – Descubra a ciência por detrás das provas*, Tradução Nazaré, Marta, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 34.

razão da tipologia de crimes que incide no cumprimento de penas privativas da liberdade da atual população reclusa e em função da sua atividade não cessar entre muros, consideramos os termos<sup>132</sup> do n.º 5 do art.º 174.º do CPP “conflitantes” com o combate ao crime em meio prisional, pois o atual estatuto profissional não contempla o CGP como OPC, logo, o agente de autoridade não está legitimado perante tal diploma a executar os procedimentos contidos na lei. Em relação a esta matéria leia-se a 3ª conclusão do parecer elaborado por Valente no estudo “*Natureza Jurídica do Corpo da Guarda Prisional*” que refere o seguinte: “*O Corpo da Guarda Prisional deve revestir natureza de polícia judiciária localizada e, consequentemente (...) deve ser Órgão de Polícia Criminal (OPC) e Autoridade de Polícia Criminal (APC) de competência específica em razão da matéria e territorialmente delimitada. Caso não seja dada, como acontece atualmente, a natureza de polícia judiciária, deve ser dada competência (...) para desenvolver medidas cautelares e de polícia (de prevenção, de segurança de acautelamento de prova como revistas e buscas, apreensões e identificações), assim como para elaborar o expediente dentro de determinadas competências específicas localizadas e face a determinadas tipologias criminais, conforme a legislação processual penal*”<sup>133</sup>.

Os elementos do CGP de serviço às torres de vigia têm como missão principal a vigilância das estruturas periféricas (muros, redes, arame laminado coberturas, etc.) dos EP’s e áreas adjacentes, assim como vigiar pátios de recreios ou até zonas oficinais. Estes postos de segurança visam a deteção de evasões, crime contemplado no art.º 352.º do CP, ou evitar tirada de reclusos consagrado no art.º 349.º do mesmo diploma, bem como movimentos ou objetos suspeitos<sup>134</sup> que possam interferir com a segurança do sistema penitenciário. As ações agora identificadas desde já nos obrigam a constatar que o enquadramento processual penal contempla a tipificação destes crimes de contexto penitenciário mas ao contrário de outra criminalidade, não define a autoridade de polícia

---

<sup>132</sup> Cfr. o n.º 5 do art.º 174.º do CPP. Quanto à prática de diferentes tipos de crime que ocorrem em meio prisional e respetiva atuação dos OPC’s, consideramos especial relevância o conteúdo inerente aos mesmos na al. a) e c) do diploma legal que “inibem” a ação preventiva do CGP por falta de estatuto adequado ainda que as diligências sejam realizadas e ate documentadas, tal como faz referência a al. b).

<sup>133</sup> Valente, Manuel Monteiro Guedes (2008). *Natureza Jurídica do Corpo da Guarda Prisional*, Reimpressão, Coimbra, G.C.- GRÁFICADECOIMBRA, p. p. 180-181.

<sup>134</sup> Neste sentido, importa referir mais uma vez a lacuna estatutária que impede o CGP de poder atuar em conformidade com a al. a) do art.º 251.º do CPP. Exemplificando, será certo que da vigilância da torre para o exterior poderá ser necessário ato contemplado na referida alínea e sob a qual o CGP será obrigado a solicitar OPC para que se proceda à revista ou iminente detenção em caso de tentativa de intrusão no EP. Tal situação, é em tudo análoga quando é detetada droga nas portarias e não é possível a revista de pertences de visitantes à guarda do CGP e com motivo para tal, pois poderá existir mais droga ou arma nesses pertences (como já ocorreu, com armas de classe E segundo a al. d) do art.º 86.º da Lei n.º 17/2009).

criminal que os combate ou investiga, deixando a todos nós a oportunidade lógica de considerar para tal o CGP, ainda que não sendo OPC. A vigilância referida anteriormente é fundamental e de responsabilidade acrescida<sup>135</sup>, pois normalmente é a última barreira a ultrapassar para os reclusos que tentam a evasão e a primeira barreira a quebrar para quem auxilia os reclusos na fuga<sup>136</sup>, podendo esta acontecer através da transposição da estrutura periférica ou até nas diligências, contemplando para tal ações de cariz violento com o propósito da tirada de presos<sup>137</sup>, conforme faz constar o art.º 349.º do CP. Nas portarias dos EP's os elementos do CGP que ocupam estes postos de trabalho têm como tarefas a receção, o atendimento, a revista, a identificação<sup>138</sup> e encaminhamento de todo o público utente que se dirige aos EP's (visitantes dos reclusos, Advogados, Técnicos Superiores de várias carreiras, etc.). Controlam a entrada de todos os funcionários dos EP's, bem como fiscalizam e registam todos os produtos provenientes do exterior, compete-lhes também o controlo e fiscalização das viaturas, bem como o seu registo. Regra geral, as portarias estão dotadas de meios informáticos, nomeadamente o Sistema de Informação Prisional (SIP) que permite registar dados e aceder a variadas informações que relacionam o recluso com as condenações, penas anteriormente cumpridas e respetivos crimes, assim como fornece informação sobre as infrações cometidas em meio prisional, correspondentes sanções disciplinares e medidas aplicadas sobre visitantes infratores (ex. suspensão, ou até proibição de visita). Após o descrito, é nosso dever apelar para o desaproveitamento de todo este manancial de informação ao nosso dispor no SIP e que poderia ser disponibilizado aos OPC's para necessárias investigações. Os elementos do CGP efetuam serviços para fora das instalações prisionais através da execução de diligências e remoções. Estas organizam-se articulando os respetivos dispositivos de proteção e segurança (DPS)<sup>139</sup> em conformidade com o correspondente grau de exigência

---

<sup>135</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 350.º do CP. Quanto à responsabilização do GP no auxílio à evasão com pena de prisão até 8 anos, assim como a pena de prisão até 2 anos ou multa até 240 dias em resultado de negligência contemplado no art.º 351.º do mesmo diploma.

<sup>136</sup> Cfr. o art.º 349.º do CP. Quanto ao auxílio da tirada e evasão de presos e do não cumprimento de obrigações impostas por sentença criminal, que implica pena de prisão até 5 anos para o agente do crime.

<sup>137</sup> Idem.

<sup>138</sup> O n.º 1 do art.º 250.º do CPP, contempla a identificação de suspeito e pedido de informações, sempre que sobre ele recaiam fundadas suspeitas da prática de crimes, da pendência de processo de extradição ou de expulsão, de que tenha penetrado ou permaneça irregularmente no território nacional ou de haver contra si mandado de detenção, necessário para tal a qualidade de OPC. Estas situações são recorrentes nas visitas aos EP's.

<sup>139</sup> Calejo Pereira, João (2008). *Manual de Dispositivos de Proteção e Segurança*, DGRSP, Lisboa, p. 4. No entender do autor do manual de DPS da DGRSP, dispositivo de proteção e segurança é um “conjunto de medidas que permitem a vigilância e acautelamento policial ou militar sobre o bem que é garantido.

e risco<sup>140</sup>. As escoltas são essencialmente executadas pelo GISP<sup>141</sup> que está vocacionado operacionalmente para esse efeito e assume à responsabilidade das suas operações os reclusos contemplados com as medidas especiais de segurança pela Divisão de Organização e Gestão da População Prisional (DOGPP). Esta unidade de operações especiais tem um cariz de atuação de especificidade policial, pois a sua dinâmica operativa obriga ao emprego de procedimentos em tudo iguais aos tidos por unidades sobejamente conhecidas em território nacional, como é o caso do GOE e GIOE, grupos estes, com os quais já protocolou formação em matérias de intervenção tático policial.

## 1.2 - Enquadramento jurídico do CGP e a legitimidade do estatuto de OPC

Neste ponto do presente estudo pretendemos enquadrar esta atividade profissional no âmbito jurídico de modo a compreender como se estrutura e organiza legalmente, quais os sustentáculos normativos que legitimam a sua atuação, questionando também a identidade profissional e estatutária do CGP em função do seu enquadramento operativo. Assim, em 1993, o CGP viu o seu regime jurídico redefinido através do DL n.º 174/93 de 12 de maio, tendo em conta as alterações significativas das populações prisionais, o seu aumento, e os fenómenos da toxicodependência, da delinquência e criminalidade violenta. O DL n.º 174/93, de 12 de maio, diploma que aprovou o Estatuto dos Guardas Prisionais, regulamentando a carreira do CGP, perfez vinte anos em 2013 e não obstante as sucessivas alterações de que foi alvo, foi necessário atualizá-lo e adequá-lo à nova realidade funcional. Atentas as alterações de legislação<sup>142</sup> ocorridas ao longo destes anos,

---

*Entende-se por Dispositivo de Proteção e Segurança o conjunto de meios humanos e materiais hipotecados na prossecução de missões específicas, executadas sob um comando que tem como finalidade a salvaguarda de pessoas e bens. Este conceito abrange todo um conjunto de ações que se concretizam nas transferências de pessoas privadas de liberdade entre os estabelecimentos prisionais e na comparência das mesmas perante as autoridades judiciais, órgãos de polícia criminal, serviços do Sistema Nacional de Saúde, clínicas privadas, estabelecimentos de ensino, velórios e outros”.*

<sup>140</sup> Calejo Pereira, João (2008). *Manual de Dispositivos de Proteção e Segurança*, DGRSP, Lisboa, p. 4. Quanto ao grau de exigência e risco, Calejo refere que, “É conveniente frisar que todo e qualquer serviço de proteção e segurança pressupõem a contemplação de uma margem de risco independentemente da aplicação dos procedimentos implementados. Nesta perspetiva é fundamental que os elementos hipotecados no dispositivo de segurança interiorizem a necessidade de proteger a pessoa custodiada, criando um anel de segurança impenetrável de forma a dissuadir e caso seja necessário, neutralizar ameaças ou perigos causados por indivíduos hostis ou pelo custodiado. Reputa-se de extrema importância o prévio conhecimento da pessoa a custodiar, devendo-se analisar a sua personalidade, postura, costumes, hábitos e os seus antecedentes. Com base na análise do custodiado, a comunicação e a relação interpessoal deve ser cuidada e dinâmica, a fim de permitir o controlo do indivíduo, terceiros e do meio que o envolve”.

<sup>141</sup> Cfr. o art.º 29.º do EPCGP. Quanto à ação do GISP.

<sup>142</sup> Cfr. a Norma revogatória do art.º 8.º da Lei n.º 3/2014 (EPCGP), de 9 de janeiro, são revogados os: a) DL n.º 174/93, de 12 de maio, alterado pelos DL n.º 100/96, de 8 de fevereiro, 403/99, de 14 de outubro,

nomeadamente na equiparação do CGP à Polícia de Segurança Pública (PSP), introduzida no referido Estatuto pelo DL n.º 33/2001, de 8 de fevereiro, tornou-se imperativo provider à revisão do estatuto profissional do CGP. Já no âmbito da DGRSP, foi aprovado o DL n.º 3/2014 de 9 de janeiro, mantendo o princípio da equiparação ao pessoal com funções policiais da PSP, para efeitos de vencimentos e respetivos suplementos, aposentação, transportes e demais regalias sociais.

Uma das alterações mais importantes foi a criação de duas carreiras no âmbito do CGP, uma, integrando as funções de chefia enquadrando nela as hierarquias superiores e a outra, com uma dimensão mais operacional onde se inserem os guardas. Esta divisão e a definição dos conteúdos funcionais das diferentes categorias são a garantia para que o CGP possa responder de forma mais adequada e eficaz às exigências do atual Sistema Penitenciário. Conforme o disposto no art.º 28.º, DL n.º 215/2012 de 28 de setembro (LODGRSP), conjugado com o art.º 24.º do EPCGP, o CGP depende hierarquicamente<sup>143</sup> do Diretor Geral dos Serviços Prisionais. Os efetivos dos serviços externos da DGRSP estão diretamente subordinados aos respetivos Diretores dos EP's<sup>144</sup>, que podem delegar essa competência nos seus substitutos legais. O CGP estrutura-se de forma hierárquica estabelecida pela respetiva carreira<sup>145</sup>, que segundo o art.º 25º do Decreto-Lei n.º 3/2014, é definido por duas carreiras especiais, uma de chefe da guarda prisional, a outra, de guarda prisional. Desta forma, os elementos do CGP com funções de segurança pública em meio institucional passaram a agrupar-se por ordem decrescente de hierarquia, nas categorias de comissário prisional, chefe principal, chefe, guarda principal e guarda. A categoria de comissário prisional é de grau de complexidade funcional III<sup>146</sup>, sendo que, no futuro, apenas podem integra-la licenciados conforme a al. d) do art.º 35.º do EPCGP. Esta alteração acompanha as especiais exigências que reveste o exercício de funções de chefia do CGP, especialmente nos estabelecimentos prisionais de nível de segurança especial ou alta e grau de complexidade de gestão elevado<sup>147</sup>. Quanto a esta matéria

---

33/2001, de 8 de fevereiro, e 391-C/2007, de 24 de dezembro; b) DL n.º 213/98, de 18 de julho, alterado pelo DL n.º 323/2001, de 17 de dezembro; c) DL n.º 33/2001, de 8 de fevereiro; d) DL n.º 287/2009, de 8 de outubro; e) Despacho conjunto n.º 901/99, de 21 de outubro.

<sup>143</sup> Cfr. o art.º 28.º do DL n.º 215/2012 de 28 de setembro.

<sup>144</sup> Cfr. o n.º 2 do art.º 24.º, do DL n.º 3/2014 (EPCGP), de 9 de janeiro.

<sup>145</sup> Cfr. o n.º 3 do art.º 24.º, do EPCGP.

<sup>146</sup> Cfr. Anexo I a que se referem os art.º 25 e 26º do EPCGP.

<sup>147</sup> Cfr. o n.º 1 e n.º 2 da Portaria 13/2013 de 11 de janeiro (classificação dos estabelecimentos prisionais), que remete para o n.º 2, 3 e 4 do art.º 12.º, art.º 13.º, art.º 14.º e art.º 15.º do Lei n.º 115/2009 (CEPMPL) de 12 de outubro. Quanto à definição dos diferentes estabelecimentos prisionais em função dos respetivos níveis de segurança e regimes.



Valente refere que “*devem ser adequadas as equivalências académicas com a função a desempenhar. Do mesmo modo, consideramos que a criação das categorias de Intendente e de Intendente Geral para cargos de chefia nacional, prestigiaria o Corpo da Guarda Prisional*”<sup>148</sup>.

No mesmo estudo, Valente referia ainda, ter a opinião “ (...) *que os cursos de formação de ingresso e de promoção do pessoal do Corpo da Guarda Prisional devem ser reestruturados em termos de duração e de áreas científicas gerais* (...) ”<sup>149</sup>. Após alguns estudos no âmbito estatutário deu-se uma reestruturação do contexto funcional e enquadramento da atividade, pois reforçou-se a importância da formação do CGP visando dotá-lo de competências que constituam garantia de um eficaz exercício das funções da respetiva carreira, através das componentes teórica e prática, nas modalidades de formação inicial, contínua e de especialização, sendo atualmente a formação inicial composta por cursos de doze meses, dos quais três meses (no mínimo) serão de formação prática, sempre objeto de avaliação e classificação<sup>150</sup>. Refira-se ainda sobre a formação inicial, que a mesma é complementada com um ano de vínculo provisório, após o qual se determinará a sua transição a definitivo. Ainda no âmbito do ensino, mas na vertente protocolar com outros organismos, consagrou-se a possibilidade da DGRSP poder designar agentes do CGP para ministrar formação em entidades externas. Todas estas medidas visaram dignificar os agentes do CGP, reconhecendo-lhes mais competências com elevados padrões de tecnicidade e saber jurídico, de modo a que as funções securitárias, assim como as funções no âmbito da ressocialização impostas pelo Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade (CEPMPL), aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, sejam executadas com toda a observância do contexto legal inerente ao exercício da atividade desta força de segurança. O EPCGP no art.º 27.º define as competências do CGP deste modo:

*“a) Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito; b) Manter a vigilância e a proteção dos estabelecimentos prisionais, bem como das instalações da*

---

<sup>148</sup> Valente, Manuel Monteiro Guedes (2008). *Natureza Jurídica do Corpo da Guarda Prisional*, Reimpressão, Coimbra, G.C.- GRÁFICA DE COIMBRA, p 183.

<sup>149</sup> Idem.

<sup>150</sup> Cfr. o art.º 8.º do EPCGP.

*DGRSP; c) Observar os reclusos nos locais de trabalho, recintos ou zonas habitacionais, com a descrição possível, a fim de detetar situações que atentem contra a ordem e a segurança dos serviços ou contra a integridade física e moral de todos os que se encontrem no estabelecimento; d) Manter o relacionamento com os reclusos em termos de justiça, exigência do cumprimento das normas, procurando, simultaneamente e pelo exemplo, exercer uma influência positiva; e) Colaborar com os demais serviços e trabalhadores em atividades de interesse comum, prestando as informações que forem adequadas à realização dos fins de execução da pena, da prisão preventiva e das medidas de segurança, sem prejuízo do normal desenvolvimento das suas funções; f) Transmitir imediatamente ao superior hierárquico competente as petições e reclamações dos reclusos; g) Participar superiormente, e com a maior brevidade, as infrações à disciplina de que tenham conhecimento; h) Acompanhar e custodiar os reclusos que sejam transferidos ou que, por outro motivo, se desloquem ao exterior do estabelecimento prisional; i) Capturar e reconduzir ao estabelecimento prisional mais próximo os reclusos evadidos ou que se encontrem fora do estabelecimento sem autorização; j) Prestar assistência e manter segurança e vigilância durante o período de visita aos reclusos, bem como revistar os visitantes, verificar e fiscalizar os produtos ou artigos pertencentes ou destinados aos mesmos; k) Desenvolver as atividades necessárias para um primeiro acolhimento dos reclusos e visitantes, esclarecendo-os sobre as disposições legais e regulamentares em vigor no estabelecimento; l) Prevenir e combater a criminalidade em meio prisional, em coordenação com as forças e serviços de segurança; m) Prevenir a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos; n) Garantir o controlo da entrada e saída de pessoas e bens no espaço prisional”<sup>151</sup>.*

São ainda decretadas as competências funcionais do pessoal de chefia previstas no art.º 25.º e 26.º do EPCGP e definidas pela tabela de carreiras, categorias, conteúdos funcionais, graus e posições remuneratórias. Especificamente:

---

<sup>151</sup> Cfr. o art.º 27.º do EPCGP.

*“- Comissário Prisional; Chefiar os serviços de vigilância e segurança, disciplina e ordem prisional em estabelecimento prisional de nível de segurança especial ou alta e grau de complexidade de gestão elevada; Colaborar, na área da sua especialidade, com as unidades orgânicas dos serviços centrais, designadamente com as que detêm competências na área da segurança prisional; Exercer funções de estudo, planeamento, assessoria, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos técnico-científicos, no âmbito da vigilância e segurança prisional; Instruir os subordinados para o cumprimento das normas legais aplicáveis; Ministrar formação em matéria de vigilância e segurança prisional.*

*- Chefe Principal; Chefiar os serviços de vigilância e segurança, disciplina e ordem prisional em estabelecimento prisional de nível de segurança e grau de complexidade de gestão médios; Coadjuvar e substituir o comissário prisional nas suas ausências e impedimentos; Colaborar, na área da sua especialidade, com as unidades orgânicas dos serviços centrais, designadamente com as que detêm competências na área da segurança prisional; Exercer funções técnicas e de assessoria em matéria de segurança; Instruir os subordinados para o cumprimento das normas legais aplicáveis; Ministrar formação em matéria de vigilância e segurança prisional.*

*- Chefe; Chefiar equipas ou grupos de guardas, turnos de serviço ou sectores do estabelecimento prisional; Executar atividades operacionais, com autonomia e responsabilidade, enquadradas em planificação estabelecida no âmbito dos vários domínios de atuação do CGP; Executar tarefas administrativas decorrentes do exercício das suas funções; Exercer funções de enquadramento dos guardas em período experimental; Ministrar formação em matéria de vigilância e segurança prisional”<sup>152</sup>.*

No que diz respeito à disponibilidade, o Estatuto refere no n.º 1 do art.º 61.º, que o pessoal do CGP tem um serviço de carácter permanente e obrigatório<sup>153</sup>, sendo que são dias normais de trabalho todos os dias da semana inclusive os sábados e os domingos. O

---

<sup>152</sup> Cfr. o art.º 25.º e 26.º do EPCGP.

<sup>153</sup> Cfr. art.º 61.º do EPCGP. Quanto à disponibilidade determinada pelo funcionamento dos EP's em laboração contínua, sendo considerados dias de trabalho todos os dias da semana, sem prejuízo do previsto no regime geral aplicável em matéria de compensação por trabalho extraordinário.

CGP em período de descanso ou folga deve tomar as providências adequadas para prevenir ou resolver situações que coloquem em perigo a ordem e a segurança dos estabelecimentos prisionais, ou fazer cessar evasões de reclusos. O Regime Disciplinar<sup>154</sup> que contempla o CGP é a Lei n.º 58/2008 de 9 de setembro, Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, que no seu art.º 3º concretiza os seguintes deveres gerais: “a) *O dever de prossecução do interesse público*<sup>155</sup>; b) *O dever de isenção*; c) *O dever de imparcialidade*; d) *O dever de informação*; e) *O dever de zelo*; f) *O dever de obediência*; g) *O dever de lealdade*; h) *O dever de correção*; i) *O dever de assiduidade*; j) *O dever de pontualidade*”<sup>156</sup>. O diploma legal acima descrito pressupõe a sanção das infrações que sejam consideradas culposas em resultado de processo disciplinar, as quais, quando apresentam enquadramento criminal de importância relevante serão sempre complementadas, em relação direta com a sua moldura penal, com sanções contempladas no Código Penal<sup>157</sup>.

Segundo o previsto no art.º 33.º, 34.º, 35.º e 37.º do EPCGP, a carreira do CGP desenvolve-se através da progressão e promoção, sendo feito o recrutamento para cada uma das categorias mediante procedimento concursal<sup>158</sup>. A tramitação do procedimento concursal para o recrutamento para as carreiras e categorias do CGP é aprovado por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da justiça e da Administração Pública. Relativamente à promoção, a mesma é efetuada por despacho do Diretor Geral da DGRSP, e segundo o art.º 42.º do supracitado diploma, em concordância com os mapas de pessoal e postos de trabalho das carreiras do CGP. O preenchimento dos lugares da carreira do CGP encontra-se previsto no art.º 36.º do EPCGP, sendo o concurso<sup>159</sup> levado a efeito de acordo com as vagas existentes, segundo os preceitos de admissão da lei geral e os requisitos especiais que são:

---

<sup>154</sup> Cfr. o art.º 7º do EPCGP.

<sup>155</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 266.º, conjugado com n.º 1 do art.º 269.º da CRP, assim como o art.º 4.º do DL n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, Código do Procedimento Administrativo (CPA).

<sup>156</sup> Cfr. o art.º 3.º da Lei n.º 58/2008 de 9 de Setembro. Quanto aos deveres do CGP.

<sup>157</sup> Cfr. o art.º 66º do CP. Neste sentido considera-se o art.º 12.º do EPCGP, que define o regime prisional, internamento de detidos e reclusos que exercem ou exerceram funções em forças ou serviços de segurança.

<sup>158</sup> Cfr. o art.º 33º, 34º, 35º e 37º do EPCGP.

<sup>159</sup> Nota: A Portaria nº 722/95, publicada no D.R. I Série - B nº 154, de 06/07/1995, aprovou o Regulamento dos Cursos de Formação para os candidatos selecionados nos concursos para o preenchimento de lugares de ingresso na carreira. O Despacho 80/95, do Ministro da Justiça de 05/06/1995, publicado no D.R. II Série, nº 141, de 21/06/1995, aprovou o programa de provas de conhecimentos a utilizar nos concursos de ingresso na carreira.

“a) Possuir nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; b) Ter 21 anos de idade completos, à data do termo do prazo de candidatura, e não exceder 28 anos de idade, no final do ano em que seja aberto o procedimento concursal; c) Ter 1,60 m ou 1,65 m de altura, respetivamente, para os candidatos do sexo feminino e do sexo masculino; d) Possuir o 12.º ano de escolaridade ou equivalente; e) Ser idóneo para o exercício das funções, pela comprovada ausência de antecedentes criminais; f) Não se encontrar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar; g) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; h) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória”<sup>160</sup>.

Relativamente aos Direitos do CGP os mesmos vêm previstos no capítulo II, Direitos e deveres, secção I, do EPCGP, desde o art.º 5.º até ao art.º 17.º. O art.º 5.º correspondente ao Regime geral refere que “os trabalhadores do CGP gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres previstos na lei geral para os demais trabalhadores que exercem funções públicas em regime de nomeação (...)”<sup>161</sup> com as devidas restrições ao exercício de direitos tal como faz referência a CRP no art.º 270<sup>162</sup>. Sem prejuízo do disposto no EPCGP ou em legislação especial, ainda na secção I do referido capítulo estatutário, considera-se a relevância do art.º 6.º, “Incompatibilidades e acumulação de funções”<sup>163</sup> e o art.º 7.º, “Regime disciplinar”, que visam estabelecer limitações legais às ações do GP que possam colidir com os objetivos da Administração. Quanto aos demais artigos já referidos anteriormente que se restringem à secção II do EPCGP, correspondentes exclusivamente aos direitos do CGP podemos sintetiza-los da seguinte maneira: “art.º 8.º, Livre-trânsito e direito de acesso”<sup>164</sup>; art.º 9.º, Utilização dos meios de

---

<sup>160</sup> Cfr. o art.º 36.º do EPCGP.

<sup>161</sup> Cfr. o art.º 5.º do EPCGP.

<sup>162</sup> Cfr. o n.º 2 do art.º 270.º da CRP. Quanto às restrições ao exercício dos direitos de expressão, reunião, manifestação, associação e petição coletiva e à capacidade eleitoral passiva por militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efetivo, bem como por agentes dos serviços e das forças de segurança.

<sup>163</sup> Cfr. o art.º 6.º do EPCGP, conjugado com o n.º 4 e n.º 5 do art.º 269.º da CRP. Como exemplo, quanto ao impedimento e acumulação de funções públicas com atividades e funções privadas que possam afetar a respetiva isenção e imparcialidade. Pressuposto sancionável com suspensão pela al. c) do art.º 17.º, da Lei n.º 58/2008 (EDTEFP), de 9 de setembro.

<sup>164</sup> Cfr. o art.º 8.º do EPCGP. Quanto ao livre-trânsito e direito de acesso o CGP, em ato ou missão de serviço, devidamente identificados, têm livre acesso a estabelecimentos e outros locais públicos ou abertos

*transporte; art.º 10.º, Documento de identificação profissional; art.º 11.º, Patrocínio judiciário; art.º 12.º, Regime prisional; art.º 13.º Incapacidade física; art.º 14.º, Direito a uso e porte de arma*<sup>165</sup>; *art.º 15.º, Direito à greve; art.º 16.º, Louvores e condecorações; art.º 17.º, Fardamento*”<sup>166</sup>.

Por se tratar de uma força de segurança nos termos previstos do art.º 10.º, da Lei n.º 12 A/2008 de 27 de fevereiro, Lei de Vínculos e Carreiras Remunerações (LVCR), o vínculo laboral do pessoal do CGP é o constante do regime de nomeação segundo o art.º 109.º do mesmo diploma. O DL n.º 125/2007, de 27 de abril, consagrou no seu art.º 16.º, o CGP como força de segurança, tendo em conta essa natureza, bem como o princípio de tratamento idêntico que o Estado concede, assim como o art.º 4.º do Estatuto, que equipara a corporação à PSP, torna-se aplicável nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 198.º da CRP a mesma moldura jurídica para efeitos de aposentação. Assim, com a recente alteração legislativa, o art.º 1.º do DL n.º 287/2009<sup>167</sup>, ao pessoal do CGP aplica-se, com as necessárias adaptações, os regimes de pré aposentação e aposentação da PSP, que vêm previstos no DL n.º 157/2005<sup>168</sup>. Desta forma, o pessoal do CGP tem como idade mínima para a aposentação os 60 anos de idade e 40 anos de carreira contributiva, pode requerer a pré-aposentação aos 55 anos de idade e 36 anos de serviço. Os operacionais do CGP integrados no GISP têm direito ao suplemento de risco agravado previsto no n.º 2 do art.º 28.º do DL n.º 33/2001 de 8 de fevereiro. Os deveres do CGP previstos no art.º 18.º, secção III, do DL n.º 3/2014, são denominados de especiais e apresentam-se da seguinte maneira:

- “a) Não aceitar, a qualquer título, dádivas ou vantagens de reclusos, de familiares destes ou de outras pessoas, em consequência da profissão exercida;*
- b) Não deixar entrar ou sair dos estabelecimentos prisionais nem permitir o acesso a reclusos a quaisquer bens ou valores, sem autorização superior de acordo com o previsto nas normas e instruções aplicáveis; c) Não celebrar*

---

ao público, em todo o território nacional, na realização da custódia de reclusos ou de diligências tendentes a evitar a fuga ou a tirada de reclusos, bem como para proceder à recaptura de reclusos evadidos.

<sup>165</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 14.º do EPCGP. Quanto ao direito a uso e porte de arma distribuída pela DGRSP em serviço efetivo de funções, independentemente do seu calibre e licença e o n.º 2, quanto aos trabalhadores do CGP, no ativo ou aposentados, que têm direito à detenção, uso e porte de arma, nos termos aplicáveis ao pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública (PSP).

<sup>166</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 17.º do EPCGP. Quanto ao fardamento a DGRSP participa nas despesas com a aquisição de fardamento pelos trabalhadores do CGP em serviço de funções, através da atribuição de uma comparticipação anual, nas condições e montante previstos para o pessoal com funções policiais da PSP.

<sup>167</sup> Cfr. DL n.º 287/2009, de 8 de Outubro de 2009 - DR - 1.ª Série - n.º 195.

<sup>168</sup> Cfr. DL n.º 157/2005, de 20 de Setembro de 2005 - DR - 1.ª Série - A - n.º 181.

*qualquer negócio ou contrair dívidas com reclusos e seus familiares ou com qualquer outra pessoa com eles relacionados; d) Não permitir comunicações entre reclusos e pessoas estranhas ao estabelecimento prisional, sem autorização superior; e) Não empregar reclusos ao seu serviço, nem utilizar a sua força de trabalho em benefício próprio; f) Não influenciar os reclusos na escolha do seu defensor; g) Guardar sigilo sobre matérias de serviço; h) Ser urbano nas suas relações com os reclusos, quer na correção da linguagem, quer na afabilidade do trato, sem deixar de manter atitudes serenas e firmes e uma total independência de ação; i) Não prestar informações ou declarações aos meios de comunicação social sobre assuntos de serviço, sem prévia autorização superior; j) Não fazer uso de familiaridade excessiva para com os reclusos e seus familiares, nem permitir que estes o façam em relação a si.”*

No nosso entender e em relação direta com todo o enquadramento jurídico acima plasmado, ao pessoal do CGP compete um serviço de segurança pública, visando a prossecução dos interesses do Estado. A sua missão é a guarda de reclusos, e é esta a essência da sua função, mas a dinâmica funcional do CGP é mais ampla e compete-lhe também participar na reinserção social dos reclusos tendo em vista a sua preparação para o regresso à liberdade de modo socialmente responsável, contribuindo desta forma para uma sociedade mais segura e harmonizada, propósitos estes consagrados como objetivos permanentes da Lei n.º 53/2008 (LSI) de 29 de agosto, art.º 1.º, Princípios gerais. O pessoal do CGP representa a autoridade nos estabelecimentos prisionais que é legítima e justificada, sendo sempre utilizada em conformidade com os aspetos condicionantes impostos pela lei e supervisionados pelo Serviço de Auditoria e Inspeção (SAI) contemplado no DL n.º 123/2011 (LOMJ)<sup>169</sup>. O CGP executa um serviço especial distinto dos demais da DGRSP e contextualizado com a sua natureza de Força de Segurança, sendo que o art.º 272.º da CRP estabelece uma relação entre o conceito<sup>170</sup> de “Polícia” e

---

<sup>169</sup> Cfr. o n.º 4 do art.º 12.º da LOMJ. O serviço interno de auditoria e inspeção é instrumento essencial à manutenção da ordem, disciplina e organização dos estabelecimentos prisionais, cuja coordenação é garantida por magistrados, ouvidos os competentes Conselhos Superiores.

<sup>170</sup> Cfr. o n.º 1, 2 e 3 do art.º 272.º da CRP. Quanto ao conceito, refere que a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, através de medidas que não devem ser utilizadas para além do estritamente necessário. Contempla ainda a ação policial em matéria de prevenção de crimes, incluindo os crimes contra a segurança do Estado, observando as regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Constata-se

Forças de Segurança, definindo a sua importância para a segurança do Estado, verifica-se deste modo e através das suas competências, que estas não podem ser entendidas de outra forma que não seja através do quadro das medidas cautelares de polícia, logo o CGP terá de ser interpretado como um OPC. Considerando o conteúdo funcional e enquadramento jurídico do CGP, concluímos que a sua ação promove a defesa da legalidade democrática, ou seja, o respeito e o cumprimento das leis gerais da República dentro dos EP's, nos espaços de ocupação profissional dos reclusos, nas viaturas celulares, tribunais, hospitais, organismos públicos e instituições privadas onde se encontrem ou desloquem. O CGP promove a defesa da segurança interna através da sua ação de cariz policial ao evitar a evasão, a rebelião, ou a prática de crimes por parte dos reclusos. Os elementos do CGP garantem os direitos de todos os cidadãos, são responsáveis civil, criminal e disciplinarmente pelas ações ou omissões praticadas no desempenho das suas funções e por causa desse exercício de que resulte violação dos direitos ou interesses legalmente protegidos. Resulta desta abordagem jurídica ao contexto funcional do CGP, a conclusão de que, o seu estatuto está largamente ultrapassado na sua definição operativa não contemplando a atribuição estatutária de OPC.

---

desta forma o enquadramento de OPC através das ações policiais tidas pelo CGP no exercício da sua atividade.



## Capítulo VII

### A INVESTIGAÇÃO DOS MARCADORES SIMBÓLICOS

#### 1 - A informação dos Marcadores Simbólicos

Contemplando o CGP como OPC, veja-se a abordagem exemplificativa, mas de convicção pertinente, da investigação que é feita aos Marcadores Simbólicos (tatuagens) que transportam consigo um manancial de informação criminal pouco explorado. Sabe-se que a arte milenar das tatuagens invadiu o interior dos EP's de todo mundo, o que chamou a atenção de pesquisadores visando a análise de determinados símbolos. Para os profissionais do CGP torna-se necessário o conhecimento e o entendimento de marcadores simbólicos utilizados pelos reclusos que muitas vezes são codificadas por sinais, palavras ou símbolos, como por exemplo as tatuagens. Estes símbolos revelam a personalidade do criminoso, assim como demonstram o delito de quem o possui possibilitando que se estabeleça a orientação da execução penal, assim como as suas relações com o exterior. Na construção da problemática do presente capítulo partimos da seguinte questão:

*“Em que medida a descodificação dos Marcadores Simbólicos (tatuagens) de um recluso, relacionados com o tipo de crime cometido e respectivas ligações criminais poderão ser fatores de sucesso no que concerne à caracterização e recolha de informação na população prisional e o que resulta dessa investigação para a segurança do Estado?”.*

O presente capítulo tem como objeto de estudo a abordagem à caracterização dos reclusos no momento em que ingressam no sistema prisional, definindo desde logo a sua personalidade, a sua conduta criminal e o seu percurso de vida enquanto esteve integrado na sociedade livre, permitindo desde logo uma contextualização socio-comportamental do indivíduo e a sua relação com diferentes práticas criminais que o condenaram ao meio prisional. Desta forma julgamos ser pertinente o acompanhamento e identificação dos indivíduos por parte do CGP, para que tal processo permita a angariação de informação

útil às investigações<sup>171</sup> que ocorrem em matéria de processos internos durante a reclusão e com isso seria praticável a cooperação<sup>172</sup> com OPC's em matérias de competência específica em razão da investigação criminal, tal como refere o art.º 4.º da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (LOIC). Quanto a esta matéria de investigação criminal da competência do CGP em espaço prisional podemos citar Valente, que pertinentemente esclarece que “a atribuição expressa em lei da qualidade de OPC de competência específica ao pessoal do CGP assentaria sempre na especificidade do espaço de intervenção e na legitimidade normativa e sociológica da sua atuação, principalmente no quadro das medidas cautelares e de polícia”<sup>173</sup>

A tatuagem associada a uma determinada indumentária é uma atitude que funciona como autoidentificação, servindo como bandeira que simboliza a adesão a um determinado subgrupo social, exemplo disso são as pessoas que tatuam uma suástica, símbolo do nazismo *Hitleriano* e que evidencia simpatia por movimentos antissemitas. Outros grupos há que se identificam através de símbolos eternizados na pele e que representam uma filosofia de vida potencialmente marginal ou somente um estilo ou moda que poderá ser considerado como desviância, como são os casos do símbolo da anarquia que é adotado por *Punks*<sup>174</sup>, as caveiras por *Headbangers*<sup>175</sup> e demónios por *Ghotics*<sup>176</sup>. Alguns grupos de marginais utilizam a tatuagem como código, como é o exemplo dos delinquentes japoneses pertencentes à organização criminosa *Yakuza*<sup>177</sup> que tatuam grande parte do corpo como prova de coragem e de fidelidade à mesma. Na Baviera e no Sul da Alemanha, os ladrões reúnem-se em verdadeiras associações e reconhecem-se entre si por uma tatuagem epigráfica *T und L* que quer dizer, *Thal und Land*, palavras que devem trocar a meia voz quando se encontram para que se identifiquem e possam planificar ações delinquentes sem correr o risco de serem surpreendidos por elementos da polícia infiltrados no seio dos seus grupos. Na França,

---

<sup>171</sup> Nota: Quanto à competência genérica o CGP em matéria de especificidade de investigação, deveria ser contemplado como OPC no art.º 3.º da Lei n.º 49/2008 de 27 de Agosto, Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC).

<sup>172</sup> Cfr.o n.º 2 do art.º 6 da LSI. Quanto à cooperação entre forças de segurança, designadamente através da comunicação de informações.

<sup>173</sup> Valente, Manuel Monteiro Guedes (2008). *Natureza Jurídica do Corpo da Guarda Prisional*, Reimpressão, Coimbra, G.C.- GRÁFICA DE COIMBRA, p. 107.

<sup>174</sup> Punks são um subgrupo que se identifica pela aparência agressiva, simplicidade e subversão da cultura.

<sup>175</sup> Headbangers é uma subcultura caracterizada por um estilo associado ao Heavy Metal.

<sup>176</sup> Ghotics caracterizam-se por enfoque sombrio em relação à religião, sexualidade e morte.

<sup>177</sup> Yakusa é uma organização criminosa japonesa que surgiu no séc. XVII sob a égide dos chefes de mafias nas cidades de Osaka e Edo (atual Tokyo).

segundo revelações e estudos efetuados, tatuagens com determinadas numerações e linhas correspondem à definição de hierarquias, cinco pontos ou cinco linhas sobre a mão direita, assinalam o primeiro grau de uma perigosa associação criminosa e dez pontos ou dez linhas, será o segundo grau. Na Inglaterra, cravavam-se as iniciais *BC*<sup>178</sup> na pele dos condenados. Atualmente, alguns grupos marginais ainda utilizam a tatuagem de maneira a que a mesma transporte consigo um significado implícito codificado, como é o caso dos mafiosos japoneses da *Yakuza*, que tatuam o corpo todo (*Hiromono*) como prova de coragem e de fidelidade à associação criminosa.

Nos EP's do mundo inteiro os próprios reclusos fazem tatuagens para diferenciar a facção à qual pertencem. As caveiras e os dragões alados estiveram sempre presentes nas prisões, onde dentro das celas as tatuagens feitas no corpo dos reclusos contam histórias de crime e de castigo, símbolos de *status* ou de preconceito. Factos demonstram pois, que o conhecimento dos significados das tatuagens pode revelar muito daquilo que é o universo criminoso no meio prisional, assim como dos seus respetivos líderes. Lacassagne<sup>179</sup>, nos seus estudos obteve dados interessantes relativos aos segredos das marcas nas prisões, onde indicam a obrigação do devedor servir por um determinado tempo o seu credor. Nos EP's as tatuagens vão muito além do puro prazer estético e atualmente estima-se que 30% a 35% dos reclusos do sexo masculino tenham algum tipo de desenho tatuado no corpo o qual demonstra o seu enquadramento secreto dentro da prisão, revelando qual é a especialidade do recluso no mundo do crime e a ligação a um possível grupo de pertença. Contrariando este facto, existem também outros, que conscientes da conotação e posterior preconceito por parte da sociedade a este tipo de marcadores simbólicos associados ainda, ao mundo da criminalidade e de comportamentos antissociais, resistem a qualquer tipo de “marca” referente à passagem pelo sistema prisional, por motivos diversos tais como a exclusão social, a inserção no mercado de trabalho, a identificação por parte de organismos de investigação criminal, ou unicamente por tratar-se de uma fase na vida destes indivíduos, que em nada, carece de recordação contínua.

Defendemos a firme convicção de que as relações, ligações e interações criminais com o “mundo exterior” não se extinguem com cumprimento das penas de privação de

---

<sup>178</sup> Berger, M. (2000). *O significado da tatuagem ao redor do mundo e ao longo do tempo*, in *Revista Superinteressante*, nº 159, fevereiro, pp. 66-69.

<sup>179</sup> Uma enunciação sem comunicação - As tatuagens escriturais (on line). Disponível na internet: <[www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/lerArtigo.rua?id=82...6](http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/lerArtigo.rua?id=82...6)> (consultado em 08-05-2015).

liberdade<sup>180</sup>. A atribuição da conotação de perigosidade a um recluso e por inerência a respetiva colocação num determinado estabelecimento prisional, deve consistir no resultado de uma avaliação completa e pormenorizada e não num único fator de avaliação, que normalmente está relacionado com a condenação imposta após transitado em julgado, tal como indica o n.º 2 do art.º 19.º do CEPMPL, no momento do ingresso do recluso no estabelecimento prisional, *“a avaliação do recluso condenado tem em conta, designadamente, a natureza do crime cometido, a duração da pena, o meio familiar e social, as habilitações, o estado de saúde, o eventual estado de vulnerabilidade, os riscos para a segurança do próprio e de terceiros, o perigo de fuga e os riscos resultantes para a comunidade e para a vítima”*.

A classificação do recluso é requisito fundamental para dar início à execução científica das penas e medidas privativas de liberdade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, na proteção de bens jurídicos e na defesa da sociedade<sup>181</sup>, esta é a primeira fase de conhecimento do indivíduo recluso no sistema prisional, na qual o CGP tem papel preponderante. Em função da perspetiva referida, é importante o conhecimento dos indivíduos que ingressam no universo prisional por parte dos profissionais que atuam direta ou indiretamente com os reclusos, assim como perceber o significado das tatuagens no submundo do crime pois é necessário tratar uma linguagem codificada que se traduz em sinais de poder, comando, subordinação e tipos de crimes, prática esta bastante comum entre os delinquentes e que possui diversos significados nas diferentes partes do mundo. O processo de identificação dos reclusos deve ser feito através do exame clínico, psiquiátrico e psicológico para que se conheça a sua pessoa, o seu meio social e para obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação com vista à individualização da execução da pena<sup>182</sup>.

Para que se execute um estudo e tratamento apropriado aos diferentes grupos de reclusos é necessário complementa-lo com o conhecimento das suas linguagens e formas de comunicação, como é o caso das “tatuagens criminais”. O estudo minucioso dos diversos símbolos adotados mostra-nos um cunho especial dado às tatuagens, seja por espírito violento, vingativo, atos de desespero e ainda por outros indícios fornecidos que

---

<sup>180</sup> Cfr. o art.º 7.º do CEPMPL. Quanto aos direitos que garantem ao recluso ligações ao exterior, designadamente mediante visitas, comunicação à distância ou correspondência, sem prejuízo das limitações impostas por razões de ordem, segurança e disciplina ou resultantes do regime de execução da pena ou medida privativa da liberdade e consulta e aconselhamento jurídico por parte de advogado.

<sup>181</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 2.º do CEPMPL.

<sup>182</sup> Cfr. o art.º 5.º do CEPMPL.

são revelados pela área do corpo onde é tatuado o símbolo. Entretanto observou-se que tais símbolos são considerados secretos e quase nenhum recluso se dispõe a revelá-los, motivo pelo qual é necessária a pesquisa científica visando colaborar com a execução da política penitenciária e proporcionar melhor exercício das funções do CGP e de todos os funcionários que desenvolvem a sua atividade intramuros, contribuindo para a segurança dos EP's, reeducação do recluso, reinserção social e consequentemente promoção do bem-estar na sociedade.

### **1.2 - A informação da tatuagem em contexto penitenciário**

A entrada do agente social para um meio fortemente institucionalizado como a prisão, faz com que as suas práticas tenham que ser requalificadas de forma a se integrem neste novo contexto, sendo que as representações como agregadoras dos sistemas simbólicos e das práticas significantes vão ser chamadas a entrar em ação para posicionar o sujeito, orientando-o nas novas escolhas. As tatuagens dentro deste tipo de instituição são suscetíveis de ser portadoras de uma linguagem codificada. Dentro do espaço prisional as formas como as representações são veiculadas através dos significados simbólicos dados pelas tatuagens, vai organizar os sistemas classificatórios no qual se integram as pertencas constituindo fontes de conflitualidade. Nos estabelecimentos prisionais do mundo inteiro, os reclusos executam tatuagens para que dessa forma se diferencie a fação à qual pertencem, prática essa, que no passado era utilizada pela polícia no momento em que detinha os delinquentes.

Nos EP's as tatuagens não são feitas para dar um efeito estético a ninguém, elas contam histórias, comunicam e mantêm distâncias, mostram quem é o preso, o crime que praticou e o que se deve sentir por eles, seja medo ou desprezo. Os desenhos cravados na pele são muitas vezes uma forma de estigmatizar o recluso e de identificar para sempre algo que é visto com desconfiança e algum temor pela sociedade, servindo para marcar aqueles que devem ser desprezados. Os crimes por violação são punidos com tatuagens feitas à força, nas quais os homossexuais são ridicularizados com pintas na face feitas com uma agulha embebida em tinta tóxica usada para pintar paredes e inserida na pele num processo forçado e doloroso, que é executado através de materiais rústicos, como pregos, arames e até ponta de canetas, informando aos demais presos que o violador encontrou um “marido” dentro da cadeia. Desta forma o tatuado será reconhecido em

qualquer local do sistema prisional, passando a ser tratado pelos outros como homossexual de forma passiva. As imagens denunciam traços da personalidade do criminoso, cada uma possui um significado específico e somente quem cumpre pena ou vive de forma marginal descodifica as informações fornecidas pelas tatuagens, que mostram quais as especialidades do preso no mundo do crime. Esta forma de comunicação entre os reclusos obedece a uma carga simbólica de determinadas imagens e seus significados, desde uma referência à amada, passando pela religião, até à identificação do crime, marca muito usada atualmente no meio prisional.

### 1.3 - Os símbolos dos criminosos

Na prisão não há uma apropriação do espaço e ninguém se projeta nele. A população reclusa, heterogênea, de múltiplas origens e em permanente renovação é compreendida entre os seus pares, tendo uma identidade negativa imposta pelo exterior e identificada (neste contexto) no interior do espaço prisional por Marcadores Simbólicos. A atividade quotidiana do indivíduo é submetida a uma regulamentação planificada, sendo que os campos de vida recriados na prisão não anulam, nem substituem os exteriores, permanecendo estes como referentes para os reclusos. Também as tatuagens fazem parte dessas referências com o exterior, mas igualmente, com o seu universo criminal e entre o emaranhado de riscos codificados na pele e que representam segredos que os reclusos não gostam de falar abertamente, mas o CGP observa, estuda e descortina o simbolismo desses marcadores dos quais se constata os seguintes significados das imagens das tatuagens traduzidas no quadro agora exposto:

Marcadores Simbólicos	Significado
<i>Uma teia de aranha</i>	Os cúmplices foram mortos
<i>Uma cruz com duas velas acesas</i>	Aviso aos outros reclusos de que é um indivíduo de alta perigosidade
<i>Número 12 na mão esquerda ou folha de cannabis</i>	Está ligado ao tráfico de drogas
<i>Um ponto na mão direita</i>	Carteirista
<i>Dois pontos na mão</i>	Violador

<i>Três pontos em forma de triângulo</i>	Significa envolvimento em tráfico
<i>Quatro pontos formando um quadrado</i>	Indivíduo que pratica o crime de furto
<i>Cinco pontos</i>	Praticante do crime de roubo com violência
<i>Um ponto em cada extremidade de uma estrela</i>	Pratica crimes de homicídio
<i>Vários pontos formando um X</i>	Chefe de quadrilha ou líder de determinada facção criminosa
<i>O rosto de Jesus Cristo desenhado no peito</i>	Praticaram o crime de extorsão
<i>Uma cruz com o crânio humano, tatuado no meio das costas</i>	Sabe guardar segredos e que o grupo pode confiar naquele
<i>Imagem do diabo</i>	Demonstra ser um assassino
<i>Figura de uma borboleta</i>	Anseio de liberdade é um praticante de fugas
<i>Figura de uma borboleta em determinada parte do corpo</i>	Homossexual
<i>Uma serpente no braço</i>	Faz qualquer tipo de negociação para livrar-se da prisão
<i>Forma de um cadeado e molho de chaves</i>	Forma que os presos têm de manifestar-se que têm sido perseguidos
<i>Barco ou de uma caravela, ao lado do coração</i>	Vontade de liberdade, anseio de ficar livre.
<i>Âncora</i>	Proteção, ligado à arte do mar
<i>Pomba</i>	Simboliza sorte, bons ganhos, evita ser visto ou pressentido
<i>Estrela de Salomão</i>	Está livre da bruxaria
<i>Uma pistola tatuada na perna</i>	Elemento praticante de assalto com morte

183

#### 1.4 - A importância para a investigação

As tatuagens possuem significados dentro e fora das prisões, é uma forma de linguagem, um meio de comunicação onde se verifica o papel de cada possuidor daquela marca, muitas vezes forçado a carregar o sinal na sua própria pele. O corpo humano é o meio através do qual nos apresentamos ao mundo, sendo que a identidade é marcada através dos símbolos que funcionam como uma importante representação das identidades

<sup>183</sup> Bastos, Álvaro Teixeira (1903). *A Tatuagem nos Criminosos*, Porto, Typ. a vapor de Arthur José de Sousa & Irmão, pp. 117-123.

e diferenças. O corpo humano não só nos fornece as condições básicas para viver como também nos molda as identidades, estruturando as nossas intervenções e classificações. O corpo torna-se mais um fenómeno de opções e escolhas, sendo que se pode construir através dele uma biografia incorporada.

O presente ponto resume-se à importância do conhecimento de dados preliminares do indivíduo recluso, quando este ingressa no sistema penitenciário. É neste momento que a personalidade do preso deve ser avaliada levando em consideração todos os aspetos que caracterizam o sujeito, incluindo os sinais que se eternizam na pele, pois revelam os segredos do mundo criminoso que se formam dentro e fora das prisões. Dá-se início desta forma ao trabalho de classificação do recluso, para que a partir de todas informações obtidas, inclusive das formas de comunicação, seja iniciada a individualização da execução das penas e medidas privativas de liberdade.

Através deste estudo é possível o reconhecimento de certas atitudes que são refletidas pela imagem do próprio indivíduo e poderão estar relacionadas com o seu comportamento no estabelecimento prisional e as suas relações com o mundo exterior. Pode assim, ser estudado com extremo rigor todo o conjunto de possibilidades comportamentais e de ser feito um acompanhamento convenientemente desses indicadores da personalidade do delinquente, bem como indagar da continuidade de práticas criminógenas. Tais aspetos servirão de instrumento para se atingirem conclusões diagnósticas, prognósticas e terapêuticas, proporcionando o tratamento penal individualizado, respetivo plano de reinserção social e paralelamente, uma eficaz adoção de procedimentos securitários e combate à criminalidade ainda que intramuros.

Os EP's devem ser preconizados como local onde a pena deve ser cumprida com o rigor a que legislação obriga e dessa forma fica garantida a vertente de segurança necessária à estabilidade do sistema e da sociedade em geral. Nesta perspetiva securitária, o agente de autoridade (GP) através da observação<sup>184</sup>, tem o dever de entender a linguagem dos presos, muitas vezes secreta e que se promove de diferentes maneiras, nomeadamente através de sinais manuais, sonoros, por palavras codificadas ou marcas no próprio corpo, onde quase nenhum recluso se presta a revelá-los. Ter uma tatuagem é um caminho no sentido de criar a diferença que identifica o sujeito social e suas práticas, por isso é importante compreender o tipo de subjetividade que está por detrás dessa prática

---

<sup>184</sup> Cfr. o art.º 88.º do CEPML. Quanto aos meios comuns de segurança, a observação do CGP ao recluso, é em específico, a garantia de prevenção de comportamentos ilícitos.



corporal, no contexto do meio prisional. O conhecimento do significado das tatuagens nos reclusos, certamente produzirá novas perspectivas no que se refere ao tratamento penal e segurança das instituições penais, conseguindo dessa forma recursos e novas estratégias ao efetivo cumprimento legal das penas e sua individualização, passando de facto a ser administrada a execução da pena e tornando-a mais eficaz no que concerne à segurança relativamente a possíveis ligações ao crime com o mundo exterior.

Atualmente vivemos perante uma criminalidade extremamente organizada, violenta e transnacional. Esta nova realidade criminal tem-se acentuado fortemente no nosso país devido aos fluxos migratórios (muitos deles sazonais). As situações repetem-se no quotidiano, assim como, emergem sucessivamente *gangs* extremamente organizados, coesos e dotados de práticas e treino suficiente para criar sentimentos fortes de insegurança no seio da sociedade. É sobre este tipo de criminalidade que deve recair maior ênfase a nível de segurança e uma maior troca de informação podendo ser considerado todo o conteúdo decorrente do processo penal, assim como da pessoa do recluso, através das ligações que tem com o exterior e das referências que são eternizadas na sua pele por símbolos e códigos que é necessário decifrar. Deste modo, é recorrente, a nível institucional, tanto nacional como internacional o discurso sobre as novas formas de criminalidade e em especial sobre a criminalidade organizada. Esta insistência e este ênfase são, contudo, emanações verdadeiras de uma realidade preocupante com dimensão planetária e incidência no quotidiano de todos nós. É que a organização da atividade criminal assume uma natureza nova quer pela sua característica transnacional, quer pelo modelo que as tecnologias disponíveis, a pressão dos fluxos migratórios e a volatilidade dos mercados permitem estruturar. Para a grande criminalidade mais ou menos organizada exigem-se e definem-se, tanto à escala nacional como mundial, estruturas fortes e centralizadas que pratiquem uma cooperação consistente e interativa.

De forma conclusiva em relação à importância do estudo agora dissertado, o conceito de segurança está ancorado na relação do campo das perceções e o Estado tem um papel determinante na promoção dos aspetos objetivos desta perceção. Cabe a este, proporcionar através de investimentos, legislação, técnicas e tecnologia, um ambiente público que reproduza ao máximo os aspetos físicos e psicológicos que induzam os indivíduos a sentirem-se seguros. Objetivamente, não existe atualmente um mecanismo adequado de identificação, avaliação e gestão da conduta que um recluso possa desenvolver no sistema penitenciário. Aquilo que se verifica é a existência de informação

pontual, relativa a incompatibilidades ou informações não confirmadas que obrigam a um empenho de meios, a maior parte das vezes, desadequado à realidade. A avaliação da personalidade e conduta mais não é do que a avaliação e análise de pena condenatória, baseada em acontecimentos passados e que servem somente para alojar<sup>185</sup> os reclusos em diferentes Estabelecimentos Prisionais.

A credibilidade no sistema judiciário e no sistema penitenciário são exemplos no que se refere aos aspetos psicológicos. Assim, é função do Estado promover intensamente a manutenção destes aspetos objetivos, bem como ampliá-los, pois, como vimos, a necessidade de segurança<sup>186</sup> por parte dos indivíduos é uma condição essencial para a manutenção do convívio social e da própria existência de qualquer sociedade. Neste sentido, urge criar de forma prática e objetiva, uma caracterização criteriosa respeitante aos reclusos onde sejam levados em consideração os vastos aspetos relacionados com a sua pessoa, conduta e práticas criminais que poderão ser reveladas por símbolos que transportam nos seus corpos e que representam uma linha de vida importante para conhecimento das forças de segurança e necessárias investigações no mundo criminógeno.

---

<sup>185</sup> Cfr. o art.º 20.º do CEPMPL. Quanto ao ingresso, afetação, programação do tratamento prisional e libertação, que tem em conta a organização dos estabelecimentos prisionais e a avaliação do recluso, ponderando-se também a situação jurídico-penal, o sexo, a idade e o estado de saúde do recluso, o cumprimento anterior de pena de prisão, a natureza do crime cometido e a duração da pena a cumprir. Assim como as exigências de ordem e segurança, o regime de execução da pena, a proximidade ao seu meio familiar, social, escolar e profissional, as vantagens em promovê-la e as exigências de aproximação à vida livre.

<sup>186</sup> Cfr. o n.º 1 e 2 do art.º 27.º da CRP. Todos têm direito à liberdade e à segurança e ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de ato punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança.

## Capítulo VIII

### A SEGURANÇA INTERNA E O CORPO DA GUARDA PRISIONAL

#### 1 - A importância do CGP para a Segurança Interna

Numa abordagem incisiva sobre o âmbito securitário penitenciário, prossecução das políticas de prevenção criminal, execução das penas e medidas privativas da liberdade e da reinserção social, consideremos a importância da atividade do CGP no espaço da segurança interna. Nesta perspetiva, faremos uma incidência sobre a segurança na sua vertente interna e o seu surgimento como conceito fundamental à paz social, desenvolvimento económico e bem-estar das pessoas. A segurança interna aparenta um carácter complexo, pois orienta a sua estratégia em direção a três grandes objetivos:

- “- O primeiro apoia-se na garantia dos direitos do cidadão proporcionados pelas normas jurídicas e pelas autoridades que os editam e aplicam;*
- O segundo depende da salvaguarda da ordem constitucional democrática contra perturbações graves de origem interna;*
- O terceiro objetivo consiste na preservação da coletividade contra agressões e ameaças externas”<sup>187</sup>.*

Estes autores expressam uma conceção de segurança interna fortalecida por Cepik, ao descrever segurança nacional como *“uma condição relativa de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças plausíveis à sua sobrevivência e autonomia”<sup>188</sup>*. Os Estados diligenciam, assim, a Segurança que pode ser entendida como a *“ausência de ameaças externas, que possam pôr em causa os valores fundamentais que a comunidade quer promover, e que impliquem um risco de utilização da força”<sup>189</sup>*. Por outras palavras, Loureiro dos Santos define a Segurança como *“um estado ou uma situação a atingir (...) e o conjunto das atividades para alcançar esse*

---

<sup>187</sup> Morais, Carlos Blanco de, Araújo, António, Leitão, Alexandre (2000). *O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas*, Lisboa, Edições Cosmos, IDN, p. 23.

<sup>188</sup> Pinto, Eduardo (2002). *As Novas Ameaças aos Estados Soberanos*, Lisboa, TILD, CSCM, IAEM, p. 8.

<sup>189</sup> David, Charles Philippe (2001). *A Guerra e a Paz. Abordagens contemporâneas da segurança e da Estratégia*, Tradução de Armando Pereira da Silva, Lisboa, Instituto Piaget, p. 48.

*estado ou situação*”<sup>190</sup>. Fundamentado na conceção e abrangência securitária exposta, verifica-se que a segurança interna desenvolve uma conceção de proteção da nação de todos os tipos de ameaças e tentativas de destabilização internas, devendo assim acautelar a precaução dos seus sistemas sociais, económicos e políticos e ainda a proteção dos seus valores nacionais.

Em Portugal, a Assembleia da República decretou, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição da República Portuguesa a Lei n.º 53/2008 (LSI), onde especifica qual a definição e fins de segurança interna, referindo no n.º 1 do art.º 1 “*A segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática*”. Referindo ainda no n.º 3 do art.º 1, “*As medidas previstas na presente lei visam especialmente proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática contra a criminalidade violenta ou altamente organizada, designadamente sabotagem, espionagem ou terrorismo*”.

Em todo este contexto jurídico cabe o CGP, obedecendo para tal aos princípios fundamentais, referidos no n.º 1 do art.º 2.º da LSI onde se plasma que “*A atividade de segurança interna pautar-se-á pela observância das regras gerais de polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias e pelos demais princípios do Estado de direito democrático*”. Às polícias cabe, também, a função de “*garantir a segurança interna, onde se integra toda a segurança pública quer em meio livre quer em meio institucional*”<sup>191</sup>, em particular os EP’s. A garantia da segurança interna ultrapassa o espectro da ação coerciva dos direitos e liberdades dos cidadãos através do garante desses mesmos direitos e liberdades fundamentais. No alinhamento do descrito anteriormente, Valente afirma que, “*se nos atendermos às competências do CGP previstas no EPCCG (revogado pelo EPCGP) - quer do pessoal vigilância quer do pessoal de chefia - e, atualmente, previstas no art.º 16.º da ODGSP (revogado pelo n.º 1 do art.º 28.º da LODGRSP), podemos, desde já, adiantar que o conteúdo funcional descrito nos citados diplomas contribui para a prossecução de vários elementos da conceção legal de*

---

<sup>190</sup>Santos, Loureiro dos (2000). *Reflexões sobre Estratégia, Temas de Segurança e Defesa*, Mem Martins, Publicações Europa América, p. 15.

<sup>191</sup> Conceção doutrinária e adequada, prescrita na al. e) do art.º 10º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

*segurança interna, do qual destacamos e, por nós já desenvolvido, «o respeito pela legalidade democrática»* <sup>192</sup>. Segundo o n.º 2 do art.º 14 da LSI exercem funções de segurança interna: “*a Guarda Nacional Republicana; a Polícia de Segurança Pública; a Polícia Judiciária; o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; os Órgãos dos sistemas de autoridade marítima e aeronáutica e o Serviço de Informações de Segurança*”.

A LSI, no art.º 4 refere que as forças e serviços de segurança interna podem atuar fora do espaço sujeito a poderes de jurisdição do Estado Português em cooperação com organismos e serviços de Estados estrangeiros ou com organizações internacionais de que Portugal faça parte (é exemplo desta cooperação, a intervenção humanitária Portuguesa em relação aos refugiados do Kosovo durante o conflito étnico-religioso nos Balcãs). Depreende-se que a conjugação do art.º 3º e o n.º 2 do art.º 4º têm como finalidade a persecução dos fins definidos no art.º n.º 1º da LSI, que prevê a cooperação com entidades de outros Estados para fazer face às novas ameaças, em virtude de estas serem, cada vez mais transnacionais, procurando desta forma a segurança do indivíduo através de uma ação securitária que não seja exclusivamente interna, mas também ela, externa.

Este estudo obriga a salientar de forma bem expressa e inequívoca, a relação direta desta atividade profissional com o contexto normativo da segurança interna e poderemos considerar desde logo, que a LSI não contemplou o CGP como força de segurança nesse contexto de exercício de funções. Saliente-se no entanto, ter sido atribuída a necessária importância da sua atividade ou da sua função material para a segurança interna, através da inclusão do Diretor-Geral dos Serviços Prisionais no Conselho Superior da Segurança Interna (conforme a al. *m*) do n.º 2 do art.º 12º da LSI), e no Gabinete Coordenador de Segurança, (de acordo com o n.º 2 do art.º 21º da LSI). Face a tal constatação aferida por nós, cabe-nos descortinar quais as razões, ao nível dos diplomas legais, que não possibilitaram tal enquadramento, algo que desde logo se mostrou paradoxal em função das dinâmicas securitárias desenvolvidas pela genesis desta atividade profissional.

Podemos afirmar, sem reservas, que o CGP, que depende do Diretor-Geral dos Serviços Prisionais, como força de segurança de competência específica em razão da matéria e do território, contribui e promove a atividade de segurança interna (pública) no meio institucional e, consequentemente defende, nesse meio, a legalidade democrática. Deste modo confira-se a moldura legal e funcional da atividade de segurança interna

---

<sup>192</sup> Valente, Manuel Monteiro Guedes (2008). *Natureza Jurídica do Corpo da Guarda Prisional*, Reimpressão, Coimbra, G.C.- GRÁFICA DE COIMBRA, p. 32.

exercida pelo CGP, que fica desde logo expressa no enquadramento determinado pelo n.º 1 e n.º 2 do art.º 3.º, do EPCGP: *“O CGP é constituído pelos trabalhadores da DGRSP com funções de segurança pública em meio institucional, armados e uniformizados, integrados nas carreiras especiais de chefe da guarda prisional e de guarda prisional e que têm por missão garantir a segurança e tranquilidade da comunidade prisional, mantendo a ordem e a segurança do sistema prisional, protegendo a vida e a integridade dos cidadãos em cumprimento de penas e medidas privativas da liberdade e assegurando o respeito pelo cumprimento da lei e das decisões judiciais, bem como pelos direitos e liberdades fundamentais desses cidadãos”*; *“O pessoal do corpo da guarda prisional é agente da autoridade quando no exercício das suas funções”*.

Está declaradamente expresso no conceito legal a grande finalidade da segurança interna: a realização do princípio estruturante e pilar do nosso Estado que é o respeito da dignidade humana com a promoção de uma ordem, de uma segurança e de uma tranquilidade públicas (em meio livre ou institucional, como é o caso dos EP's). Com esta garantia consagrada pela lei, que salvaguarda os direitos fundamentais dos reclusos, ao CGP cabe o dever de evitar a prática de determinados crimes (furtos, roubos, extorsão, violações, homicídios, etc.) que coloquem em causa a liberdade de usufruto do património autorizado a ter pelo recluso. Por outro lado, o CGP preserva a segurança de todas as pessoas que trabalham em meio prisional e quem têm como propósito final a reinserção social do indivíduo privado da liberdade.

O CGP desmultiplica-se em duas vertentes de atuação funcional que se complementam entre si, dado entroncarem numa conceção unitária de segurança. É precisamente esta ideia de dualidade em permanência que leva ao estabelecimento de regras mínimas que, por sua vez, delimitam o campo de intervenção dos vários operadores, em especial os funcionários responsáveis pela segurança e ordem penitenciária. Estas duas vertentes securitárias diferenciam-se da seguinte forma: - “Interna” (correspondente ao espaço inerente ao EP, incluso estrutura periférica) e; - “Externa” (intrínseco às diligências para o exterior do EP, ex. tribunais). A primeira (“interna”) visa o equilíbrio do próprio espaço prisional onde se conjugam anseios e expectativas nem sempre conciliáveis e muitas vezes conflituais. Paradoxalmente, a reclusão contempla a necessidade de interação com a sociedade livre onde é necessário o contato, conferido por lei, do recluso com as suas relações sociais e especificamente familiares, obrigando a uma agilização securitária do CGP entre os que estão integrados

na sociedade e aqueles que são a especificidade da sua vigilância. É com base nesta característica de alteridade que se deverá enquadrar toda uma plêiade de saberes, de natureza securitária, eminentemente penitenciários e eventualmente policiais. O caráter externo relaciona-se com o prolongamento dessa vivência intramuros e cujos intervenientes, sem exceção, colidem com o espaço público e com a segurança e ordem públicas. A vertente “externa” torna-se mais delicada na tomada de decisões e adoção de procedimentos<sup>193</sup>, tanto, quanto o fato de esta obrigar à irrupção de espaços que estão sob a autoridade de outras forças de segurança ou de órgãos de soberania que obrigam à presença do CGP. Desta interação, resulta a necessidade de cooperação<sup>194</sup> entre forças de segurança, sendo exigível por isso, igual legitimidade em relação às necessárias atuações nesses domínios. Resulta desse fato a imperativa igualdade do exercício de autoridade, que necessariamente passaria pela atribuição do tão pertinente e imprescindível estatuto de OPC. O emprego criterioso dos meios implica a cooperação dos vários intervenientes com vista à maximização da segurança, em especial da consecução da proteção integrada, dependendo esta grandemente do esforço, do empenhamento e da adesão a uma cultura de profissionalismo e de responsabilidade do CGP. Esta, todavia, só é concretizada se coexistir consistência e continuidade no que respeita à divulgação e instrução de regras e procedimentos elementares, assim como, a atribuição de estatuto consentâneo com as suas funções.

O CGP complementa a sua complexa e diversificada atividade intramuros com outras que se desenvolvem no exterior dos EP's, nomeadamente, através das deslocações a tribunais, hospitais, clínicas, OPC's e outros organismos que estejam determinados pela DGRSP. Nestas diligências ao exterior dos EP's o CGP executa funções securitárias de enquadramento policial, pois todos os procedimentos adotados são de cariz operativo completamente diferente do contexto penitenciário e que se enquadram com um âmbito de serviço de polícia. As funções de caráter policial agora referidas e que se levam a

---

<sup>193</sup> Calejo Pereira, João (2008). *Manual de Dispositivos de Proteção e Segurança*, Lisboa, DGRSP, p. 9. Quanto a procedimentos, “ (...) Algumas forças de segurança dispõem de um leque alargado de meios e ações para resolução de diferentes tipos de conflitos, no entanto toda a atuação do agente de autoridade deve ser interpretada numa perspetiva de adoção de procedimentos em escalada, que o obriga a aplicar técnicas e meios auxiliares da força física numa perspetiva de adequação, necessidade e proporcionalidade (...) ”.

<sup>194</sup> Quanto à cooperação veja-se o n.º 1 do art.º 27.º e n.º 2 do art.º 4 do EPCGP, que determinam competências em matéria de prevenção e combate à criminalidade em meio prisional, em coordenação com as forças e serviços de segurança. Assim como no caso específico da captura e recondução aos EP's dos reclusos evadidos ou ausentes sem autorização, referindo-se, que sempre que possível, em articulação com as forças e serviços de segurança competentes.

efeito fora dos EP's obrigam desde logo à utilização de equipamentos<sup>195</sup>, uso e porte de arma<sup>196</sup> e outros meios fornecidos ou autorizados pela DGRSP, necessários à execução das suas funções, de acordo com o estabelecido no art.º 14.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro.

No plano securitário e enquanto elemento pertencente a uma força de segurança, o GP deve vigiar, manter e preservar a ordem e segurança conforme o disposto nos artigos 86.º a 91.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro (CEPMPL), com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 21/2013, de 21/02, 40/2010, de 03/09, e Lei n.º 33/2010, de 02/09. Esta vertente securitária é abrangente à própria garantia da integridade física, psíquica e moral dos reclusos que, de uma forma geral, estão privados da liberdade em condições que potenciam o conflito entre a população reclusa. Neste contexto de segurança específico do sistema prisional, o legislador decidiu atribuir a qualidade de agente de autoridade aos elementos do CGP, assim, na nossa opinião são considerados entidades policiais de pleno, não só no quadro da segurança interna, em que a responsabilidade aumenta por força do n.º 2 e 3 do art.º 5.º da LSI, como também no quadro processual penal, que nos termos da al. a) do n.º 1 do art.º 242.º do CPP, obriga a proceder de modo a deter os agentes da prática de crimes em flagrante delito<sup>197</sup>.

Caso persistissem dúvidas residuais, o legislador veio conferir, através da LODGRSP<sup>198</sup> natureza de força de segurança ao CGP e por força desta prerrogativa os seus elementos ganham qualidade de polícia no sentido pleno da palavra, sendo por isso e sem qualquer dúvida OPC. Este reconhecimento estatutário implica específicas e agravadas responsabilidades disciplinares criminais pelo não cumprimento do disposto nos citados preceitos da LSI e do CPP. A não-aceitação de que os elementos do CGP são agentes e autoridades policiais, implicaria que no exercício das suas funções, os mesmos,

---

<sup>195</sup> Quanto a armas e equipamentos do CGP, o art.º 20.º do EPCGP determina que estes são utilizados, fornecidos ou autorizados pela DGRSP e serão os necessários à execução das suas funções, zelando obrigatoriamente pela respetiva guarda, segurança e conservação.

<sup>196</sup> Quanto ao direito a uso e porte de arma, o n.º 1 do art.º 14.º do EPCGP consagra que o CGP em serviço efetivo de funções têm direito ao uso e porte de arma distribuída pela DGRSP, independentemente do seu calibre e licença. Refere ainda o n.º 2 do art.º 14.º que os elementos do CGP, no ativo ou aposentados, têm direito à detenção, uso e porte de arma, nos termos aplicáveis ao pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública (PSP).

<sup>197</sup> Quanto à detenção, caso o pessoal CGP não fosse considerado agente de autoridade e somente o considerassem um “corpo” de serviço operativo de vigilância e segurança (como se retirava do n.º 2 do art.º 52.º e do art.º 56.º da anterior Lei Orgânica da DGSP, aprovada pelo DL n.º 268/81, de 16 de setembro) os elementos do CGP não poderiam deter em flagrante delito os agentes da prática de crimes nos termos da al. b) do n.º 1 e do n.º 2 do art.º 255.º do CPP, ou seja, proceder à detenção e entrega do agente do crime à entidade policial ou autoridade judiciária territorialmente competente, tal como acontece.

<sup>198</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 28.º da LODGRSP.



ficassem impossibilitados de exercer autoridade sobre todos os cidadãos que se deslocam e tomam diligências naquele espaço, nomeadamente as visitas, que em muitos casos são alvo de revistas das quais resultam inúmeras apreensões de estupefacientes.

Reforçando o conteúdo acima apresentado e salientando-se o intuito da lei em garantir a ordem e a segurança nacionais através de uma política securitária, foi aprovada a Lei Orgânica do Ministério da Justiça, pelo DL n.º 123/2011, de 29 de dezembro, na qual foi contemplada a estrutura orgânica da DGRSP, Decreto-Lei n.º 215/2012 de 28 de setembro. Neste diploma, faz-se constar que no n.º 2 do art.º 28.º, o Grupo de Intervenção e Segurança Prisional (GISP), criado no âmbito do CGP, é unidade de operações especiais que oferece outro argumento substancial à importância da corporação na manutenção dos interesses nacionais no âmbito da segurança interna. O GISP reforça de forma muito participativa a vertente securitária do CGP, sendo um grupo de operações especiais<sup>199</sup>, tem como missão principal adotar ações preventivas ou repressivas anti distúrbio nos estabelecimentos prisionais, tomar medidas protetivas de escolta<sup>200</sup> a reclusos perigosos ou de alto risco, efetuar remoções de reclusos, designadamente as de longa distância e assegurar a condução das viaturas oficiais em que é transportada a direção superior. Os conceitos de estratégia e de tática estão presentes na conceção e materialização de qualquer ação de cariz securitário tida pelo GISP, por mais simples que se considere, resultando assim num forte contributo para a segurança interna. Aqueles evidenciam-se na definição permanente de objetivos, na prossecução destes, rentabilizando os recursos existentes, mediante o estabelecimento criterioso e metódico de procedimentos.

Em relação ao enquadramento funcional das hierarquias superiores, a gestão de recursos implica por parte das chefias uma otimização segundo critérios de eficiência e eficácia, à qual não é alheia a organização e supervisão do serviço de vigilância e segurança, a afetação criteriosa de meios, tendo em conta a realização dos objetivos preconizados superiormente, a orientação constante e esclarecedora dos funcionários sob a sua direção, o dever de colaboração e coadjuvação no desenvolvimento e aplicação dos mecanismos ou instrumentos de trabalho, salientando-se, por último, a indispensável capacidade de participação e de mobilização na pretensão de cumprir com os objetivos da

---

<sup>199</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 29.º do EPCGP, secção II, Grupos especiais.

<sup>200</sup> Calejo Pereira, João (2008). *Manual de Dispositivos de Proteção e Segurança*, Lisboa, DGRSP, p. 61. Quanto a medidas protetivas no decorrer de uma escolta do GISP, Calejo refere que, “*A essência da missão de uma escolta é garantir a proteção e segurança do custodiado desde a sua receção à sua entrega. Apenas competirá aos agentes que compõem a escolta deter indivíduos que criem dificuldades à consumação daqueles objetivos (...)*”.

Administração e combater o crime<sup>201</sup>. Paralelamente a todo o conjunto de ações securitárias agora apresentado existe uma interação profissional com o corpo técnico que desempenha funções nos EP's, sendo este constituído pelos profissionais que trabalham em conjunto com o CGP na persecução dos objetivos da DGRSP para a elaboração do plano de reinserção social do recluso. Este corpo técnico incorpora, Magistrados, Juristas, Psicólogos, Assistentes Sociais e Médicos Psiquiatras. Estes profissionais são responsáveis por trabalhos de perícias judiciais como vincula o art.º 494.º do CPP, ou de assistência à saúde física (Médicos e Enfermeiros) e à saúde mental dos reclusos dessas instituições, conforme o disposto no art.º 18.º ao art.º 21.º da Lei n.º 115/2009-CEPMPL, de 12 de outubro, assim como o disposto no art.º 16.º ao art.º 19.º do DL n.º 51/2011 (RGEP) de 11 de abril, que visa regulamentar o CEPML, concretizando os princípios fundamentais neste definidos e que contribuem em muito para a estabilidade da segurança interna.

A segurança interna consiste em “*garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática*”, conforme o n.º 1 do art.º 1 da LSI. Se observarmos as competências do CGP previstas no EPCGP, quer do pessoal de vigilância ou de chefia, podemos afirmar que o conteúdo funcional descrito no referido diploma contribui para a prossecução de vários preceitos de conceção legal de segurança interna, do qual destacamos “*o respeito pela legalidade democrática*”. A natureza securitária do meio prisional obriga à adoção do princípio da mobilidade/maleabilidade, pressupõe, após identificação precisa da missão a executar, capacidade de iniciativa, sentido de oportunidade, margem de manobra e de condução que favoreça os objetivos da Administração Prisional, não descurando que a intervenção, dada a sua complexidade, possui uma dinâmica ativa e reativa, ofensiva ou defensiva, sem prejuízo da adequação e exigibilidade inerentes ao emprego dos meios tipificados<sup>202</sup>

---

<sup>201</sup> Quanto à prática de crimes em meio prisional o n.º 2.º do art.º 27.º do EPCGP determina que o conhecimento de fatos relativos a eles devem ser comunicados imediatamente ao seu superior hierárquico.

<sup>202</sup> Calejo Pereira (2008). João, *Manual de Dispositivos de Proteção e Segurança*, Lisboa DGRSP, p. 31. Quanto à reação do CGP perante ações hostis, Calejo refere que, “*Qualquer elemento do dispositivo de proteção e segurança no momento que se depare com uma possível ameaça, deverá dar o alarme a todos os outros, indicando o lugar de onde ela provem e ao mesmo tempo deve reagir de forma a conter ou neutralizar o agressor, permitindo com essa ação a evacuação rápida de todo o dispositivo. (...) A atuação a exercer por parte do dispositivo em caso de ataque, deve realizar-se com o emprego de todos os meios necessários, adequados e proporcionais para proteger a integridade física do escoltado e garantir a*

legalmente, cuja coercibilidade, em situações limite, permite o restabelecimento do equilíbrio, ou seja, das condições de segurança e ordem tidas como indispensáveis. Contextualizando, todas as atribuições funcionais exercidas pelo GP no âmbito securitário são determinadas por diplomas legais, que sustentam a argumentação de que o CGP é uma força de segurança, com uma atividade perfeitamente enquadrada no propósito vinculado pelo conteúdo da LSI, nomeadamente no art.º 1 da Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto.

Toda a contextualização securitária referida nos diferentes diplomas agora apresentados, obriga ao princípio da sobreposição de meios e ações na segurança penitenciária por intermédio do agente de autoridade, consubstanciando a necessidade da coordenação e conjugação dos recursos humanos e materiais com o domínio de competências técnicas, em contextos espaciais e temporais diferenciados, a par da definição de canais de comunicação, possibilitando uma margem de proteção sequencial e coesa em torno dos bens a salvaguardar defendendo a garantia da ordem jurídica geral em território português bem como a prevalência do Estado democrático. Estamos pois, perante a coexistência de normativos legais e deontológicos, a par de toda uma diversidade de cariz técnico/operativo que se pretende identificada com estatuto adequado de forma a atenuar a disparidade, ou quase não materialização, de procedimentos policiais tidos por elementares e que leve, consequentemente, a um saber metódico. Convém, contudo, realçar que quando falamos em segurança, referimo-nos a um conceito amplo, indeterminado, com múltiplas variáveis, não passíveis de conformação estática ou rígida que obriga o CGP a transcender em muito o contexto meramente penitenciário, mas que, ainda assim considerado, é de extrema relevância no âmbito da segurança interna, pois esta *“visa essencialmente a prevenção. Este domínio abrange o conjunto de atividades desenvolvidas pelas forças e serviços de segurança com o objetivo de evitar a ocorrência de fatos criminosos. As atividades de prevenção da criminalidade das FSS são desenvolvidas com recurso a medidas de polícia, de natureza preventiva, como a vigilância e fiscalização de certas atividades, lugares e estabelecimentos que possam favorecer a prática de crimes, para além da vigilância policial de pessoas por período de tempo determinado”*<sup>203</sup>.

---

*segurança (...)*”.

<sup>203</sup> Valente, Manuel Monteiro Guedes (2008). *Natureza Jurídica do Corpo da Guarda Prisional*, Reimpressão, Coimbra, G.C.- GRÁFICA DE COIMBRA, p. 36.

## Capítulo IX

### CONCLUSÕES

As prisões foram desenvolvidas em parte para proteger a sociedade e em parte com o intuito de “reabilitar” os criminosos. As prisões não parecem constituir um obstáculo ao crime organizado e é duvidoso o seu papel na reabilitação dos intervenientes neste contexto criminal, de modo a que estes queiram enfrentar o mundo exterior sem recair na criminalidade organizada. Chamamos reincidência à repetição de delitos por parte de indivíduos que já estiveram presos anteriormente e no caso do crime organizado este fenómeno recorrente é garantido praticamente a 100%. Ninguém duvida que esta criminalidade trouxe para o centro da discussão e do debate, os conceitos do bem jurídico, causalidade, culpa, ou seja, conceitos básicos e estruturantes do direito penal bem como a sua adaptabilidade a esta nova realidade político-criminal e no contexto do estudo que apresentámos a necessidade de adaptabilidade do CGP a todo este novo universo criminal e jurídico-penal. Estamos pois, neste imediato, perante uma necessidade urgente de uma redimensão da legalidade dos atos necessários ao CGP, para adotar uma ação proactiva perante este contexto que tanto preocupa os nossos órgãos de soberania.

A globalização despoletou novas formas de criminalidade e terrorismo, caracterizadas muitas vezes pela sua natureza extremamente complexa e de contornos e ramificações internacionais verificadas inclusive na atual população reclusa. As diferenças em termos de poder e de riqueza que existem na sociedade global influenciam fortemente o tipo de oportunidades abertas aos diferentes grupos de indivíduos e a definição de certas atividades como criminosas. Estas atividades são aprendidas de um modo muito semelhante às que estão de acordo com a lei e obedecem, de uma forma geral, às mesmas necessidades. É difícil avaliar a verdadeira extensão do crime em qualquer sociedade, pois nem todos os crimes são reportados às autoridades nomeadamente ao CGP. A noção de segurança evolui em função das ameaças e riscos que impendem sobre os Estados através da globalização. O sistema de atores institucionais que têm por missão a proteção dos Estados e dos cidadãos não pode manter-se inalterável. A imutabilidade espelha a inadequação à realidade criminal nacional ou internacional,

constituindo um enorme obstáculo ao seu combate. As novas formas de criminalidade, caracterizadas muitas vezes pela sua natureza extremamente complexa e de contornos e ramificações internacionais, implicam uma alteração dos anteriores paradigmas de combate aos ilícitos criminais. Para responder aos novos desafios e à emergente consciência social sobre as vulnerabilidades e a exposição ao risco da sociedade contemporânea, proclama-se um novo modelo de organização securitário coordenado entre as diferentes forças de segurança, onde o CGP tem um papel importante como OPC.

O crime organizado abrange formas institucionalizadas de atividade criminal, onde emergem muitas das características das organizações ortodoxas, com a diferença de as atividades em questão serem sistematicamente ilegais. Enquanto a criminalidade clássica se satisfaz, no essencial, com o aperfeiçoamento das estruturas repressivas tradicionais, a nova criminalidade económico-financeira, as mais variadas formas de tráfico e o terrorismo, tudo num espaço territorial que se confunde com o planeta e em regras com carácter organizado, exige novos investimentos e consequente novas formas de trocas de informação entre organizações e forças e serviços de segurança. A expansão das redes de comunicação fixas e móveis permitiu, como é fácil de intuir, uma melhor e mais fácil comunicação entre os povos. Porém, as melhorias das comunicações móveis mormente a facilidade de acesso dado o seu baixo custo e de aquisição de equipamentos móveis permitiu aumentar, de forma drástica, as possibilidades de comunicação entre os membros de um dado grupo e tal situação tem ação continuada em meio prisional. O alcance global dos crimes que envolvem as telecomunicações coloca desafios particulares às forças policiais, nas quais se insere o CGP. Atos criminosos conduzidos num dado país têm o poder de fazer vítimas em todo o mundo, este fato tem implicações perturbantes no que diz respeito à deteção e punição dos crimes. No nosso entender, uma das características mais significativas no contexto de ação do crime organizado é a procura sistematizada de uma relação ótima de custo/benefício ou seja, atende-se primacialmente ao risco e aos benefícios obtidos com a sua prática. Explicitando, se um crime é punido com pena até um ano e a sua prática é suscetível de gerar lucros ou rendimentos de milhões de euros, isso torna-o particularmente atraente para essas organizações e não será certamente o espaço prisional que o impedirá de continuar essas praticas, o que se pode desde logo depreender da importância da ação do CGP em matéria de investigação em meio prisional. Os Estabelecimentos Prisionais devem ser preconizados como local onde a pena deve ser cumprida com o rigor a que legislação obriga e dessa forma fica garantida a

vertente de segurança necessária à estabilidade do sistema, através de uma ação profissional do CGP, sendo necessário para tal estatuto adequado de OPC

O combate ao terrorismo é uma confrontação entre as forças da paz e as da violência, e não conflitos de etnias, religiões ou civilizações. Sustentamos que se reconheça a realidade da diversificação das civilizações mundiais e se respeitem os contextos culturais, crenças religiosas e os modelos de desenvolvimento dos diversos países. As comunidades têm enfrentado a ameaça imposta pelo terrorismo global com uma aliança mundial sem precedentes, empregando todas as ferramentas de poder nacional e internacional a seu dispor: diplomacia, aplicação da lei, serviços secretos, investigações financeiras, ação militar e no nosso entender, uma cooperação mais estreita entre as forças de segurança na partilha de informação, algo que não acontece com o CGP. A violência e abrangência do Terrorismo obrigaram a uma nova política das organizações na defesa da estabilidade da segurança interna e neste contexto é imperativo que não seja descurada a ação preventiva de toda e qualquer força de segurança, nomeadamente o CGP. Existem tipos de redes criminais transnacionais relacionadas com atividades como a da lavagem de dinheiro, a criminalidade organizada, o tráfico clandestino de armamento, distribuição e proliferação de drogas e terrorismo, que operam clandestinamente e que do resultado dos processos de investigação tidos pelos OPC's originaram muitas penas de prisão. Do cumprimento destas penas de privação de liberdade, resulta mais uma vez, um contexto único de interação obrigatória entre o CGP e os reclusos associados a atividades terroristas, que permite não só uma proximidade muito particular entre eles da qual resulta uma angariação enorme de informação privilegiada sobre as relações do indivíduo com o exterior, assim como, uma análise detalhada do perfil criminógeno do indivíduo.

A formação profissional do CGP, quer seja a formação inicial ou formação contínua, é extremamente importante para este grupo profissional, pois certamente que dá oportunidade que se adaptem melhor à profissão que desempenham ou que ambicionam vir a desempenhar como OPC. A motivação dos profissionais do CGP é fundamental para a execução do seu trabalho diário e para que tal aconteça, é exigível formação fortemente associada às necessidades de combate ao crime em meio prisional. A definição de competências necessárias para a execução de determinadas funções obriga a uma atualização estatutária, em conformidade com as exigências de OPC e conhecimentos técnicos e jurídicos para as executar convenientemente. A formação profissional visa

assim desenvolver competências e cabe à entidade patronal a sua promoção nas áreas de desempenho do conteúdo funcional do CGP.

Podemos dizer que a formação confere a capacidade de ação ao combate do crime por parte do CGP e atribui-lhe as necessárias competências à prossecução da estabilidade democrática. Só a formação permite acompanhar e adaptar o CGP à mudança e evolução do sistema prisional, pois a população reclusa altera as suas características criminógenas à medida que o tempo decorre e a legislação não sofre as mutações necessárias para permitir as ações necessárias à sua contenção. Relativamente a essas competências, o CGP deveria possuir estatuto de OPC o que permitiria aos seus operacionais atuar perante o crime ou a suspeita do mesmo, alias, algo que acontece mais sem enquadramento de polícia criminal. A atribuição expressa em lei da qualidade de OPC de competência específica ao CGP (e inerente formação) assentaria sempre na especificidade do espaço de intervenção e na legitimidade normativa e sociológica da sua atuação, principalmente no quadro das medidas cautelares e de polícia em contexto da ação prisional, contribuindo para tal a sua contemplação na LSI. O fato de o CGP não ser OPC é uma fonte de bloqueio à atuação em meio prisional, pois na presença de um crime ou suspeita do mesmo fica condicionado na sua atuação, tendo que alertar outra força de segurança com competências de OPC, o que por vezes conduz à perda do meio da prova ou à não detenção do criminoso. Não o ser estatutariamente, conduz a um défice daquilo que podia ser a sua atuação, pois iria contribuir em muito para resolução dos problemas no sistema prisional, nomeadamente, condicionando a entrada de produtos ilícitos e evitando outro género de crimes. A competência de OPC é uma habilitação de cariz legislativo, ou seja, é necessário possuí-la para que se possa efetuar o trabalho securitário de uma forma plena e sem dependências das outras forças de segurança que são OPC e que intervêm num espaço que não lhes é familiar profissionalmente.

Em relação às competências do CGP em matéria de investigação criminal específica, a abordagem do estudo dos Marcadores Simbólicos é representativa das possibilidades de investigação por explorar que ajudariam a cooperação entre forças de segurança, através do conhecimento de dados preliminares do recluso, quando este ingressa no sistema penitenciário. É neste momento que a personalidade do preso deve ser avaliada levando em consideração todos os aspetos que caracterizam o sujeito, incluindo os sinais que se eternizam na pele, pois revelam os segredos do mundo criminoso que se formam dentro e fora das prisões e que se mantem durante o cumprimento das penas e

medidas privativas da liberdade. Dá-se início desta forma ao trabalho de classificação do recluso, para que a partir de todas informações obtidas, inclusive das formas de comunicação, seja iniciada a individualização da execução das penas e medidas privativas de liberdade e se estabeleça uma ação proactiva perante o crime. Para tal, quanto à competência genérica, o CGP deveria ser contemplado como OPC no art.º 3.º da Lei n.º 49/2008 (LOIC). Através desta investigação das tatuagens será possível o reconhecimento de certas atitudes que são refletidas pela imagem do próprio indivíduo e poderão estar relacionadas com o seu comportamento no estabelecimento prisional e fora dele. Pode assim, ser investigado com extremo rigor todo o conjunto de possibilidades comportamentais e de ser feito um acompanhamento convenientemente desses indicadores das relações do delinquente com o exterior. Tais aspetos servirão de instrumento para se atingirem conclusões diagnósticas, prognósticas e de combate ao crime, paralelamente, uma eficaz adoção de procedimentos securitários. O conhecimento do significado das tatuagens nos reclusos, certamente produzirá novas perspetivas no que se refere ao tratamento penal e segurança das instituições penais e por inerência a estabilidade do Estado democrático, tornando a prevenção do crime mais eficaz e a adoção de novos procedimentos no que concerne à segurança interna.

Atualmente vivemos perante uma criminalidade extremamente organizada, violenta e transnacional, acentuada fortemente no nosso país pelos fluxos migratórios. As situações repetem-se no quotidiano, assim como, emergem sucessivamente *gangs* extremamente organizados, coesos e dotados de práticas e treino suficiente para criar sentimentos fortes de insegurança no seio da sociedade. É sobre este tipo de criminalidade que existe em meio prisional que deve recair maior ênfase a nível de segurança e uma maior troca de informação podendo ser considerado todo o conteúdo decorrente do processo penal, assim como da pessoa do recluso através das ligações que tem com o exterior e das referências que são eternizadas na sua pele por símbolos e códigos que é necessário decifrar. Objetivamente, não existe atualmente um mecanismo adequado de identificação, avaliação e gestão da conduta que um recluso possa desenvolver no sistema penitenciário. Aquilo que se verifica é a existência de informação pontual, relativa a incompatibilidades ou informações não confirmadas que obrigam a um empenho de meios, a maior parte das vezes, desadequado à realidade. A avaliação da personalidade e conduta mais não é do que a avaliação e análise de pena condenatória, baseada em



acontecimentos passados e que servem somente para alojar os reclusos em diferentes Estabelecimentos Prisionais.

O CGP contribui para a segurança interna nacional, pois executa o cumprimento da privação de liberdade dos indivíduos que não cumprem a legislação imposta pelo estado que é necessária a uma coexistência social ordenada. Estes indivíduos que não conseguem conviver de modo sociável e ordenado e que são privados da liberdade pelo sistema judicial, encontram-se nos EP's, onde o CGP mantém a ordem e segurança em todos os espaços prisionais, bem como as liberdades e garantias dos reclusos contempladas ao nível nacional e também nos acordos internacionais sobre a execução das medidas privativas da liberdade. Quanto ao conteúdo funcional desenvolvido pelo CGP junto dos reclusos é um trabalho vasto, de interação, de negociação, de desafio e controlo, que sendo tão diverso e múltiplo não assenta em nenhuma fórmula da qual resulte alguma previsibilidade exata das atitudes, numa certeza porém, que ambos os atores se estudam a nível da personalidade e comportamentos, de modo a erigirem um relacionamento que por um lado seja consentâneo com a observância das normas vigentes nos respetivos EP's e por outro, que vá ao encontro das políticas de reinserção social e satisfaça as necessidades dos indivíduos que se encontram privados de liberdade.

No âmbito estritamente securitário, o CGP tem um enquadramento de polícia em meio prisional, contribuindo para tal um numero acrescido de competências que implicam uma versatilidade pouco comum a outras forças de segurança. Assim, o CGP vigia os reclusos a fim de assegurar o cumprimento da legislação e os regulamentos em vigor, revista os presos, guarda os respetivos objetos pessoais e informa-os das normas vigentes quando dão entrada no estabelecimento; fiscaliza as entradas e saídas de reclusos e escolta-os nas suas deslocações ao exterior tomando as providências necessárias para evitar qualquer fuga; revista as celas e assegura-se de que os reclusos aí se encontram às horas determinadas; faz rondas e/ou vigia o setor prisional e terrenos circundantes, mantendo fechadas as portas e gradões; orienta ou acompanha os trabalhos dos reclusos, vigia o seu comportamento, a fim de evitar motins, fugas ou agressões e informa superiormente as ocorrências; verifica e faz cumprir as disposições relativas à higiene dos reclusos e respetivas celas, cozinhas, recreios e outras dependências; impede a entrada de pessoas não autorizadas e verifica a entrada e saída de volumes; encaminha e vigia os encarcerados nas visitas (parlatórios ou visitas em comum) conforme instruções recebidas; administra medicamentos a partir de indicações médicas e presta primeiros

socorros sempre que necessário. Resumindo, é uma polícia com uma área de atuação específica e necessária à estabilidade democrática, com um estatuto desadequado à realidade da sua ação. Para além do grande contributo securitário, o CGP tem ainda o papel de contribuir para a ressocialização dos reclusos de modo a estes não reincidirem e se afastarem da vida criminosa. O CGP é o grupo profissional que, incomparavelmente permanece mais tempo em contacto com os reclusos, pelo que, do ponto de vista teórico, terão a maior influência no condicionamento do seu comportamento criminógeno e na reintegração da sua pessoa na sociedade livre.

De forma conclusiva, o conceito de segurança está ancorado na relação do campo das perceções e o Estado tem um papel determinante na promoção dos aspetos objetivos desta perceção. Cabe a este, proporcionar através de investimentos, legislação, técnicas e tecnologia, um ambiente público que reproduza ao máximo os aspetos físicos e psicológicos que induzam os indivíduos a sentirem-se seguros. Assim, é função do Estado promover intensamente a manutenção destes aspetos objetivos, bem como ampliá-los, pois, como vimos, a perceção de segurança por parte dos indivíduos é uma condição essencial para a manutenção do convívio social e da própria existência de qualquer sociedade democrática. Neste sentido, urge criar de forma prática e objetiva, uma caracterização criteriosa respeitante aos reclusos onde sejam levados em consideração os vastos aspetos relacionados com a sua pessoa, conduta e práticas criminais que poderão ser reveladas por investigações conduzidas em meio prisional pelo CGP.

## **Livros**

Foucault, Michel, (2013) *Vigiar e Punir Nascimento da Prisão*, Lisboa, Edições 70.

Beccaria, Cesare (2014). *Dos Delitos e das Penas* (tradução do original italiano intitulado, Dei Delitti e Delle Pene, José de Faria Costa), 4ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Rodrigues, Jorge, Devezas, Tessaleno (2007). *Portugal – O Pioneiro da Globalização*, Famalicão, Centro Atlântico.

Giddens, Anthony (2010). *Sociologia*, 8.ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Salt, John (2000). *Trafficking and Human Smuggling: a European Perspective, International Migration*, London, IOM.

Vaz, M. J. (2002). *Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista - Passados Recentes, Futuros Próximos*, Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Edição CD-ROM, Lisboa, Associação portuguesa de Sociologia.

Valente, Manuel Monteiro Guedes (2008) “*Natureza Jurídica do Corpo da Guarda Prisional*”, Reimpressão, Coimbra, G.C.- GRÁFICADECOIMBRA.

Paoli, Letizia (2006). *Organized Crime in Italy: Mafia and Illegal Markets - Exception and Normality*, Fijnaut.

Caparrós, Eduardo Fabian (1998). *El delito de blanque de capitales - Editorial Constitucion y Leyes*, Madrid, S.A. Colex.

Almeida, Nuno (2011). *Investigação Criminal*, Lisboa, ASFICPJ, Tecniforma.

Freitas, Barjona (1867). *Propostas de Lei apresentadas à Câmara dos Senhores Deputados em sessão*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Cordero, Isidoro Blanco (1998). *Un proyecto “narco” de gobierno, El delito de Blanqueo de capitales*, Pamplona, Aranzadi.

Savona, Ernesto, Andrea de Nicola (1998). *Processi di globalizzazione e criminalità organizzata transnazionale*, Napoli, Transcrime.

De Feo, Michael e Savona (1997). *Responding to Money Laundering, International Money Laundering - Trends and Prevention Control Policies*, Amesterdão, Harwood Academic Publishers.

White, P. C. (2007). *Crime Scene to Forensic Science*, London, Second Edition, Royal Society of Chemistry.

Borrallo, Enrique Anarte (1999). *Conjecturas sobre la criminalidade organizada, Delincuencia Organizada*, Huelva, Universidad de Huelva.

Dias, Jorge e Andrade, Manuel (1997). *Criminologia – O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*, 2.ª Reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora.

Davin, João (2007). *A criminalidade Organizada Transnacional – A Cooperação Judiciária e Policial na EU*, 2.<sup>a</sup> Edição, Coimbra, Almedina

Schott, Paul Allan, (2006) *Reference Guide to Anty-money laundering and combating the financing of Terrorism*, Washington DC, World Bank.

Lara, António de Sousa (2007). *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*, Coimbra, Edições Almedina.

Roland, Paul (2007). *Cenas do Crime – Descubra a ciência por detrás das provas*, Tradução Nazaré, Marta, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Berger, M. (2000). *O significado da tatuagem ao redor do mundo e ao longo do tempo*, in *Revista Superinteressante*, nº 159, fevereiro, pp. 66-69.

Morais, Carlos Blanco de, Araújo, António, Leitão, Alexandre (2000). *O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas*, Lisboa, Edições Cosmos, IDN.

Pinto, Eduardo (2002). *As Novas Ameaças aos Estados Soberanos*, Lisboa, TILD, CSCM, IAEM.

David, Charles Philippe (2001). *A Guerra e a Paz. Abordagens contemporâneas da segurança e da Estratégia*, Tradução de Armando Pereira da Silva, Lisboa, Instituto Piaget.

Santos, Loureiro dos (2000). *Reflexões sobre Estratégia, Temas de Segurança e Defesa*, Mem Martins, Publicações Europa América.

Bastos, Álvaro Teixeira (1903). *A Tatuagem nos Criminosos*, Porto, Typ. a vapor de Arthur José de Sousa & Irmão.

Berger M., *O significado da tatuagem ao redor do mundo e ao longo do tempo*, in *Revista Superinteressante*, nº 159, fevereiro de 2000.

### **Webgrafia**

Erwing Goffman – Wikipédia, a enciclopédia livre (on line). Disponível na internet: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Erving\\_Goffman](https://pt.wikipedia.org/wiki/Erving_Goffman)> (consultado em 26-12-2014).

Presídios como instituições totais: Uma leitura em Erwing (on line). Disponível na internet: <[www.conjur.com.br/1999-out-29/leitura\\_erwing\\_goffman](http://www.conjur.com.br/1999-out-29/leitura_erwing_goffman)> (consultado em 26-12-2014).

Michel Foucault – Wikipédia, a enciclopédia livre (on line). Disponível na internet: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Michel\\_Foucault](https://pt.wikipedia.org/wiki/Michel_Foucault)> (consultado em 27-12-2014).

Revista Harper (on line). Disponível na internet: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Harper's\\_Magazine](http://pt.wikipedia.org/wiki/Harper's_Magazine)> (consultado em 28-12-2014).

Marshall McLuhan (on line). Disponível na internet: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Marshall\\_McLuhan](http://pt.wikipedia.org/wiki/Marshall_McLuhan)> (consultado em 28-12-2014).

Buzzwords (on line). Disponível na internet: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Buzzword>> (consultado em 28-01-2015).

Universidade católica, mestrado de santos - unisantos (on line). Disponível na internet: <[biblioteca.unisantos.br:8181/bitstream/tede/64/1/sergiosalvador.pdf](http://biblioteca.unisantos.br:8181/bitstream/tede/64/1/sergiosalvador.pdf)> (consultado em 29-01-2015).

Sistema Penitenciário - Artigonal.com (on line). Disponível na internet: <[www.artigonal.com/direito-artigos/sistema-penitenciario-3711408.html](http://www.artigonal.com/direito-artigos/sistema-penitenciario-3711408.html)> (consultado em 28-12-2014).

Direcção Geral dos Serviços Prisionais, Estabelecimentos Prisionais (on line). Disponível na internet: <[www.dgsp.mj.pt/](http://www.dgsp.mj.pt/)> (consultado em 28-12-2014).

Prisões precisam de mais 775 guardas - Portugal - DN (on line) Disponível na internet: <[www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=4146431](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=4146431)> (consultado em 21-01-2015).

A Guardia Civil na observação e controle das fronteiras (on line). Disponível na internet: <<http://sic.sapo.pt/online/noticias/mundo/20050928+Ceuta.htm>> (consultado em 20-12-2012).

Arguidos do caso "Borman" - Público (on line). Disponível na internet: <[www.publico.pt/.../arguidos-do-caso-borman-admitem-ter-prestado-declara...](http://www.publico.pt/.../arguidos-do-caso-borman-admitem-ter-prestado-declara...)> (consultado em 20-12-2012).

Mega-rede internacional de pirataria - Público (on line). Disponível na internet: <[www.publico.pt/.../jornal/megarede-internacional-de-pirataria-desmantelada...](http://www.publico.pt/.../jornal/megarede-internacional-de-pirataria-desmantelada...)> (consultado em 20-02-2015).

Grupos “*filiados*”: Inagawa-Kai, Sumiyoshí-kai e Yamaguchi-gum (on line). Disponível na internet: <[www.un.org/Depts/ddayRCPD/pdf/pIen2d.pdf](http://www.un.org/Depts/ddayRCPD/pdf/pIen2d.pdf)> (consultado em 15-02-2015).

ONU: Guiné-Bissau é "plataforma de transbordo" de drogas (on line). Disponível na internet: <[www.asemana.publ.cv/spip.php?article61959](http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article61959)> (consultado em 15-02-2015).

Khun Sá (on line). Disponível na internet: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Khun\\_Sa](http://en.wikipedia.org/wiki/Khun_Sa)> (consultado em 17-03-2015).

European union situation report on drug trafficking (on line). Disponível na internet: <<http://www.euro-pol.europa.eu>> (consultado em 17-03-2015).

EU Organised Crime Report Public version - Europol (on line). Disponível na internet: <<http://www.europol.europa.eu>> (consultado em 17-03-2015).

Forum da psp - revista de imprensa - Dossiê N.º 48 (on line). Disponível na internet: <[revistadeimprensa.forumsp.net/dossier\\_048.htm](http://revistadeimprensa.forumsp.net/dossier_048.htm)> (consultado em 17-03-2015)

World Drug Report (on line). Disponível na internet: <[Mpp://www.unodc.org/pdf/WDRJZ006/wdr2006\\_ex\\_summary.pdf](http://www.unodc.org/pdf/WDRJZ006/wdr2006_ex_summary.pdf)> (consultado em 19-03-2015).

Europol - European Union Situation Report on Drug Production and Drug Trafficking (on line). Disponível na internet: <<http://www.europol.europa.eu>> (consultado em 19-03-2015)

Portugal é um refúgio para as mafias sicilianas - DN (on line). Disponível na internet: <[www.dn.pt/forums/p/581738/1429503.aspx](http://www.dn.pt/forums/p/581738/1429503.aspx)> (consultado em 19-12-2014)

Consumo de ecstasy aumenta em Portugal - PÚBLICO (on line). Disponível na internet: <[www.publico.pt/.../consumo-de-ecstasy-aumenta-em-portugal-207086](http://www.publico.pt/.../consumo-de-ecstasy-aumenta-em-portugal-207086)> (consultado em 19-03-2015).

Europol - European Union Situation Report on Drug Production and Drug Trafficking (on line). Disponível na internet: <<http://www.europol.europa.eu> (consulta/acesso)> (consultado em 19-03-2015).

PJ detém 25 suspeitos de tráfico internacional (on line). Disponível na internet: <[expresso.sapo.pt/.../pj-detem-25-suspeitos-de-traffic-internacional-de-dr...](http://expresso.sapo.pt/.../pj-detem-25-suspeitos-de-traffic-internacional-de-dr...)> (consultado em 19-03-2015).

Tinha 5 toneladas de haxixe - Portugal - Correio da Manhã (on line). Disponível na internet: <[www.cmjornal.xl.pt/nacional/portugal/.../tinha-5-toneladas-de-haxixe.ht...](http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/portugal/.../tinha-5-toneladas-de-haxixe.ht...)> (consultado em 20-03-2015).

Caso Borman - Diário Digital - Sapo (on line). Disponível na internet: <[diariodigital.sapo.pt/news.asp?id\\_news=37926](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=37926)> (consultado em 20-03-2015).

Conselho da Europa (on line). Disponível na internet: <<http://conventions.coe.int/Treaty/Commun>> (consultado em 10-04-2015).

Defesa de "Bibi" apela a elvenses para que testemunhem (on line). Disponível na internet: <[www.rtp.pt/.../defesa-de-bibi-apela-a-elvenses-para-que-testemunhem-e...](http://www.rtp.pt/.../defesa-de-bibi-apela-a-elvenses-para-que-testemunhem-e...)> (consultado em 10-04-2015).

Tráfico de carros de luxo - Exclusivos - Correio da Manhã (on line). Disponível na internet: <[www.cmjornal.xl.pt/exclusivos/detalhe/traffic-de-carros-de-luxo.html](http://www.cmjornal.xl.pt/exclusivos/detalhe/traffic-de-carros-de-luxo.html)> (consultado em 10-04-2015).

Abdul Qadeer Khan - Biography, Facts and Pictures (on line). Disponível na internet: <[www.famousscientists.org/abdul-qadeer-khan/](http://www.famousscientists.org/abdul-qadeer-khan/)> (consultado em 15-04-2015).

Já passa por Portugal o tráfico de armas de destruição maciça (on line). Disponível na internet: <[www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content\\_id=696527](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=696527)> (consultado em 15-04-2015).

EL Pais (on line). Disponível na internet: <<http://www.elpais.com>> (consultado em 13-04-2015).

Dea (on line). Disponível na internet: <<http://www.usdoj.gov/dea/pubs/states/newyork/Q50407p.html>> (consultado em 16-04-2015).

Mafia lava dinheiro em Ilhas de Portugal (2015) (on line). Disponível na internet: <[especiedemocracia.blogspot.com/.../mafia-lava-dinheiro-em-ilhas-de-por...](http://especiedemocracia.blogspot.com/.../mafia-lava-dinheiro-em-ilhas-de-por...)> (consultado em 16-04-2015).

Índia tem de devolver Abu Salem a Portugal - Portugal - DN. Disponível na internet: <[www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=2240085](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2240085)> (consultado em 25-03-2015).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2007, (on line). Disponível na internet: <[reformasi.mai.gov.info/.../resolucao-do-conselho-de-ministros-n-45-20...](http://reformasi.mai.gov.info/.../resolucao-do-conselho-de-ministros-n-45-20...)> (consultado em 16-04-2015).

“Super-juiz” europeu diz que Portugal tem células terroristas (on line). Disponível na internet: <[www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=2227614...Sul](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2227614...Sul)> (consultado em 3-05-2015).

Media and Conflict in the Twenty-First Century (on line). Disponível na internet: <[http://firstmonday.org/issues/issue7\\_11/conway/index.html](http://firstmonday.org/issues/issue7_11/conway/index.html)> (consultado em 10-05-2015).

WikiLeaks, (on line). Disponível na internet: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/WikiLeaks>> (consultado em 10-05-2015).

Iraq War Logs, (on line). Disponível na internet: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/WikiLeaks>> (consultado em 10-05-2015).

Informação secreta da GNR na Net - Portugal - DN (on line). Disponível na internet: <[www.dn.pt/inicio/portugal/Interior.aspx?content\\_id=1629238](http://www.dn.pt/inicio/portugal/Interior.aspx?content_id=1629238)> (consultado em 10-05-2015).

Pedem 77 anos de prisão para etarras presos em Portugal (on line). Disponível na internet: <[www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=2983145](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2983145)> (consultado em 20-05-2015).

Uma enunciação sem comunicação - As tatuagens escriturais (on line). Disponível na internet: <[www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/lerArtigo.rua?id=82...6](http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/lerArtigo.rua?id=82...6)> (consultado em 08-05-2015).

### **Teses**

Adriano, Paulo (2010). *Penitenciária Central de Lisboa: A Casa do Silêncio e o despotar da arquitetura penitenciária em Portugal*, Lisboa, ULFL – IHA.

### **Sem editora**

“*Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*” (1821). N.º 68.

Calejo Pereira, João (2008). *Manual de Dispositivos de Proteção e Segurança*, DGRSP, Lisboa.

Tanzi, Vito (1996). *Money Laundering and the International Finance System*, International Monetary Fund, Working Paper, n.º 96/55.

### **Legislação**

DL n.º 26:643, Diário de Governo n.º 124 de 28, de maio de 1936. Reforma da Organização Prisional

DL n.º 123/2011, de 29 de dezembro - Lei Orgânica do Ministério da Justiça

DL n.º 215/2012, de 28 de setembro - Lei Orgânica da DGRSP

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto, Sétima revisão constitucional

Regulamento Provisório da Cadeia Geral Penitenciária de 1888 - Distrito da Relação de Lisboa, aprovado por Decreto de 20 de Novembro de 1884.

DL.º 49 040, Diário do Governo – Série I, N.º 132, de 4 de Junho de 1969.

DL n.º 4/2001, de 10 de janeiro - regula as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional

DL n.º 3/2014, de 9 de janeiro, Estatuto Profissional do Corpo da Guarda Prisional.

Lei n.º 115/2009 de 12 de outubro, Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada e proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de dezembro de 1948

DL n.º 15/93, de 22 de Janeiro - Legislação de combate à droga

Decreto-Lei n.º 48/95 de 15 de março, Código Penal, redação resultante das alterações introduzidas pela lei 59/2007 de 04/09.

Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro. Regime jurídico das armas e munições

Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto - Lei de combate ao terrorismo (em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de junho).

Lei n.º 20/2013 de 21 de fevereiro 20.<sup>a</sup>, alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro.

DL n.º 51/2011 de 11 de Abril, Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais.

DL n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, Código do Procedimento Administrativo

Portaria n.º 722/95, publicada no D.R. I, Série - B, n.º 154, de 06/07/1995, Regulamento dos Cursos de Formação.

Lei n.º 58/2008 de 9 de Setembro, Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas

DL n.º 287/2009, de 8 de outubro, equiparação do pessoal do corpo da Guarda Prisional ao pessoal policial da Polícia de Segurança Pública para efeitos de aposentação.

DL n.º 157/2005, 20 de Setembro de 2005, Altera o regime da aposentação e pré-aposentação do pessoal com funções policiais da PSP

Lei n.º 49/2008 de 27 de Agosto, Lei de Organização da Investigação Criminal.

Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas

Portaria n.º 13/2013, de 11 de janeiro, que determina a classificação dos estabelecimentos prisionais em função do nível de segurança e do grau de complexidade de gestão

Lei n.º 83/2015 de 5 de agosto, alteração ao Código Penal

Resolução 217A (III), de 10 de Dezembro de 1948, Declaração Universal dos Direitos do Homem

Despacho n.º 5801/2011, de 4 de Abril, Regulamento de Utilização dos Meios Coercivos nos Estabelecimentos Prisionais.



DL n.º 26:643, Diário de Governo N.º124 de 28 de maio de 1936. A Reforma da Organização Prisional.